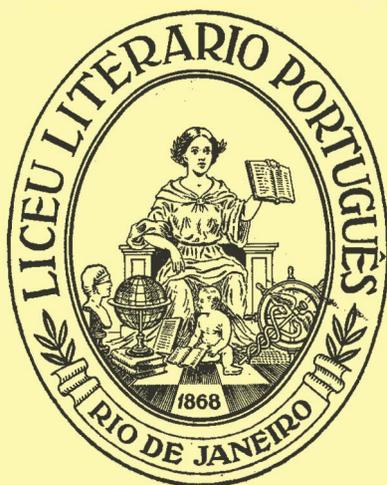


# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Per multiplum ad unum*



**N.º 20 - 2.º semestre de 2000 - Rio de Janeiro**



# CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

*Per multiplum ad unum*

*“As armas e padrões portugueses  
postos em África, e em Ásia, e em  
tantas mil ilhas fora da repartição  
das três partes da terra, materiaes  
sam, e pode-as o tempo gastar: però  
nã gastará doutrina, costumes,  
linguagem, que os portugueses  
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor  
da Nossa Linguagem*)



N.º 20 – 2.º semestre de 2000 – Rio de Janeiro

# LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 1999/2000

## DIRETORIA

Presidente: Manuel Paulino  
Vice-presidente: Francisco Gomes da Costa  
1.º Secretário: Ronaldo Rainho da Silva Carneiro  
2.º Secretário: Jorge Manuel Mendes Reis Costa  
1.º Tesoureiro: José Ferreira Jorge Neto  
2.º Tesoureiro: Manuel José Vieira  
1.º Procurador: Henrique Loureiro Monteiro  
2.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix  
Diretora Bibliotecária: Maria Lêda de Moraes Chini  
Diretor Cultural: Luiz Fernando Ribeiro Matos  
Diretor Escolar: Arnaldo de Figueiredo Guimarães  
Diretor de Divulgação: Bernardino Alves dos Reis

## CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Edison Chini  
1.º Secretário: Albano da Rocha Ferreira  
2.º Secretário: Carlos Jorge Airosa Branco

## CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: José Gomes da Silva  
Paulo Valente da Silva  
Rui Martins Castanheira  
  
Suplentes: Antonio da Silva Correia  
Afonso Henrique Saraiva Gomes da Costa  
Agostinho da Rocha Ferreira dos Santos

## DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz

## DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Gladstone Chaves de Melo

## DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

## DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

## SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

# SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (A. GOMES DA COSTA) .....	5
Homenagem a Ismael de Lima Coutinho .....	7
Ismael de Lima Coutinho: o Homem e a Obra (ROSALVO DO VALLE) .....	9
Dois esparsos de Ismael de Lima Coutinho	
Desfazendo um equívoco .....	36
Os estudos gramaticais latinos .....	38
<b>ARTIGOS</b>	
A colaboração de Mattoso Câmara em <i>A Cigarra</i> (1957 – 1960) (CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA) .....	45
O artigo definido nas línguas românicas (VIVIANE CUNHA) .....	53
Fontes inglesas dos estudos gramaticais brasileiros (RICARDO CAVALIERE) .....	59
Aspectos diacrônicos e sincrônicos da língua portuguesa (HORÁCIO ROLIM DE FREITAS) .....	69
Os modos de falar do escravo nos anúncios de jornal (MARLOS DE BARROS PESSOA) .....	85
A concordância com <i>um dos que</i> na tradição gramatical do português (EVANILDO BECHARA) .....	95
Biobibliografia e Crítica Textual – notas e comentários II (MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA) .....	103
<b>TRANSCRIÇÃO</b> .....	117
<b>REGISTRO BIBLIOGRÁFICO</b> .....	130
<b>RESENHA CRÍTICA</b> .....	135
<b>NOTICIÁRIO</b> .....	139
<b>COLABORADORES</b> .....	143

# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS  
Presidente: Manuel Paulino

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS  
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.  
Manuel Paulino (Presidente)  
Gladstone Chaves de Melo (Vice-Presidente)  
Maximiano de Carvalho e Silva  
Evanildo Bechara  
Antônio Basílio Rodrigues  
Horácio Rolim de Freitas

CONFLUÊNCIA  
Diretor: Evanildo Bechara  
Comissão de Redação:  
Gladstone Chaves de Melo  
Maximiano de Carvalho e Silva  
Antônio Basílio Rodrigues  
Horácio Rolim de Freitas

Produção Gráfica  
Editora Lucerna  
Cx. Postal 32054  
CEP 21933-970 – Rio de Janeiro – RJ  
<http://www.lucerna.com.br>

Pede-se permuta  
Pídese canje  
On demande l'échange  
Si chiede lo scambio  
We ask for exchange  
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:  
Liceu Literário Português  
Rua Senador Dantas, 118 – Centro  
CEP 21031-201 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
Tel.: (021) 220-5495 / 220-5445 – Fax: (021) 533-3044

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da TAP – Air Portugal

## EDITORIAL

Dr. Antônio Gomes da Costa

### Universidade da Lusofonia

Um, o Real Gabinete Português de Leitura, foi fundado 15 anos depois de proclamada a Independência do Brasil, em 1837; o outro, o Liceu Literário Português, três décadas depois. Os objetivos iniciais das duas instituições eram convergentes: propunham-se dar aos emigrantes portugueses, que chegavam com baixo índice de escolaridade, ou até sem nenhuma, condições de aprender a ler e a escrever, bem como de melhorar os seus conhecimentos.

Esses objetivos não tardaram a ser ampliados: o Liceu passou a cuidar também do ensino de artes e ofícios e o Gabinete transformou-se em biblioteca pública e em polo de referência da cultura portuguesa no Brasil.

Em épocas mais recentes, para além de suas atividades tradicionais, as duas entidades foram assumindo uma nova dinâmica: a primeira, como centro de estudos da Literatura e a segunda, como espaço de excelência para a pesquisa da História e o conhecimento da Língua.

Poder-se-á dizer, revendo a trajetória do Gabinete e do Liceu, que temos motivos para nos orgulharmos do que foi feito, ainda que muito haja por fazer. Mas a verdade é que nenhuma outra “colônia” realizou no Brasil, ou em qualquer país, uma obra associativa tão importante nas diversas vertentes em que se concretizou: foi na instrução e na cultura, foi na assistência e no desporto, foi na mutualidade e no âmbito social.

Entretanto e da mesma forma como tivemos de dar, não faz muito tempo, outra utilização ao equipamento associativo – uma biblioteca não poderia ser mais um simples “depósito de livros”, nem um Liceu poderia limitar-se a seguir os currículos do 2º grau, ou a ministrar cursos profissionalizantes–, também agora precisamos projetar para o futuro outras trilhas e arriscar novos desafios.

Para isso é imprescindível a modernização e são indispensáveis ferramentas que nos oferece a informática. E ainda atualizar objetivos. Não faz sentido, por exemplo, manter uma biblioteca para atender a meia-dúzia de emigrantes que procuram ler os jornais de sua terra. Nem tampouco se justifica um investimento como o do Liceu para oferecer, num curso supletivo, aulas de datilografia ou de contabilidade.

É dentro dessa linha de pensamento que está a ser criada uma espécie de “Universidade da Lusofonia”, que, nos moldes da Universidade das Nações Unidas, irá funcionar direcionada para o estudo, a reflexão e o debate de temas que interessam aos países de Língua Portuguesa. Não será uma universidade como as tradicionais, com currículos fixos e cargas horárias; com salas de aula e avaliações do Ministério da Educação, para formar profissionais nas áreas do Direito ou das Letras, da Engenharia ou da Medicina, das Ciências ou da Comunicação. A “Universidade da Lusofonia”, tal como a concebemos, não terá alunos, nem professores; não terá laboratórios, nem exames finais. O que se pretende, com ela, é reunir periodicamente os especialistas de um determinado assunto de interesse comum aos nossos países, analisá-lo e debatê-lo, trocar experiências e apresentar conclusões. Do desenvolvimento econômico ao inventário ambiental; do sistema de habitação à pesquisa científica; da diversidade lingüística ao acervo documental; das políticas de cooperação à geografia da pobreza, não faltam temas da maior importância para a construção do futuro dos povos de Língua Portuguesa.

Observe-se que, curiosamente, no quadrante associativo luso-brasileiro fomos pioneiros com as bibliotecas dos gabinetes de leitura, com os hospitais filantrópicos das Beneficências, com os Liceus e os clubes, com as Casas de Portugal e as caixas de socorros mútuos. Pois também com a “Universidade da Lusofonia” iremos sair na frente.

\*\*\*

**NÚMERO EM HOMENAGEM A  
ISMAEL DE LIMA COUTINHO**



**ISMAEL DE LIMA COUTINHO**  
(1900 – 1965)



# ISMAEL DE LIMA COUTINHO: O HOMEM E A OBRA

Rosalvo do Valle  
UFF

## 1. O HOMEM

### 1.1. Homenagens no centenário de nascimento

No dia 12 de maio deste ano, o autor do afortunado compêndio *Pontos de Gramática Histórica* – Professor Ismael de Lima Coutinho – estaria comemorando o seu centenário de nascimento. Lamentavelmente, não o temos mais entre nós, desde aquela trágica manhã de 24 de julho de 1965, em que morreu em acidente com o carro que dirigia, em S. João da Boa Vista, Estado de S. Paulo.

Esse 12 de maio não poderia passar despercebido a quantos tivemos o privilégio de conviver com essa extraordinária figura humana, que se impunha naturalmente, sem esforço, à admiração de todos nós, pelo saber, pela prudência, pela cordialidade – enfim pelas virtudes que identificam a nobreza espiritual de certas pessoas. A Academia Brasileira de Filologia prestou-lhe a merecida homenagem em sessão especial no dia 27 de maio, quando o autor destas linhas falou sobre *A Vida e a Obra do Prof. Ismael de Lima Coutinho*. No dia 4 de dezembro, o Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, por iniciativa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, também homenageou o seu ex-titular de Língua e Literatura Latina com a **Jornada Ismael Coutinho de Estudos Diacrônicos** numa rica programação que se estendeu das 9 às 17 horas, com quatro mesas-redondas. Além da **Jornada**, deu-se à sala de conferências e eventos culturais do Instituto de Letras o nome de **Sala Ismael Coutinho**, com a presença de dois dos sete filhos do homenageado: o advogado e procurador do Estado, José Tavares Coutinho, e o médico José Carlos Tavares Coutinho.

*Confluência* está indissociavelmente ligada à figura desse grande mestre através dos professores integrantes da Diretoria do ILP, da Revista, do Conselho Consultivo e de muitos colaboradores, que se associam às homenagens a quem muito fez pela língua portuguesa, pela romanística e pelos estudos clássicos.

## 1.2 Meu mestre Ismael Coutinho

Conheci o prof. Ismael de Lima Coutinho, ou simplesmente Dr. Ismael, como lhe chamávamos, em 1942, quando fui seu aluno de português no 4º ano ginásial, no Colégio Brasil, em Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro. Segundo os programas oficiais vigentes, o 4º ano era destinado ao ensino de gramática histórica. Dr. Ismael adotou os seus *Pontos*, já em 2ª edição, 1941, e com invejável senso didático, aliado à empatia que estabelecia com os alunos, conseguiu, tratar de toda a matéria do compêndio, com a ajuda paralela do latim, ministrado, para felicidade da turma, pelo prof. Horácio Pacheco, excelente e inesquecível mestre.

No triênio 1943-44-45, continuei seu aluno, de grego, no curso colegial clássico, que Dr. Ismael ministrou religiosamente três vezes por semana, à tarde, apesar de sua intensa atividade docente no ensino oficial e no particular, em Niterói e no então Distrito Federal, além dos encargos como Chefe de Gabinete da Prefeitura de Niterói. Para ele o magistério era um sacerdócio, a que se dedicava como um missionário. E o professor, que forma alunos, foi-se tornando o mestre, que forma discípulos.

Com aquele guia, e atento a seus conselhos, senti que poderia prosseguir seguro o caminho que já me traçara: ser professor e cursar letras clássicas. Aumentou-me a motivação o ter conhecido, por essa época, lá mesmo no Colégio Brasil, outro grande professor de latim e grego, amigo íntimo do Dr. Ismael – Baltasar Xavier de Andrade e Silva –, de gratíssima lembrança, que concluía quando eu iniciava, em 1946, o Curso de Letras Clássicas na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Nunca mais me afastei desses dois exemplos vivos de inteireza moral e dignidade profissional. Em 1949, ainda no curso de Didática, recebi o maior galardão de minha carreira docente: o convite do prof. Ismael Coutinho para ser seu assistente de Língua e Literatura Latina na Faculdade Fluminense de Filosofia, de Niterói. De lá até sua morte sempre o acompanhei nas programações universitárias, consultei-o sempre e, muitas vezes – quando me permitiam as atividades docentes em Niterói e no Rio – ouvi suas arguições em concursos para catedrático ou livre docente. Devo-lhes, ainda, a entrada no Círculo dos Cipiões de letras e estudos humanísticos no Rio de Janeiro: a Livraria Acadêmica, naquele tempo o endereço oficial da Filologia.

O leitor há de relevar estas considerações inevitavelmente em primeira pessoa, como a remoer memórias. É que ao falar de Ismael Coutinho, antes de entrar nos dados concretos do *curriculum vitae*, que sei obrigatórios num artigo como este, prefiro seguir a fina sensibilidade de Aires da Mata Machado Filho e simplesmente entregar-me “sem restrições nem ambages, ao suave prazer da admiração”.

Valia a pena transcrever o belo artigo em que o eminente professor mineiro retrata com rara fidelidade o perfil do nosso homenageado. Sofrendo este desejo, transcrevo alguns trechos.<sup>1</sup>

“Ainda mais que o autor, em Ismael de Lima Coutinho há de estimar-se o homem. Na sua presença, algo misterioso prendia o interlocutor: talvez a voz que trazia o numeroso coração no metal de inflexão matizada de quem só sabia falar bem dos outros; talvez o riso franco, sem reticências nem malícia, senão a mesma alegria a transfundir bondade; certamente a efusão de simpatia, capaz de influir nos mais arredios e nos menos afins com a sua grande alma. Da evocação dessa lembrança nutre-se a saudade que hoje toma conta de seus amigos, que afinal foram quantos de perto o conheceram.

Retidão – eis a outra palavra que se lhe associa à personalidade.

---

Afinal, por que desvairada razão, costumamos dizer todo o bem das pessoas conhecidas só depois da sua morte? Louvor, nessas condições, é triste. Vem misturado com a dor da saudade sem remédio.

De coração alegre e ânimo leve, digamos, antes, essas verdades, tanta vez consoladoras de injustiças, a respeito dos amigos ainda em condições de lhes sentir os efeitos na alma engrandecida. Humano e justo será entregarmos, sem restrições nem ambages, ao suave prazer da admiração.”

### 1.3 Dados Biográficos

No manuscrito autógrafo “Documentos apresentados ao Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para provimento da Cátedra de Latim”, de 15 de janeiro de 1962, o prof. Ismael Coutinho apresenta um *curriculum vitae* sumaríssimo. Trata-se da documentação exigida para aproveitamento no Serviço Público Federal, quando a Faculdade Fluminense de Filosofia, instituição particular, foi agregada à recém-criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1960) – hoje Universidade Federal Fluminense, desde 1965 – e passou a denominar-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Das indicações biográficas constam os seguintes dados:

“Nome: Ismael de Lima Coutinho

Filiação: José Coutinho de Carvalho e Amélia Mascarenhas de Lima Coutinho.

Data de nascimento: 12 de maio de 1900.

---

1 Aires da Mata Machado Filho. *Ismael de Lima Coutinho*. In: *O Diário*, Belo Horizonte, MG, 5/08/65.

Local de nascimento: Paraquena, Município de Santo Antônio de Pádua, Estado Rio (*sic*)”

Quanto à formação escolar e profissional:

“Curso Secundário: exames parcelados feitos no Liceu de Campos e no Ginásio Municipal de Sto. Antônio de Pádua (1918-1927).

Curso Superior: Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (ano de 1932) – Diploma registrado na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde, sob o nº 9034, Livro D-10, Folha 20.”

Surpreende-nos que não haja referência ao curso do Seminário de S. José, de Niterói – o que, porém, não escapou a D. Hélder Câmara, relator do parecer nº 400/53 do Conselho Nacional de Educação, que diz *in fine*: “Sabe-se, no entanto, que Ismael Coutinho tem curso completo de seminário e pode ensinar Latim e Literatura Latina. Pode ser aceito”.

Hoje, porém, o biógrafo de Ismael Coutinho dispõe de rico material inédito, manuscrito, datiloscrito (como alguns preferem), ou mesmo disperso em jornais e revistas escolares – material doado ao Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense pela professora Maria Teresa Coutinho Robert, filha, assistente, e ex-diretora do Instituto. O precioso acervo está na maior parte arrolado pela professora Ivanise do Socorro Ferreira Cartier, licenciada em Português – Francês, que, em 1994, ainda monitora de Crítica Textual da Dr<sup>a</sup>. Deila Conceição Perez, entregou-se com desvelo a uma primeira leitura e seleção dos textos. É um levantamento inicial a exigir releitura mais detida e pesquisa paciente para uma divulgação feita sob critérios críticos, agora que a Crítica Textual, introduzida nos cursos de Letras da UFF pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, conta com especialistas experientes e de alto nível. Só a pasta **C- Discursos e Palestras** contém quarenta e cinco textos a exigirem datação, identificação de referências históricas, etc, importantes para a recomposição do momento histórico em que foram produzidos.

O acervo permitirá a elaboração de um memorial do Prof. Ismael Coutinho, nos moldes do documento que as instituições de ensino superior em boa hora passaram a exigir em concursos públicos.

Um dos documentos inéditos mais importantes é o discurso lido no Instituto de Educação de Niterói, quando o Prof. Ismael de Lima Coutinho foi homenageado com a inauguração de seu retrato no salão nobre. É um comovido agradecimento, em que, homem discretíssimo, sempre zeloso de sua intimidade, Ismael Coutinho pela primeira vez, parece-me, descerrou o velário de seu passado e, de coração aberto, fez um retrospecto de sua vida – uma confissão pública de encantadora singeleza e sinceridade.

## 1.4 Os três momentos de sua vida

Esse depoimento nos permite ver em sua biografia três momentos fundamentais. O primeiro, em Paraoquena, o arraialete em que nasceu e viveu até os dezessete anos. O segundo, no Seminário de S. José, em Niterói, onde estudou até 1926. O terceiro, daí em diante quando, egresso do seminário, dedicou-se à família, ao magistério e à vida pública.

Resumirei esse texto, com base na versão datilografada, de doze páginas, revista pelo autor – versão que não reproduz integralmente o manuscrito autógrafo. Aspearei sempre as transcrições:

### 1.4.1 Infância e juventude em Paraoquena

Ainda criança, aos oito anos, Ismael Coutinho, o segundo dos cinco irmãos, teve de trabalhar como “vendedor ambulante de pão” para ajudar a família, em face de uma paralisia pertinaz que acometera seu pai. A mãe, exemplo de mulher forte, católica, de inabaláveis convicções religiosas, passou a coser para fora, para não lhes faltar o pão de cada dia. Ismael Coutinho foi sempre “o seu companheiro fiel, o seu braço direito, nessas horas de aflição”.

Aos nove anos, outra provação recaiu sobre a família. Uma noite, foi acordado pelos gritos desesperados do pai, que, ainda paralítico, não podia fugir do incêndio que lhe chamuscava o leito... “e, mais um minuto, a grande tragédia estaria consumada.” O menino, com a ajuda dos vizinhos que acorreram logo, conseguiu salvar o pai. A mãe e os irmãos salvaram-se também, mas a família perdeu tudo. Por alguns anos viveu a expensas de amigos e parentes, e do que podia obter com o seu trabalho.

Porém, depois de cinco anos “de duros padecimentos, em que a própria lucidez do espírito lhe fora arrebatada pela terrível doença, que zombou da perícia e saber de não poucos especialistas” – após cinco anos, o pai começou a melhorar. Ismael Coutinho, aí pelos treze anos, foi trabalhar na casa comercial de que o pai se tornou sócio-gerente. Aos poucos foi-se restabelecendo o patrimônio que o incêndio destruíra. Caixeiro da firma, sua instrução não ia além “das quatro operações e do ditado, com algumas irreverências ortográficas”. Decidiu instruir-se mais, e adquiriu, “não sem custo, os livros indispensáveis ao estudo rudimentar das ciências mais necessárias: gramática, aritmética e história”. E assim fez sua educação básica, estudando à noite, “depois que cessava toda a agitação na casa comercial”.

De compleição franzina, alto e muito magro, as continuadas noites de vigília o deixavam cada vez mais abatido e com a saúde a exigir cuidados especiais. O pai descobriu tudo e, para protegê-lo, passou a desligar a luz de seu quarto. O jovem teve de restringir as horas de leituras noturnas, limitando-se

a estudar apenas gramática (“Era um devorador de gramáticas”), mesmo assim driblando a vigilância paterna com velas que escondia debaixo do colchão e acendia para ler, quando o pai desligava a luz.

A vontade inabalável de estudar venceu, afinal, a resistência do pai e do sócio, que lhe concederam algumas horas fora do balcão, para freqüentar um curso que o professor José Pinto de Sousa fundara há pouco, ministrando as matérias do curso secundário, inclusive latim. Esse professor “colendo mestre, cheio de bondade e de sabedoria”, iniciou-o no latim e ainda melhor o orientou no bom estudo do português, mostrando-lhe que “a língua não se aprende nas gramáticas, mas nos bons autores”. Levou-o à leitura, “a princípio dos clássicos, depois dos outros”. De tal maneira marcou sua formação, que Ismael Coutinho, já um autor consagrado, diria publicamente: “A ele quero render, neste momento, o meu preito de gratidão, porque fez de mim aquilo que eu queria ser – modesto professor da língua nacional”.

De par com livros “profanos”, leu também “livros religiosos, práticas, sermões, panegíricos” que lhe deixaram no espírito “uma profunda impressão”. Embora a princípio buscasse nessas páginas “exclusivamente a boa linguagem”, à leitura de Vieira, Bernardes, Frei Luís de Sousa, Mont’Alverne, o seu coração “ia-se pouco a pouco penetrando das verdades cristãs e dos exemplos heróicos da vida dos santos. “Dentro em breve tais verdades e tais exemplos haveriam de levá-lo à decisão de seguir a vida religiosa.

#### 1.4.2 O Seminário de São José

Pelos dezessete anos embarcou para Niterói, para ingressar no Seminário de S. José.

É o segundo grande momento de sua vida.

O Seminário de S. José plasmou a formação integral de Ismael Coutinho em “quase um decênio de reclusão”.

“Lá, entre as augustas paredes do Palácio da Soledade, tão cheias de recordações da minha juventude, longe do bulício do mundo, vivendo só para Deus e para os meus estudos, passei os mais agradáveis dias da minha vida. Lá retemperarei os nervos, fortaleci o coração, robusteci o cérebro, para os duros combates que tive de sustentar cá fora.”

Orações, leituras, acurado estudo de latim e grego... tudo isto com o privilégio de ter sido um dos filhos espirituais e secretário particular de D. Agostinho Benassi, o admirável pastor de almas, conhecido e amado em Niterói por sua piedade. A ele Ismael Coutinho se refere como “um santo cujo nome deve acordar no seio da família católica fluminense, uma profunda saudade e ser sempre pronun-

ciado com os joelhos em terra”... “foi ele, este santo Bispo, que não conhecia obstáculos à sua caridade cristã, quem me abriu as portas do seu Seminário e que me revelou, na prática de todas as virtudes que a santidade ainda existe na terra”.

De trabalhos específicos de sua formação sacerdotal só encontramos três. São dissertações sobre teses da doutrina católica, tais como “*phoenomena diabolica*” (magnetismo, espiritismo e hipnotismo); a análise conveniente do *Actus Fidei* e como chegar à Fé; e a infalibilidade do papa decorrente de sua autoridade como Sumo Pontífice. Os três tem o julgamento “*summa laus*”, o conceito de excelência.

No Seminário não esmoreceu o velho desejo de ser “professor da língua nacional” do jovem “devorador de gramáticas,” assíduo leitor dos bons autores. Ao contrário, dispondo de condições excepcionais para estudar, o seminarista intensificou suas leituras sobre a língua portuguesa, como comprovam cadernos de anotações diversas, de *Notas de português* e de *Poemas e Artigos publicados*, do tempo do Seminário de S. José, 1922 e 1924. O ultimo reúne – além de seis sonetos e três textos em prosa (às vezes com o pseudônimo de João das Chagas) – reúne, dizíamos, quatro pequenos artigos de crítica a afirmações de Cândido de Figueiredo em *O que se não deve dizer*, publicados em *O Município*, jornal de Lavras, MG, em 1924. Esse jornal registra em 20/01/1924: “Há dias que nossa cidade tem o prazer de hospedar o inteligente jovem Ismael Coutinho... o distinto moço vem cursando com raro brilhantismo o Seminário de Niterói...”.

O “inteligente jovem” seminarista costumava passar férias em Lavras, na casa da irmã mais velha, casada com um engenheiro da Rede Sul-Mineira de Viação. Pouco antes de ordenar-se, com sérios problemas de saúde e não se julgando “um daqueles *pauci electi*, a quem o Divino Mestre confere virtudes especiais para o ministério santo”, Ismael Coutinho decidiu deixar o seminário. Mesmo “egresso do santuário”, não lhe faltou a mão protetora de D. Agostinho Benassi, que o recomendou por carta ao diretor do Colégio Sílvio Leite, no Distrito Federal, e assegurou ao ex-seminarista o primeiro emprego no magistério, em 1927-1928.

### 1.4.3 Fora do Seminário

É o terceiro momento, o momento definitivo, em que Ismael Coutinho realiza sua vida no plano familiar, no magistério e nas funções públicas que exerceu. Em qualquer dessas feições, ele exerceu seu apostolado com a formação que trouxe do seminário, e sempre íntegro, quero dizer inteiro, o mesmo sempre como chefe de família, como professor, como homem público.

Casou-se em 22 de maio de 1929, em Aparecida do Norte, SP, com D. Catarina Tavares de Lacerda, a partir daí Catarina Tavares Coutinho, da famí-

lia Tavares de Lacerda, proprietária da pensão onde o jovem professor e acadêmico de Direito se hospedava em Niterói. Desde essa data, D. Mimi foi a companheira inseparável de trinta e seis anos de dedicação e amor, cujos frutos são hoje, sete filhos, trinta e dois netos e quarenta bisnetos. Estava ao seu lado naquela trágica manhã de 24 de julho de 1965. Conseguiu salvar-se e viveu oitenta e oito anos, até 30 de março de 1992, quando morreu em Niterói.

### **1.5 Vocação para o magistério. Carreira docente**

Embora fosse bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Ismael Coutinho nunca advogou. Sua voca o era o magistério, e magistério não como “simples missão social”, e sim como “um verdadeiro apostolado”.   uma afirma o constante tanto nos discursos de paraninfo, quanto nos discursos de inaugura o de grupos escolares como Secretário de Educa o.

Iniciou sua carreira docente – já o dissemos – no Distrito Federal, no Colégio Sílvio Leite, onde trabalhou dois anos (1927-1928). Voltou a Santo Antônio de Pádua e lecionou Português, Latim e Filosofia no famoso colégio do professor Lavaquial Biosca. Em 1928 conquistou em concurso público uma cadeira de Português no Liceu de Humanidades de Campos, RJ. Em 1930 transferiu-se de Campos para Niterói, como catedrático de Português e Literatura do Liceu de Humanidades Nilo Peçanha e Escola Normal.

Já residente em Niterói desde 1929, aqui lecionou em vários colégios particulares: Colégio Brasil, Colégio Bittencourt Silva, Instituto de Humanidades, depois Colégio José Clemente, e Colégio Icaraí. Em 1936/37 foi aprovado no concurso para professor do Ensino Técnico Secundário da Prefeitura do Distrito Federal. Ao se aposentar, em 1962, era professor de Português e Latim no Instituto de Educa o do Rio de Janeiro.

No ensino superior, foi um dos incentivadores da cria o da Faculdade Fluminense de Filosofia, de Niterói, e seu primeiro diretor como consta da “Ata da 1  Reunião da Congrega o da Faculdade Fluminense de Filosofia”, realizada em 12 de abril de 1947. Tendo sido nomeado Secretário de Educa o e Saúde, comunicou   Congrega o a impossibilidade de assumir a dire o, propondo o nome do prof. Durval de Almeida Baptista Pereira para substituí-lo. Ao deixar a Secretaria de Educa o, a pedido e em caráter irrevogável, assumiu plenamente a cadeira de Língua e Literatura Latina, que lecionou até 1965.

#### **1.5.1. Participa o em Comissões Examinadoras**

Este item merece destaque nas atividades docentes de Ismael Coutinho.

Além de participar de bancas examinadoras de concursos para professor do ensino secundário oficial, o prof. Ismael Coutinho, pelo prestígio e respeito

que conquistou no meio universitário, integrou também muitas comissões examinadoras de concursos para catedrático e livre-docente.

Era de ouvir sua argüição segura, profunda mas sem ostentações, sempre serena. Lia minuciosamente as teses, anotava-as e redigia em tiras de papel almaço seus comentários, sempre ricos de informações, às vezes preciosas achegas, muitas até hoje dentro das teses. Com os candidatos de alto nível sabia manter um diálogo de igual padrão. Aos menos doutos, generoso, oferecia-lhes oportunidade de sobressaírem, de modo que sua presença era tranqüilizadora, por seu equilíbrio, sua prudência e pelo respeito à pessoa do candidato.

No *curriculum vitae* de 1962, relacionou as seguintes comissões: 1) Concurso para a Cátedra de Língua e Literatura Latina da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1945); 2) Concurso para a Livre-Docência da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1948); 3) Concurso para a Cátedra de História da Literatura Latina da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais (1956); 4) Concurso para Livre-Docência de Filologia Românica da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1957); 5) Concurso para a Cátedra de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1959); 6) Concurso para a Cátedra de Filologia Românica da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1958); 7) Concurso para a Cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1960); 8) Concurso para a Cátedra de [Latim, Português?] do Liceu Nilo Peçanha, de Niterói (1941); 9) Concurso para a Cátedra de Português do Liceu de Humanidades de Campos, RJ, (1945); 10) Concurso para a Cátedra de Português do Colégio Pedro II, Rio (1958); 11) Concurso para a Cátedra de Latim do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro (1950).

Esta relação está incompleta, pois sabemos de várias outras participações. Também as datas nem sempre coincidem com as que constam das teses.

Aos especialistas, aos que convivem com o magistério e, sobretudo, àqueles que assistiram e esses concursos, a lista apresentada é significativa. Como, porém, *Confluência* alcança um público diversificado, que inclui jovens estudantes de graduação e pós-graduação em Letras, vale a pena relacionar as obras examinadas, como, pelo menos, uma contribuição à historiografia dos estudos filológicos e lingüísticos no Brasil – promissora linha de pesquisa que já conta alguns trabalhos de valor. Algumas das teses, em sua forma original, ou com alterações adequadas à publicação, ainda hoje são de consulta obrigatória, ou mesmo a única referência sobre o assunto.

Cito as que consultei, dando-lhes numeração correspondente à dos concursos: 1) Ernesto Faria. *Pérsio – estudo literário e lexicográfico* (1945);

2) Joaquim Mattoso Câmara Jr. *Contribuição para uma Estilística da Língua Portuguesa*; 3) Aída Costa. *Influências Helênicas no Teatro de Plauto (A “Aulularia”)*, (1954); 4) Matilde Matarazzo Gargiulo. *A “Questão da Língua Italiana” no século XVI*, (1954); 5) Albino de Bem Veiga. *Virgeu de Consolaçon* (1959); 6.1) Augusto Magne. *O mais antigo documento da língua francesa* (1955); 6.2) Serafim Pereira da Silva Neto. *O problema do latim pré-românico* (1955); 7) Heinrich A. W. Bunse. *Aspectos lingüísticos e etnográficos no município de São José do Norte*. (1959); 10.1) Carlos Henrique da Rocha Lima. *Uma preposição portuguesa (Aspectos do uso da preposição “a” na língua literária moderna)* (1954); 10.2) Evanildo Bechara. *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português* (1954); 10.3) Olmar Guterres da Silveira. *A “Grammatica” de Fernão D’Oliveyra – Apreciação – Texto reproduzido da 1ª edição, 1536* (1954); 10.4) Petrônio Mota. *Raul Pompéia e “o Atheneu” (Ensaio de interpretação psicanalítica e estilística)* (1954); 10.5) Vittorio Bergo. *Aspectos lógicos, analógicos e estilísticos da transitividade verbal* (1954); 11.1) Carlos Juliano Torres Pastorino. *De pestilitate in Lucreti poemate* (1950); 11.2) Dioclécio Leite Macedo (D. Hilário Leite Macedo, OSB). *Ensaio sobre as figuras retóricas do “Apologeticum” de Q. S. F. Tertuliano* (1950); 11.3) Sílvio Elia. *Os elementos osco-umbros no vocabulário latino* (1950).

Não consta da relação o concurso para Doutorado em Letras Clássicas (Língua e Literatura Grega) na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em que foi aprovada a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Guida Nedda Barata Parreiras Horta, com a tese *As imagens de S. João Crisóstomo, na Homilia sobre o incompreensível* (1958). Só encontramos a argüição, invariavelmente redigida em tiras de papel almaço. Também não encontramos outras teses, algumas importantíssimas, que sabemos examinadas pelo prof. Ismael. É provável que estejam na Coleção Ismael Coutinho, título dado à sua preciosa biblioteca, adquirida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na administração do autor deste artigo (1966-1968), hoje integrante da Biblioteca Central da UFF no campus do Gragoatá, em Niterói.

## 1.6. Administração pública: um exercício de cidadania

No final de *Resposta a um Crítico (II)* (Prof. Mansur Guérios), diz Ismael Coutinho: “Estive, é fato, alguns anos afastado das “lides magisteriais”, pagando o tributo filial de fluminense à administração de meu Estado...” (*op. cit.*, p.55-56).

Esse tributo foi, a meu ver, um penoso exercício de cidadania para um homem que, confessadamente, gostava de ficar no seu canto, com sua família, com seus livros; ou, então, gostava de dar aulas, de conviver com seus alunos.

Foi Chefe de Gabinete da Prefeitura de Niterói no tempo do Prefeito Brandão Júnior; foi Secretário de Educação e Saúde (1947) no Governo do Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva; foi Presidente do Conselho Estadual de Educação (1958).

No exercício desses cargos, não traiu o perfil, conhecido de todos, de respeito à criatura humana, de defesa intransigente da verdade. Tudo isso está patente nos discursos em que deixou seu ideário sobre educação, dignidade profissional, democracia, defesa da família, responsabilidade do governo para com o povo, direitos dos pais e liberdade dos filhos, patriotismo, papel do livro na defesa da cultura, importância da formação didática (ele era autodidata !), etc., etc.

Apesar de conotações políticas que esses cargos oficiais inevitavelmente carregiam, Ismael Coutinho muitas vezes se opôs a certas soluções “políticas”. *Amicus Plato, sed amica veritas*. Entre Platão e a verdade, não tinha dúvidas. Foi assim, por exemplo, com um deputado estadual, a quem escreveu uma carta enérgica de quatro folhas datilografadas, em 5 de agosto de 1947, rebatendo acusações que julgou infundadas ao Secretário de Educação. É um texto importante, de que transcrevemos dois pequenos trechos:

“Antes de pingar o ponto final nesta já tão estirada carta, quero científicá-lo... de que não tenho grande apego ao cargo de Secretário, embora seja ele tão elevado, que nunca sonhei de um dia vir a ocupá-lo, digo-o sem falsa modéstia. Entretanto nele me acho investido pela nímia bondade desse homem providencial [o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva...]

Aqui, por conseguinte, estou e continuarei a estar, enquanto lhe merecer a confiança. Mas de uma coisa sou extremamente cioso e dela jamais abrirei mão – da minha dignidade. Não tenho fortuna, se é que se entende por fortuna apenas o dinheiro e a posse de bens materiais. A única riqueza que possuo é o patrimônio de um nome honrado que herdei desde o berço, e pretendo legar aos meus filhos, indene de qualquer eiva.”

Não admira que Ismael Coutinho viesse a pedir demissão, em caráter irrevogável, apesar de insistentes recusas do Governador. E voltasse às suas aulas.

### 1.7. Associações Culturais

Ismael Coutinho era membro e fundador da Academia Brasileira de Filologia, desde 26 de agosto de 1944, onde ocupava a cadeira nº 15, cujo patrono é Júlio Ribeiro. Na Academia Fluminense de Letras ocupou a cadeira nº 42, patronímica do Bispo Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho. Peranteu ainda à Sociedade Brasileira de Romanistas.

## 1.8. Colaboração Em Revistas

Nos anos dourados dos estudos filológicos, aí pela década de 50, foi colaborador da *Revista Brasileira de Filologia*, da Livraria Acadêmica, tendo figurado entre os diretores (a partir da morte do prof. Serafim da Silva Neto), em companhia de Antenor Nascentes, J. Mattoso Câmara Jr. e Sílvio Elia (Vol.6, Tomo I, junho, 1961). Também escreveu na *Revista Filológica* e em *Escola Secundária*, revista do Ministério da Educação e Cultura.

Suas publicações estão citadas adiante.

## 1.9 Aquela trágica manhã...

Aposentado, Dr. Ismael gostava de sair estrada afora com D. Mimi, para visitar os filhos e os muitos netos que enchiam de alegria o coração dos avós, numa lua de mel itinerante que, afinal, o merecido *otium cum dignitate* lhes propiciara.

Naquela manhã de 24 de julho, de tristíssima lembrança, – *horrendum dictu!* – perdemos o mestre inesquecível.

Divulgada a tragédia, a imprensa do Estado do Rio de Janeiro e de outros estados publicou ampla matéria sobre a vida e a obra do prof. Ismael Coutinho. O Dr. Clóvis Robert, seu genro e admirador, reuniu, com extremo cuidado, um vasto noticiário, de que nos estamos valendo. Eis a relação dos jornais: *O Fluminense*, Niterói, RJ; *Diário Fluminense*; *Diário de Notícias*, Rio, RJ; *A Cidade de S. João, São João da Boa Vista*, SP; *Diário de S. Paulo*; *Jornal do Comércio*, Rio; *Correio Fluminense*, Niterói; *O Diário*, Belo Horizonte, MG; *A Comarca*, Mogi – Mirim, SP; *Tribuna do Povo*, Araras, SP; *Correio da Manhã*, Niterói; *A Folha*, Pinhal, SP; *Niterói Católico*; *O Alarma*, Itaperuna, RJ; *Lar Católico*, Juiz de Fora, MG. Também o *Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa*, de Lisboa, n.º 8-9, agosto-setembro de 1965, registra na primeira página seu voto de pesar.

Consta, ainda, da “Memória do Prof. Ismael Coutinho” organizada por Clóvis Robert, a correspondência dirigida à família por instituições oficiais e particulares, por amigos e colegas brasileiros e estrangeiros, por alunos e ex-alunos, e por familiares. Em todos os textos, a palavra de conforto e o invariável testemunho de apreço à cultura e à retidão de caráter de Ismael Coutinho.

Foram-lhe prestadas grandes homenagens pela alta Administração do Estado e do Município: 1) O Governador, General Paulo Francisco Torres, decretou que o Instituto de Educação de Niterói, passaria a se chamar Instituto de Educação “Professor Ismael Coutinho” (Decreto n.º 11.913, de 26/7/1965); 2) a Assembléia Legislativa dedicou o expediente da sessão de 3 de agosto “à

memória do insigne Prof. Ismael Coutinho”; 3) O Poder Judiciário, através do Presidente do Tribunal do Júri, Dr. Jovino Machado Jordão, emitiu um extenso voto de pesar, publicado no *Correio Fluminense* de 1/8/65; 4) o Prefeito Municipal de Niterói, Dr. Emílio Abunahman, deu o nome de Rua Professor Ismael Coutinho à “artéria que dá acesso para a Faculdade de Filosofia, com início na Rua Dr. Celestino” (Decreto nº 1602 de 23/7/66); 5) mais recentemente (11/6/82), a Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua concedeu o Diploma de Medalha de Honra ao Mérito Visconde da Silva Figueira “Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Prof. Ismael de Lima Coutinho, “*in memoriam*”, por sua valiosa participação em vários setores de nosso Município.”

Do vasto noticiário é justo destacar o de *O Fluminense*, mesmo quando o tempo foi tornando menos sofrido o terrível golpe. Esmerou-se a Seção *Prosa e Verso* na publicação das matérias que Marcos Almir Madeira e Sávio Soares de Sousa souberam dosar com fina sensibilidade e apurado senso jornalístico. Da edição de 1/8/65, por exemplo constam: o artigo de Marcos Almir Madeira, *Verbo e coração vernáculos (Ismael Coutinho ou o livro e o lar)*, trechos inéditos do homenageado e depoimentos de especialistas e intelectuais: Albertina Fortuna, Antenor Nascentes, Artur Torres, Aurélio Buarque de Holanda, Cândido Jucá (filho), Durval Baptista Pereira, Francisco Bittencourt Silva, Guilherme Duque Estrada de Morais.

Em outro texto pretendo relacionar os artigos e pronunciamentos mais extensos, que sirvam de fontes de referência a estudos sobre Ismael Coutinho.

Outras homenagens são de instituições ou associações culturais a que Ismael Coutinho pertencera, como as da Academia Brasileira de Filologia na sessão ordinária de 7/8/65 e na especial de 28/8/65; e a do Conselho Estadual de Educação.

A Academia Brasileira de Filologia realizou em 28 de agosto de 1965, no salão nobre do Colégio Pedro II., no Rio de Janeiro, uma sessão especial dedicada a seu ilustre membro e fundador. O autor deste artigo, falando como ex-aluno, mal pôde ler seu texto “Meu mestre Ismael Coutinho”, publicado em *O Fluminense* de 9/10/65. Lembra-se, porém, de que o orador oficial, Acadêmico Modesto de Abreu, emocionadíssimo, ao evocar uma amizade iniciada em 1926, chegou a confessar que, embora não afeito a orações, sentia vontade de rezar pelo amigo falecido. Naquele salão nobre, onde tantas vezes o prof. Ismael Coutinho se fez admirar por suas arguições, naquele salão nobre parecíamos sentir-lhe a presença, ouvir-lhe a voz paternal, serena. E a sessão se arrastava penosamente num doloroso réquiem. A lâmpada, que há pouco se apagara, todos ainda a sentíamos quente dentro de nós.

Trinta e cinco anos depois, no centenário de nascimento de Ismael de Lima Coutinho, a Academia Brasileira de Filologia comemorou com aleluias a vida e a obra do saudoso homenageado. Agora, sim, podíamos todos exultar como num cântico de ação de graças, e dizer, sem falsa retórica, que Ismael Coutinho, a exemplo de S. Paulo, cristãmente “combateu o bom combate, terminou sua carreira e guardou a fé”.

Certamente já recebeu sua coroa de justiça.

### 1.10. Um Ismael Coutinho desconhecido

Não estaria concluído o retrato de corpo inteiro do Homem sem uma faceta que só agora conhecemos.

A leitura do acervo do Instituto de Letras revela-nos uma outra feição, até agora não referida, do prof. Ismael Coutinho: a feição literária. A princípio relutamos em acrescentar este item, por só termos notícia de poesias ismaelinas pela prof.<sup>a</sup> Maria Teresa Coutinho Robert, algumas ditas de cor. Julgávamos tratar-se desses cometimentos literários que todos um dia perpetramos, como poetas bissextos, para familiares, amigos íntimos, ou para nós mesmos.

Ocorre, porém, que desde seminarista, aí por 1922 – 1923 – 1924, Ismael Coutinho escreveu, em Niterói, e publicou no já citado *O Município*, de Lavras, MG, sonetos e pequenos textos em prosa, às vezes com o pseudônimo de João das Chagas.

No referido caderno de “*Poemas e Artigos publicados*”, encontram-se as seguintes publicações: a) sonetos: “*Minha mãe*”, “*Natal*”, “*Soror Teresinha*”, “*Retorno*” (publicado em “*Lira*”, Resende), “*A cigarra*” e “*Conselhos paternos*”; b) em prosa: “*Ruínas*” (João das Chagas) e “*Almas penadas*” (*idem*).

Datados de dezembro de 1926, todos compostos em Belo Horizonte, há cinco poemas manuscritos: “*Quando o teu vulto passa*”, “*A H.L.F.*”, “*Esfinge*”, “*Amor e receio*” e um soneto sem título. Há composições poéticas posteriores, datadas (8/5/1927), ou não.

Bem mais recente (de Belo Horizonte, 5/2/1957), é o poema que “o vovô Baé” escreveu para a primeira neta, “*À minha netinha Branca*”.

Não pude consultar outros preciosos cadernos de poesias, guardados pela família como se guardam relíquias.

Além do que foi dito, o João das Chagas chegou a planejar um livro com o título de *Contos Ingênuos*, com índice, de que encontramos seis textos: “*O negro Eugênio*” (escrito especialmente para “*O Jornal*”), “*O velho tropeiro*”, “*O Benedito*”, “*Tio Jacinto*”, “*O Santo eremita*” e “*A Pedra Lisa*”.



Congresso sobre a língua no teatro, Bahia – 1956. Da esquerda para a direita: Ismael de Lima Coutinho, Antenor Nascentes, Evanildo Bechara e Pierre Fouché.

## 2. A OBRA

Em artigo publicado em 1966, o autor destas linhas escreveu o seguinte: “A obra de Ismael Coutinho, contrastando flagrantemente com a sua intensa atividade cultural, é pequena... Nem é Ismael Coutinho, na história dos estudos filológicos no Brasil, um exemplo isolado desses mestres que ensinaram muito, mas pouco escreveram”.<sup>2</sup> Leodegário A. de Azevedo Filho foi mais feliz, ao dizer, em 1975, que a “obra que nos deixou não é extensa, embora intensa”<sup>3</sup>.

É que de modo geral, pensa-se apenas nos *Pontos de Gramática Histórica*, sua obra-mestra. A leitura dos artigos dispersos, aqui relacionados, e de alguns textos inéditos já referidos naquele artigo de 1966 ou acrescentados agora – que pretendo reunir numa próxima publicação – dará ao leitor condições de ajuizar bem da extensão e da intensidade da obra do prof. Ismael de Lima Coutinho, obra, fique bem claro, de natureza lingüístico-filológica, ou relacionada a estudos clássicos.

2 ROSALVO DO VALLE. “Professor Ismael de Lima Coutinho”. In: *Estudos Lingüísticos Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*, vol. 1: N<sup>o</sup>, S. Paulo, julho, 1966, p 37-40.

3 LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO. “Homenagem a Ismael de Lima Coutinho”. In *7<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*, NOVACULTURA, Rio de Janeiro, 1975, p.9.

## 2.1. Publicações

### 2.1.1 Livros e Teses

**1927** – *Método de Análise Lógica*, Tipografia Aurora, H. Santiago, Rio de Janeiro. Reimpressão em 1928, data registrada na capa, mantendo-se, porém, na folha de rosto a data de 1927.

**1928** – *As Criações Internas do idioma* – Tese sorteada para o concurso à 1ª Cadeira de Português do Liceu de Humanidades de Campos, RJ. Tipografia Aurora, H. Santiago, Rio de Janeiro (mimeo.)

**1928** – *A Crase* – Tese de livre escolha, apresentada à Congregação do Liceu de Humanidades de Campos, RJ, para concurso à 1ª Cadeira de Português. Tipografia Aurora, H. Santiago, Rio de Janeiro (mimeo.)

**1936** – *Pontos de Gramática Histórica* – Papelaria e Livraria Acadêmica, Niterói. É, com alterações, a matéria dos sete itens introdutórios da edição de 1938, números 1-62.

**1938** – *Pontos de Gramática Histórica*. Companhia Editora Nacional, São Paulo. Esta edição mereceu duas resenhas críticas, de Sousa da Silveira e José Pedro Machado, que vão transcritas parcialmente, adiante.

A obra teve sucessivas edições, a saber: 1941, 2ª edição, melhorada. Comp. Editora Nacional, S. Paulo. O autor fez algumas alterações como, entre outras: retirou os sinais convencionais; suprimiu do capítulo *Constituição do Léxico Português* “Elementos Gregos”, nº 119, p.74-84; substituiu no capítulo *Fonética fisiológica*, o item “Grupo vocálico”, por “Semivogais”, enriquecendo o atual nº 198; transcreveu o Decreto-Lei nº 292, de 23/3/38 (“*Regras para acentuação gráfica*”), do Ministro Gustavo Capanema; na bibliografia incluiu as obras recentes de Serafim da Silva Neto // 1954, 3ª edição, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro. Passa a integrar a Biblioteca Brasileira de Filologia, com o título, na capa, de *Gramática Histórica* // 1958, 4ª edição, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro. Retomou, com alterações, os “Elementos Gregos” do léxico português e acrescentou o capítulo sobre perfeitos fortes. Registre-se a contribuição de A. G. Cunha, “jovem e brilhante filólogo”, na revisão das provas tipográficas. Esta edição foi recenseada magnificamente por J. Mattoso Câmara Jr., texto que transcrevemos integralmente adiante. // 1962, 5ª edição, revista e aumentada, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro. É a última em vida do autor, que diz no prefácio ter procurado autenticar as “numerosas citações”, e ter feito “alguns acrescentamentos e correções”. // 1967, 6ª edição, organizada e apresentada por Rosalvo do Valle, Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro // 1976, 7ª edição, revista; organizada e prefaciada por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Ao Livro Técnico S/A, Rio de Janeiro. É o primeiro volume da *Coleção Lingüística e Filologia*. Hoje a obra está na 17ª edição, publicada também por Ao Livro Técnico.

Este livro afortunado mereceu de alguns especialistas crítica muito elogiosa, como, de outros, crítica menos favorável, a que autor deu respostas extensas, que registramos a seguir.

### 2.1.2 Artigos, Recensões, Prefácios e Respostas a críticas.

As publicações que conhecíamos datam dos anos 40. Agora, porém, temos de recuar até 1924, em face de pequenos artigos esparsos que encontramos no jornal *O Município*, de Lavras, MG, como já foi dito, e de outras contribuições de 1931, de que também só agora tomamos conhecimento.

**1924- *Desfazendo um equívoco*** – artigo em que retifica a afirmação de Cândido de Figueiredo sobre o étimo de “Mariano”: “Mariano, propriamente falando, é adjetivo de Maria”. Diz Ismael Coutinho: “Maria teve sua vulgarização com o advento do cristianismo. *Mariano*, porém, já circulava antes do aparecimento do cristianismo; portanto, a conclusão lógica é que *Mariano* não se deriva de Maria, mas de Mário. “Frades marianos”, “congregação Mariana”, está bem dito. A derivação aqui é clara, logo denotada pelo intuito religioso dessas fundações. Maria é a sua protetora, dela tiram o nome”. (*O Município*, 3/02/1924)

**1924 – *Motivos Frágeis*** – artigo em que aponta fragilidades e inconsistências dos motivos alegados por Cândido de Figueiredo sobre a correta pronúncia de vocábulos como “rapsódia”, “palinódia”, “prosódia”, “salmódia”, etc. E conclui assim: “Eu, por mim, se fosse consultado sobre a palavra rapsódia, responderia que se pronuncia rapsódia, pelo simples motivo de ser a pronúncia de toda a gente, que é, segundo o velho conceito de Horácio, a quem pertence o direito de falar: *Jus et mos loquendi*” (“*O Município*”, 3/02/1924)

**1924 – *Em torno de uma pronúncia*** – artigo em que defende a pronúncia “Quilôa”, contra “Quíloa”, proposta por Cândido de Figueiredo. Transcrevo o final: “Devemos pronunciar *Quíloa* ou *Quilôa*? Pronunciem lá como quiserem. Eu vou na onda com os que pronunciam *Quilôa*. Estou errado? Não importa. Enquanto não vierem razões mais fortes...” (“*O Município*”, 10/02/1924)

**1924 – *Em torno de uma derivação*** – discute a afirmação de Cândido de Figueiredo de que “devemos escrever *letra* e não *lettra*, porque a palavra nos veio do latim *litera*, que se deriva de *litura*, com pequena modificação.” Depois de citar Forcellini (*Lexicon Totius latinitatis*), Prisciano, Scaliger, Vossius e Burgraff, discutindo “conjecturas formuladas”, conclui: “Exponha-se como certo o que é certo e como controvertido o que está sob controvérsia.” (“*O Município*”, 24/02/1924)

**1931-** Em *Ideal*, “Revista mensal de Ciências, Artes, Letras, Mundanismo, etc. – Publicada sob os auspícios dos Professores do Colégio Brasil”, de Niterói, RJ, o prof. Ismael Coutinho assinava uma seção intitulada **Consultório Lingüístico**, em que respondia a consulentes. A revista tinha como redator – chefe o prof. Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, eminente hispanista e futuro catedrático de História da América da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Só encontramos três números (julho, agosto e setembro-outubro de 1931).

Parece-nos que a revista prosseguiu, a julgar por um texto manuscrito de doze páginas, sem data, redigido para o **Consultório Lingüístico**, em resposta ao mesmo consulente, um tal “Sr. Lúcio”.

**1931** – Em *Nova Geração*, “Órgão dos corpos docente e discente do Liceu “Nilo Peçanha” e Escola Normal de Niterói”, ano 1 número 1, p. 3-4, em **Nótulas de Linguagem** há um pitoresco artigo a propósito de “greve” e “parede” (“fazer parede”), rico de informações semânticas com base em Darmesteter, que o prof. Ismael Coutinho termina assim: “ Ao pechisbeque francês, preferimos o ouro velho do nosso parede”. Infelizmente não temos notícia de outros números de *Nova Geração*.

A partir de 1941 as publicações são conhecidas:

**1941-** *Uma achega etimológica*. In: *Miscelânea de estudos em honra de Antenor Nascentes*, Rio, 1941, p.61-64. A propósito da etimologia de *acabrunhar*.

**1941-** *Réplica oportuna*. In: *Revista Filológica*, ano II, maio, n° 6, Rio, p.46-54. Resposta a críticas da profª Albertina Fortuna Barros sobre a formação do infinitivo “pôr”. A professora respondeu com *Tréplica oportuna*.

**1941** – *Dois vocábulos aparentados*. In: *Revista Filológica* n°10, setembro, Rio, p. 15-17. Sobre a etimologia de *borco* e *embarcar*.

**1941** – *Um vocábulo de difícil etimologia*. In: *Revista Filológica*, n° 11, outubro, Rio. Sobre a origem de *faro*.

**1954** – *Os gramáticos latinos*. In: *Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia*, Niterói, RJ, p. 111-118. Estudo reproduzido, por intermediação do prof. Artur de Almeida Torres, em *Revista de Portugal*, XXX, 1965.

**1955** – *A propósito de minha Gramática Histórica*. In *Revista Brasileira de Filologia*, vol. 1, Tomo 1, junho, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, p.27-51, Resposta a críticas do prof. Silveira Bueno, publicadas no *Jornal de Filologia*, 5º número, S. Paulo, 1954.

**1955** – *Resposta a um crítico*. In: *Revista Filológica*, n° 4, ano I da II fase, agosto e setembro, Rio de Janeiro, p.45-58. Primeira parte da resposta a

críticas do prof. Mansur Guérios, publicadas na revista *Letras*, órgão da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, nº 2, agosto, 1954.

**1955** – Recensão crítica: “*Angelo Monteverdi- Manuale di avviamento agli studi romanzi: Le lingue romanze*, casa ed. Francesco Vallardi, Millano, 1952, in 8º, 256 ps”. In: *Revista Brasileira de Filologia*, vol. I, tomo 2, dezembro, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, p.217-219.

**1956** – Recensão crítica: “*Albert Blaise – Manuel du latin chrétien*, Strasbourg, 1955, 221 págs. In 8º”. In: *Revista Brasileira de Filologia*, vol.2, Tomo I, junho. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, p. 127-129.

**1956** – Resposta a um crítico (II). Final da resposta ao prof. Mansur Guérios. In: *Revista Filológica*, ano II da II fase, 1º semestre, Rio de Janeiro, p.43-56.

**1958** – Prefácio de *Bíblia Medieval Portuguesa – I Histórias d’abreviado Testamento Velho, segundo Meestre das Histórias Scolasticas*. Texto apurado por Serafim da Silva Neto, INL, Rio de Janeiro, p.5-9. O prefácio está datado de 28 de agosto de 1954.

**1959** – *Sugestões Metodológicas para a Execução do Ensino de Português*. In: *Escola Secundária*, nº 11, dezembro. Revista da CADES (Campanha do Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), MEC, Rio de Janeiro, p.54-64.

**1964** – *A desinência do acusativo do singular no Indo – Europeu*. In: *Romanitas*, ano II, Vol.2, Rio de Janeiro, p.41-45.

**1966** – Prefácio de *O Modernismo brasileiro e a língua portuguesa*, de Luís Carlos Lessa, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p. VI – IX. O prefácio está datado de 17/12/1964.

## 2.2 Trabalhos inéditos datados

**1952** – Recensão crítica de “Gladstone Chaves de Melo *Iniciação à Filologia Portuguesa*, Organização Simões, 1951 Rio”.

**1964** – *Estremunhado* – Estudo em que propõe para “estremunhar” o étimo *stramoniare* de *stramonium*, “estramônio”, “veneno enérgico cujos efeitos se denunciam por uma sonolência letárgica que se combate especialmente com vinagre e outros ácidos.”

**1964** – *A vida amorosa de Horácio* – conferência lida na Sociedade Brasileira de Romanistas.

**1964** – *O “z” no antigo latim*. Estudo em que defende a existência do “z” no latim arcaico, invocando, diante do silêncio da maioria dos gramáticos

latinos, o testemunho de Vélio Longo e Marciano Capela; algumas inscrições; o etrusco, o osco-umbro e o falisco; e modernos estudos de fonética, ortografia e epigrafia latinas.

### 2.3 Trabalhos inéditos não datados

1- *Parricida* – Discute sete hipóteses sobre a origem do elemento *pari-* ou *parri-*, já que o elemento final *-cida*, da família de *caedo*, “matar”, não oferece dificuldades.

2- *História de uma palavra*. A propósito da etimologia de *persona*, focalizando o problema no latim e nas línguas românicas, menos o romeno, que não conhece o vocábulo.

3- *Parassíntese*. Texto manuscrito, de cinco folhas, em que se refere ao não acolhimento pela Nomenclatura Gramatical Brasileira do termo “parassintético”, e estuda esse processo de formação vocabular.

4- *Resposta*, incompleta, a José Pedro Machado, referida adiante.

5- *Consultório Lingüístico*. Manuscrito de treze páginas como resposta a um consulente sobre *porque e por que*.

6- *Em torno de uma origem*. Notas sobre a etimologia de “nojo”.

7- Notas sobre a etimologia de “escorregar”, “estro” e “escalfar”.

8 – Aula inaugural de período letivo sobre o conceito de Gramática, seu lugar no ensino da língua e a melhor orientação a seguir.

9 – Recensão crítica de *Fontes do Latim Vulgar*, de Serafim da Silva Neto, 1ª edição, ABC, Rio, 1938.

10 – Recensão crítica de *Desfile de Cigarras*, poesias de A. Tavares de Lacerda, Editora Pongetti, Rio.

11- *Sobre a diferenciação lingüística ente Brasil e Portugal*. Manuscrito de doze páginas em que tece comentários à quarta conferência “do erudito Sr. Lagden” [Henrique Lagden], ora concordando, ora discordando de suas considerações.

Nos últimos anos o prof. Ismael Coutinho vinha trabalhando intensamente no texto da *Andria*, de Terêncio, que seria sua tese para a antiga cátedra de Língua e Literatura Latina. Há um rico material sobre fatos gramaticais e estilísticos da obra, sobre vocabulário e muitas anotações à métrica de Terêncio. Lamentavelmente, os latinistas têm de se contentar com essas anotações e comentários esparsos.

## 2.4 Sua Obra-mestra

Para concluir este item sobre a obra, não posso deixar sem o merecido destaque a repercussão de sua obra-mestra, com os elogios e as críticas que recebeu. Com relação ao bom acolhimento dos *Pontos de Gramática Histórica*, transcrevo três resenhas críticas, parcial ou integralmente.

### 2.4.1- Resenha crítica de Sousa da Silveira

A primeira é a do mestre de todos nós, Sousa da Silveira, publicada na *Revista de Cultura*, ano XII – 1938, Vol. 4 – Junho/dezembro, Rio de Janeiro p.268 – 269. Omito as observações pormenorizadas.

“Em lindo volume de 358 páginas de nítida impressão e combinação de tipos agradabilíssima à vista mais exigente, temos, da Companhia Editora Nacional, mais um lindo trabalho sobre a língua portuguesa, útil a alunos e a professores.

Contém os pontos de Gramática Histórica do programa do Colégio Pedro II, com alguns acréscimos que o autor julgou oportunos, e que, a meu ver, valorizam bastante o livro quanto à sua finalidade didática.

Tenho lido, de alguns anos e esta parte, escritos de professores ou candidatos a professores de português em que se nota apreciável substância lingüística ou filológica, mas péssima redação: a falta de gosto, o desleixo mesmo, a incorreção, o desprezo das boas normas da língua escrita avultam, prejudicando bastante, com esta falha artística, o mérito científico do trabalho. Tive a satisfação de verificar que tal não é o caso do presente compêndio escolar do Professor Coutinho: neste a boa doutrina transmite-se em boa linguagem portuguesa.

Não há ninguém, creio eu, que, tendo de dar nova edição de um trabalho de certo fôlego, como é o do Professor Coutinho, não se veja obrigado a dar-lhe alguns retoques. Com o intuito de ajudar o autor nessa nobre tarefa, sem esgotar a listas dos pontos que eu lhe poderia indicar como necessitados de revisão, aqui lhe chamo a atenção para os seguintes:

---

A impressão geral que me deixou a leitura do volume do Prof. Ismael Coutinho foi excelente. Penso que – doutrina segura, erudição discreta (coisa bem rara!), clareza, linguagem fluente e correta, equilíbrio, encadeamento lógico na exposição – são qualidades que o tornam dos mais belos e dos mais recomendáveis que, no gênero, se têm publicado entre nós.”

No prólogo da 2ª edição, 1941, Ismael Coutinho externou seu reconhecimento às críticas de Sousa da Silveira: “Entre os mestres nacionais, que escreveram então sobre o trabalho é justo salientar aqui, de público, o nosso

reconhecimento ao prof. Sousa da Silveira que, sem sanha ou cólera, antes com a bondade paternal dos que muito sabem, nos fez judiciosas observações e reparos de que nos aproveitamos na presente edição.”

#### 2.4.2. Recensão crítica de José Pedro Machado

A segunda é a resenha do filólogo e lexicógrafo português José Pedro Machado, publicada no *Boletim de Filologia*, tomo VI, fascículos 3-4, Lisboa, 1940, (embora datada de agosto de 1939), p. 474-481. Esta referência, além de noticiar a repercussão favorável da obra em Portugal, tem o objetivo de divulgar a existência de um texto inédito do prof. Ismael Coutinho: uma resposta manuscrita, incompleta, de dez folhas, não sei se enviada ao filólogo português.

Eis alguns trechos dessa longa resenha:

“De há muito que se faz sentir a falta de um trabalho em língua portuguesa onde, além dos assuntos relacionados com a gramática histórica, se trate também dos da lingüística geral.

Essa falta ainda mais é para lastimar se pensarmos num “manual” onde os principiantes se possam familiarizar, embora levemente, com os grandes nomes, com os grandes problemas.

Julgo que foi de certo modo para suprimir essa lacuna que o prof. Coutinho publicou o presente trabalho, que também é o resultado das lições por ele professadas nos estabelecimentos de ensino onde exerceu a sua atividade.

“Nasceu ele de simples notas manuscritas, rubricadas ao sabor do programa oficial sem ordem nem ligação”.

Este trabalho já granjeou alguma popularidade entre os estudantes portugueses. Ainda bem, porque o merece.

Essa popularidade mostra como há muito a esperar do gênero, que aparece já algo desenvolvido nesta obra.

Oxalá que alguém olhe com carinho para ele.

Oxalá também que os mestres saibam auxiliar os estudantes no seu caminho para a compreensão e a concatenação de muitas idéias que andam no ar e que nem todos as apresentam, uns por as ignorarem, outros por partidarismo que muito cheira a século XVIII.

Oxalá!

Como é natural, a obra do prof. Coutinho tem passos com os quais não estou em acordo absoluto.”

Vou passar a examinar alguns.....

Em resumo: Os *Pontos da Gramática Histórica* do prof. Ismael de Lima Coutinho devem ser lidos por todos.

O seu A. é pessoa de elevada cultura e de grande capacidade de síntese, o que é raro nos estudiosos deste gênero. Pena é que sua largueza de vistas (com a qual, como disse, concordo em absoluto) não esteja ainda suficientemente espalhada no Brasil e em Portugal e que a sua atividade escolar não lhe permitisse o aperfeiçoamento de certas deficiências, como repetições, deslizes doutrinários, etc.

O prof. Coutinho parece-me que é daqueles estudiosos de quem muito esperamos. Se se contar com mais alguns nas suas condições (por poucos que sejam) em breve alguma cousa se de fará de novo.

Uma última impressão sobre os *Pontos*: parece-me que seria necessário olhar com um pouco mais de atenção para o português arcaico, não só sob os pontos de vista fonético, morfológico e sintático, mas em especial para o ortográfico.”

### 2.4.3 Recensão crítica de Joaquim Mattoso Câmara Jr.

A última é a recensão do prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr., valiosa apreciação por ser a visão crítica de um lingüista que também tratou da história da língua, mas sob a ótica do estruturalismo, em *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Padrão, Rio de Janeiro, 1975, livro que será talvez aquele “sucedâneo de orientação estrutural” dos *Pontos de Gramática Histórica*, de que sentia falta o prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa no estudo introdutório da 7ª edição da obra de Ismael Coutinho.

Eis a íntegra da resenha, publicada na revista *A Cigarra*, que recebi do prof. Uchôa:

“Ismael Lima Coutinho é uma das nossas figuras mais respeitáveis nos estudos da filologia portuguesa. Para eles traz, além de um grande conhecimento específico, os seus predicados de latinista e helenista e um amplo domínio bibliográfico, facilitado pela sua capacidade de leitura fluente em alemão, o que lhe dá acesso direto à rica literatura de lingüística e filologia românica nesse idioma. A isto se alia grande lucidez e ponderação intelectual, de par com não menor probidade e exação no trabalho.

Assim, a sua “*Gramática Histórica*”, na feição que adquiriu a partir da 3ª edição, é um guia excelente para os estudantes universitários, os professores secundários de português e os leitores interessados em filologia. Situa-se em alto nível, e, em cotejo com as obras clássicas de Cornu, Huber, Nunes e Ed. Williams, se tem menor aprofundamento da matéria em certos pontos, compensa-o por uma visão mais ampla e uma base mais explícita de lingüística geral. Acresce a exposição clara, metódica e atraente, muito superior à apresentação compacta de Cornu, ao estilo difuso e descosido de Nunes e à segura de formulação de Huber e Williams.

Também gostaríamos de reconhecer-lhe sobre aquelas obras a vantagem de um enfoque novo, de base estruturalista e funcionalista; mas Ismael Lima Coutinho não tomou para divisa a frase vergiliana – “*Tentanda via est*”. Preferiu o caminho, já bem palmilhado, aberto pelas elucubrações neogramáticas. Daí, só em nota (e de maneira muito rápida e incompleta, que nem leva em conta a escola norte-americana) o referir – se marginalmente ao conceito de fonema, sem procurar aproveitá-lo no texto, numa aplicação que lhe estaria sugerida, por exemplo, na “*Economie...*” de Martinet e na “*Entwicklung...*” de Helmut Lüdke, trabalhos que não inclui em sua Bibliografia.

É, porém uma regra salutar, no trato dos livros, a de não exigir de uma boa obra aquilo que ela não pretendeu nos dar e apenas julgá-la pelo que ela quis ser.

Louvemos, portanto, sem maiores restrições, esta “*Gramática Histórica*”, que soube ser tão ricamente informativa, bem orientada, bem planejada e segura dentro do quadro tradicional em que voluntariamente se colocou.”

#### 2.4.4 Polêmicas. “Santo Ismael”.

Podíamos pingar aqui o ponto final deste já estirado artigo. Porém, o leitor de algumas respostas de Ismael Coutinho a críticas à sua *Gramática Histórica* estranhará o tom polêmico, a destoar da imagem que se formou do “Santo Ismael”, como diziam seus confrades da Academia Brasileira de Filologia, e do perfil que traçamos do Homem. O próprio Ismael Coutinho confessou em mais de um texto ser “por índole, avesso a polêmicas”. Neste que estou consultando – um manuscrito aí da década de 30 – diz *ipsis verbis*: “A experiência atesta que, nessas contendas, nem sempre os litigantes são movidos pelo desejo de chegar à verdade. O que neles frequentemente se observa é a luta de paixões contrariadas, dos interesses em jogo, obnubilando por tal maneira a razão, que lhe não permitem ver, com serenidade, o lado de que está a verdade.”

Mais de vinte anos depois, em 1955, na resposta ao prof. Silveira Bueno, a mesma atitude:

“Em retribuição ao seu procedimento comigo, procurei ser urbano com S. Ex.<sup>a</sup>: Tive a preocupação de não o magoar em nenhum passo de minha resposta. A verdade tem em si mesma força bastante para levar a convicção aos espíritos. Não são necessários outros expedientes. Se uma ou outra expressão me saíram mais fortes, creia-me S. Ex.<sup>a</sup> que as deve atribuir antes ao estado de ânimo de quem julga um dever inalienável a defesa do patrimônio de suas idéias, do que ao propósito deliberado de molestar ou atingir, mesmo de leve, a pessoa do crítico.

As polêmicas entre nós, infelizmente, quase sempre descambam para o terreno das descomposturas e das retaliações pessoais. Como se dizer desaforos e

atassalhar a honra alheia fossem argumentos capazes de dispor alguém a aceitar uma tese ou ponto de vista!... Educadores, cumpre-nos ser serenos, e não, oferecer à mocidade o espetáculo degradante de paixões recalçadas. Combatamos os erros, se é que os há, mas amemos, acima de tudo, os homens, consoante o conselho de Sto. Agostinho: “*Diligite homines, sed interficite errores...*”<sup>4</sup>

O juízo crítico sobre o mérito das questões levantadas caberá a quem se dispuser a ler as críticas e as respostas. Afinal, a manifestação livre de opinião é um direito que temos de admitir. O ponto que desejo ressaltar é que o prof. Ismael Coutinho considerava “um dever inalienável a defesa do patrimônio de suas idéias”, sem o propósito de atingir “a pessoa do crítico” – o que adquire dimensão especial quando se trata de um homem que, comprovadamente, fez de sua vida um exemplo de fidelidade à formação que recebeu, de dignidade profissional e, sobretudo, de amor à Verdade.

Seus críticos reconheceram-no. De dois deles leio agora testemunhos de grandeza e de isenção. Um, o prof. Mansur Guérios, em carta de 21 de março de 1956, lastimando “continuar a discordar do amigo” em alguns tópicos, diz: “Cria-me, prezado colega, cria-me que a breve apreciação aos seus “Pontos” na revista “*Letras*” não teve absolutamente a intenção de menosprezar a obra, nem tão pouco de desconsiderar a sua pessoa, que muito prezo e honro, com amizade que vem desde há anos. Sinto muitíssimo eu haja chocado o amigo, mas insisto em declarar-lhe não esconder malícia naquelas observações.”

O outro testemunho é da prof.<sup>a</sup> Albertina Fortuna, em documento de 18 de agosto de 1965:

“O episódio da crítica que me fez Ismael Coutinho me tornou mais grata a esse professor...” “a última vez que lhe falei foi para ouvi-lo dizer-me que estava preparando um trabalho (creio que sobre a obra de Terêncio), para concorrer ao concurso na Faculdade.

Achei-o extraordinário. Com mais de 60 anos, o professor ilustre, que não precisava de esforço para ser considerado e ouvido por todos, ainda estudava, trabalhava para produzir algo útil, ainda zelava pela dignidade do seu espírito e pelo bom nome entre os intelectuais fluminenses e brasileiros.”

Quanto ao autor deste artigo, não lhe desagradava esse tom polêmico, porventura menos santo de Ismael de Lima Coutinho; talvez porque assim o ache mais humano, mais próximo de sua humana fraqueza, já que não pôde ser seu discípulo em todas as virtudes, nem pôde viver uma vida *summa cum laude*, como seu mestre.

<sup>4</sup> *A propósito de minha Gramática Histórica*. In: *Revista Brasileira de Filologia* op. cit., pag. 51.



Argüição de Ismael de Lima Coutinho a candidato à cátedra do Colégio Pedro II, ao lado de Celso Cunha, Vandick Londres da Nóbrega, Alexandre Correia, Ernesto Faria e Artur de Almeida Torres (1956).

### 3. CONCLUSÃO

Ismael de Lima Coutinho, “dono de sólida cultura, que procurava esconder através de espontânea e límpida modéstia”<sup>5</sup>, tornou-se admirado, e querido, como professor e como cidadão – por sua decidida vocação para o magistério, que exercia como sacerdócio e pelo exemplo de cidadania que marcou sua passagem em funções administrativas no serviço público estadual e municipal.

Deixou sobre isso muitos inéditos de grande importância para um juízo mais seguro de suas idéias e para a compreensão do contexto histórico em que foram escritos: um homem de formação humanística sempre atento às inovações e mudanças de seu tempo.

Quanto ao Homem, os testemunhos acima referidos não deixam dúvidas sobre a extraordinária figura humana que era.

Com relação à Obra, Ismael de Lima Coutinho tornou-se conhecido como o autor dos *Pontos de Gramática Histórica*, ainda hoje de grande aceitação

<sup>5</sup> Silvio Elia, “Filólogos brasileiros”. In: Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*, 14/03/1971.

nos meios universitários, ao lado da *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, de J. Mattoso Câmara Jr., porventura seu sucedâneo estruturalista. Mas é preciso considerar a contribuição lingüístico – filológica dispersa em revistas especializadas, ou inédita que arrolamos neste artigo e pretendemos reunir em publicação, talvez não muito distante.

Esperamos que o leitor da *Gramática Histórica*, com os subsídios que lhe oferecemos neste preito ao seu autor, além de se beneficiar do conteúdo da obra, exposto com clareza e agradável linguagem didática, também se beneficie do exemplo que nos legou o Prof. Ismael Coutinho de dignidade profissional, de constância nos estudos, de preservação da cultura humanística e de culto da língua portuguesa, considerada em todos os seus períodos históricos e em todas as suas variedades.

\*\*\*

## DOIS ESPARSOS DE ISMAEL DE LIMA COUTINHO

### DESFAZENDO UM EQUIVOCO<sup>1</sup>

Ismael de Lima Coutinho

A propósito do vocábulo *Mariano*, que muitos erradamente escrevem *Marianno*, o ilustre filólogo português, sr. Cândido de Figueiredo, diz, a páginas 110, do seu livro intitulado: “O que se não deve dizer”: “Mariano, propriamente falando, é adjetivo de Maria: ‘Horas marianas’: frades marianos”.

Tenho em alto conceito os trabalhos lingüísticos do sr. Cândido de Figueiredo, e, por isso, desejo vê-los expurgados de ligeiros senões, que, embora os não maculem, tal é o seu valor, todavia, não deixam de lhes empanar o brilho.

Cândido de Figueiredo foi, é e será sempre, para mim, mestre dos mais conceituados, em questões de linguagem.

É bem conhecido de todos o zelo com que se tem empenhado no estudo dos mais difíceis e intrincados problemas do nosso idioma.

O vasto elenco das suas obras, muitas das quais já andam pela quarta edição, numa época como a atual, em que os trabalhos de filologia tão pouco interesse despertam nas duas pátrias irmãs, é um atestado seguro da sua competência e da estima que merece dos estudiosos.

Escrevendo para os jornais, muitas vezes na própria escrevaninha das redações, como ele afirma, Cândido de Figueiredo nem sempre dispõe do tempo necessário ao estudo e à meditação dos casos que lhe são propostos. Daí os deslizes, que, a espaços, aparecem em suas obras.

Um exemplo típico do meu aserto é a derivação de *Mariano*, que o sr. Cândido de Figueiredo foi buscar ao vocábulo *Maria*.

<sup>1</sup> O *Município* do dia 3-2-1924 – Lavras, MG.

*Mariano* não se deriva de Maria, mas de Mário, o feroz ditador romano que o sr. Figueiredo bem conhece (pela História, já se vê) e que foi implacável adversário de Silla.

*Mariano*, como adjetivo derivado de Mário, foi usado no tempo de Augusto pelo poeta Propércio:

“Aut quibus in campis Mariano proelia signo stant”.

*Marianos* eram chamados os partidários de Mario, como *Syllanos*, os de Silla; *Pompeianos*, os de Pompeu, etc.

O vocábulo *mariano* mudou de categoria; de adjetivo que era, passou a ser nome próprio, fato aliás tantas vezes verificado. Haja vista *Herculano* derivado de Hércules; *Emiliano*, de Emílio; *Juliano*, de Júlio; *Valeriano*, de Valério, etc.

Marco Valerio Marcial fala-nos de um *Mariano*: “Supra quod fieri nil, *Mariane*, potest”. Maria teve a sua vulgarização com o advento do cristianismo. *Mariano*, porém, já circulava antes do aparecimento do cristianismo; portanto, a conclusão lógica é que *Mariano* não se deriva de Maria, mas de Mário. “Frades marianos”, “congregação mariana”, está bem dito. A derivação aqui é clara, logo denotada pelo intuito religioso dessas fundações. Maria é a sua protetora, dela tiram o nome. Aí ficam consignadas minhas ligeiras observações.

À vista delas, o sr. Cândido de Figueiredo, amigo da verdade, como é, não deixará, estou quase certo, de corrigir a opinião que, *currente calamo*, formulou numa hora de sonolência.

“Indignor quandoque bonus dormitat Homerus...”

\*\*\*

## OS ESTUDOS GRAMATICAIS LATINOS<sup>1</sup>

Ismael de Lima Coutinho

“Unmittelbare beziehung auf die Sprache haben die Werke der lateinischen Nationalgrammatiker und Lexikographen” (Friedrich Stolz, *Geschichte der lateinischen Sprache*, zweiter Aufl., Göschen, p. 11, 1922). 2)

Os estudos gramaticais tiveram início entre os romanos, desde quando o filósofo estoíco Crates de Malos, da escola de Pérgamo, foi enviado ao Senado de Roma como embaixador do rei Átalo (168 a.C.), e aí teve de permanecer, por algum tempo, em consequência de um acidente que sofreu, fraturando uma das pernas. Para se entreter em alguma coisa, que lhe tornasse menos penosa a permanência forçada em casa, tomou a si a tarefa de fazer a mocidade romana interessar-se pelos assuntos filológicos. Foi êle, com efeito, quem, em palestras ou lições sobre a língua e literatura grega, despertou o entusiasmo dos jovens patrícios para esse gênero de estudos.

Convém frisar, entretanto, que, mesmo antes de Crates, não eram esses assuntos inteiramente desconhecidos em Roma. Sabemos que censor e cônsul Ápio Cláudio Cego, já no século III, a eles se consagrava, como se verifica das inovações ortográficas que lhe são atribuídas.

Os efeitos da ação exercida pelo filósofo estoíco logo se fizeram sentir, o que se deduz do interesse que poetas, como Ácio (170-90 a.C.) e Lucílio (180-102 a.C.), demonstraram pelas questões gramaticais, principalmente de ortografia. No número dos que sofreram essa influência, pode-se incluir também C. Otávio Lampádio (séc. II a.C.), editor de Névio, cujo poema *Bellum Punicum* dividiu em 7 livros.

Nas indagações lingüísticas, era a etimologia que gozava da preferência dos estudiosos gregos. Nela também se iniciaram os romanos, que se mostra-

<sup>1</sup> Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia – Niterói – 1954.

vam discípulos fiéis de seus mestres de além-mar, limitando-se às vezes a repetir-lhes a opinião, sem nada acrescentar.

A velha contenda que dividiu os filósofos da Grécia em dois grupos, a saber, *analogistas* e *anomalistas*, transferiu-se para o solo itálico, onde encontrou igualmente partidários mais ou menos extremados. Como é sabido, os *analogistas* defendiam o princípio da regularidade dos fatos lingüísticos; os *anomalistas* batiam-se pelo princípio contrário, de que não havia regularidade nesses fatos. Aquêles teve em Júlio César (100-44 a.C.), autor da obra desaparecida – *De analogia*, o seu principal defensor; por este se empenhou Crates de Malos e Lúcio Élio Estilão Preconino. Na disputa tomaram parte, mais tarde, Varrão e Plínio Segundo, que compôs o tratado *Dubii sermonis libri III*, freqüentemente citado pelos gramáticos posteriores.

Urge, entretanto, salientar que os romanos não eram afeitos às altas investigações filológicas, como os gregos. Os seus objetivos foram sempre modestos. Procuravam disciplinar a língua, para que se tornasse um instrumento de fácil manejo. As questões de prosódia, ortografia e sintaxe tomam um largo espaço na obra de seus gramáticos.

Considera-se verdadeiro fundador da filologia latina a Lúcio Élio Estilão Preconino (154-74 a.C.), que foi mestre de Cícero e de Varrão. Antes deles, era a gramática mero instrumento de investigações lingüísticas, a serviço do texto. Foi ele, em verdade, quem a tratou como ciência autônoma, com objeto formal próprio. Revelou-se ainda um erudito comentador de antigos documentos latinos em prosa e verso, como o *Carmen Saliare*, a *Lex duodecim Tabularum* e as comédias de Plauto.

O interesse pelo estudo da língua latina cresce à proporção que o poder romano se dilata, o povo se civiliza e se enriquece a sua literatura. A partir do Império, o número dos gramáticos se avoluma e, nos últimos tempos, é considerável. Já ficou dito que não primavam pela originalidade. Não só se apropriavam das opiniões dos gramáticos gregos, mas também se repetiam uns aos outros freqüentemente.

A primeira obra, consagrada inteiramente ao estudo do latim, entre os romanos, deve-se a Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), e intitula-se *De lingua latina*, em 25 livros, de que lamentavelmente nos restam apenas 5. Nela trata Varrão de etimologia, declinação, conjugação e sintaxe. Mas é mister assinalar que não é ainda uma gramática completa. A importância de Varrão está em que os exemplos citados são todos extraídos de antigos escritores, servindo assim de fonte para o conhecimento da história do latim. Muito versado em antigui-

dades romanas, fez Varrão bons comentários aos textos arcaicos e é, graças a ele, que sabemos quais as genuínas comédias de Plauto.

Contemporâneo de Varrão e seu êmulo em erudição foi Nigídio Fígulo, autor de uns *Commentarii Grammatici*, de que há sòmente fragmentos, citados por Aulo Gélio e Sérvio.

Sabe-se que Cícero (106-43 a.C.) não foi um gramático no sentido exato da palavra, mas não se pode negar o seu empenho no estudo dos fatos da língua latina. Em suas obras, principalmente no *Orator*, deparam-se-nos preciosas informações sobre assuntos gramaticais.

Na época de Augusto, aparece Vérrio Flaco, natural de Preneste, homem de grande erudição, a quem o imperador confiou a educação de seus dois netos. Compôs um *De orthographia*, que se perdeu, e uma grande enciclopédia, em ordem alfabética, intitulada *De verborum significatu*, em que reuniu um vasto material, interessando ao direito, à política, à religião, à literatura e à língua. Desta obra, que não chegou até nós, foram feitos dois resumos: um, em 20 livros, por Sexto Pompônio Festo, que viveu aí pelo século II; outro por Paulo Diácono, contemporâneo de Carlos Magno (séc. VIII). O trabalho de Paulo Diácono, que chegou até nossos dias, nada mais é, por seu turno, que um simples resumo do de Festo.

Mais ou menos desta época (séc. I), é também Ascônio Pediano, que fez comentários às orações de Cícero, em que procura elucidar a história e a cronologia de suas peças. Deles temos um fragmento.

Do tempo de Tibério e Cláudio, é Quinto Rêmio Palemão, a quem se deve o primeiro tratado completo de gramática. Merece ele, pela sua dedicação aos estudos da língua, um lugar destacado na história da gramaticografia latina. Distribuiu as palavras em 4 declinações, fixou as regras para a correta pronúncia dos vocábulos de acordo com a tradição dos antigos poetas, reconheceu no locativo um sétimo caso, estabeleceu as normas para a *consecutio temporum*, classificou as conjugações segundo os modos verbais. Adepto das idéias de Dionísio Trácio e dos alexandrinos, que aplicou ao estudo das flexões, e cuja terminologia seguiu, tornou-se independente na sintaxe. Embora dele nada nos reste, tal foi a influência de sua obra, que podemos rastreá-la nas citações de todos ou quase todos os gramáticos seguintes.

Sob o governo de Nero, floresceu M. Valério Probo, de Beirute, que publicou pouco, mas deixou muitas observações sobre a língua antiga. Fez edições comentadas de Vergílio, Horácio, Lucrécio, Terêncio e talvez Pérsio. Deste autor nada resta hoje, apenas referências ou citações feitas por Aulo Gélio, Carísio, Sérvio, Pompônio e Donato.

Do fim do século I, é Quintiliano (35-95), natural da Península Ibérica, que escreveu um tratado de oratória, intitulado *Institutio oratoria*, em 12 livros. Esta obra é o fruto de suas observações pessoais, como professor de retórica, em Roma, durante 20 anos. Encontramos nela muitas informações sobre fatos gramaticais, o que nos levou a incluir aqui o seu autor, embora não seja ele propriamente um gramático.

Pertencem à época de Trajano Vélio Longo e Flávio Cáper. O primeiro ocupou-se de questões de grafia, escrevendo o tratado *De orthographia*. Compôs o segundo, além de um trabalho acerca do mesmo assunto, dois tratados, que se intitulam respectivamente *De latinitate* ou *De lingua latina* e *De dubiis generibus*, de que largamente se serviram os gramáticos subseqüentes, entre os quais Crísio e Prisciano.

Ainda do tempo de Trajano, é Lúcio Cesélio Vindex, que escreveu um léxico, em ordem alfabética, intitulado *Stromateus* seu *Lectiones antiquae*, de que só restam fragmentos. Um resumo do seu tratado *De orthographia* aparece em Cassiodoro.

No governo de Adriano, surge Terêncio Escauro, adversário de Cesélio, que escreveu, uma *Ars grammatica* e comentários sobre Plauto, Vergílio e Horácio. Dele só nos chegou o tratado *De orthographia*, que é importante para o conhecimento da pronúncia do latim. Parece haver-se inspirado em Varrão.

No século II, viveu Aulo Gélio, autor da conhecida obra *Noctes Atticae*, em 20 livros, que não é um trabalho gramatical, mas rico repositório de fatos, relacionados com a filosofia, o direito, a história, a literatura e a gramática. Foi escrita durante a sua permanência em Atenas e seus arredores, o que justifica a escolha do título. Produto da vasta leitura de Gélio, assim dos escritores latinos como gregos, contém ela muitas citações de obras hoje inteiramente perdidas e que ficariam no esquecimento, não fosse o seu registo. Foi discípulo de C. Sulpício Apolinário, natural de Cartago, cujo parecer, em assuntos filológicos, cita em vários passos de sua obra.

Sob o governo de Marco Aurélio, viveu Terenciano Mauro, que escreveu em versos *De Litteris*, *De syllabis* e *De metris*. O primeiro desses trabalhos é particularmente interessante pela descrição minuciosa que faz dos fonemas latinos, Serve-lhe de fonte Césio Basso, em que se deve também ter inspirado Atílio Fortunaciano em seu tratado de métrica sobre Horácio, que chegou até nós. Também é digno de menção, nessa época, Mário Plócio Cláudio Sacerdos, que compôs *Artes grammaticae*, em 3 livros, o último dos quais se ocupa de métrica.

Do século III, é o *Appendix Probi*. Trata-se de uma lista de palavras, em que, a par da forma errada, figura a correta. Tem capital importância para o

conhecimento do latim vulgar. Não faz registo de fatos sintáticos. Foi escrito em Roma por um gramático anônimo.

É da primeira metade do século IV Nônio Marcelo, natural do norte da África, que compôs a obra intitulada *De compendiosa doctrina*, em 20 livros, dos quais os 12 primeiros tratam de assuntos gramaticais, os outros são dedicados a antiguidades romana. Tem a forma de um dicionário, e chegou-nos quase completa. É trabalho de muita utilidade pelo grande número de citações de antigos escritores e informações que nos ministra.

Do meado do século IV, é C. Mário Vitorino Áfer, como o próprio nome indica, natural da África, autor de uma *Ars grammatica*, em 4 livros, de que só o primeiro se ocupa de assuntos gramaticais; os restantes são consagrados à métrica.

São dessa mesma época também Élio Donato e Carísio.

Foi Élio Donato o mais conhecido dos gramáticos latinos, na Idade Média. A sua fama era tal que “donato” chegou a ser sinônimo de gramático. É autor de uma *Ars grammatica*, em que se inspiraram todos os tratadistas medievais. Compreende duas partes; a primeira, *Ars minor*, em perguntas e respostas, ocupa-se com as várias classes de palavras; a segunda, *Ars maior*, mais completa, se subdivide em 3 livros, onde se estuda o som, a letra, a sílaba, os pés, os tons, a pontuação, as partes do discurso. A secção final é dedicada à estilística. Esta obra foi comentada por M. Sérvio Honorato, no século IV, por Cledônio e Consêncio, no século V, e por Pompeu, no século VI, Donato escreveu também comentários sobre Terêncio e Vergílio. Foi mestre de S. Jerônimo.

Flávio Sosípatro Carísio compôs uma *Ars grammatica*, em 5 livros, considerada uma das melhores compilações no gênero. Esta obra nos chegou quase completa.

À segunda metade do século IV pertencem Diomedes, Marciano Capela e Sérvio. Escreveu Diomedes uma *Ars grammatica*, em 3 livros, em que se observam largos traços da influência de Valério Probo. Marciano Capela, natural do norte da África, compôs uma alegoria, intitulada *De Nuptiis Mercurii et Philologiae*, em 9 livros. Narra as bodas de Mercúrio com a Filologia, tal como o indica o título. É uma verdadeira enciclopédia, em que aparecem as sete artes liberais, que formavam o séquito do noivo, em cujo número se incluía a Gramática. Cada uma se põe a falar de assuntos que lhe interessam, enquanto aguardam os preparativos para a cerimônia nupcial. Encontram-se aí muitas informações interessantes relativamente à língua. Sérvio foi um comentador e intérprete atilado das obras de Vergílio. Aparece nas *Saturnais* de Macróbio como um dos interlocutores.

No rol dos autores que se ocuparam da língua latina, é de justiça incluir Macróbio, ou melhor, Ambrósio Macróbio Teodósio, natural da África, que viveu

igualmente nesse século, em cujas *Saturnais*, em 7 livros, se encontram referências frequentes a fatos gramaticais. Escreveu também um tratado de verbos gregos e latinos, intitulado *De differentiis et societatibus Graeci Latinique verbi*.

No século V, viveu Consêncio, autor dos tratados *De nomine et verbo* e *De barbarismis et metaplasmis*, que são particularmente importantes para o conhecimento do latim vulgar. Parece que se trata de excertos de uma gramática completa, que não chegou até nós. Igualmente do século V, são Cledônio, que foi professor em Constantinopla, e escreveu uma *Ars*, explanando a doutrina gramatical de Donato; e Pompeu, que escreveu sobre a obra do mesmo gramático um *Commentum artis Donati*.

No começo do século VI, aparece Prisciano, professor de gramática em Constantinopla, que viveu no tempo do imperador Anastácio. Escreveu *Institutiones grammaticae*, em 18 livros, obra notável pela soma de ensinamentos que encerra, embora nem sempre originais. Os 16 primeiros livros versam sobre fonética, morfologia, formação de palavras; os dois últimos se ocupam de sintaxe. Para mostrar o interesse que esta obra despertou na Idade Média, basta dizer que se conhecem dela mais de 1.000 manuscritos.

Deste mesmo século é Cassiodoro, homem público de grande cultura, que versou, com proficiência, assuntos de história e de língua latina. Deixou-nos um tratado *De orthographia*.

Fechando a longa série de autores que se ocuparam do latim, é justo que se cite S. Isidoro, bispo de Sevilha, que viveu entre 570 e 630, e o venerável Beda, que morreu em 735. Compôs Isidoro uma obra em 20 livros sobre origens, intitulada *Etymologiae*, dos quais os 11 primeiros são dedicados a assuntos filológicos. Não obstante algumas falhas e erros que se notam nesse monumental trabalho, é ele digno da maior consideração dos estudiosos pelas preciosas informações que dá acerca de palavras, fatos e coisas da Península Ibérica. De menor importância é, sem dúvida, o seu *De differentiis verborum*, em que seguiu as pegadas de Agrécio. É consagrado ao estudo da sinonímia. Não são destituídas de interesse as informações que nos fornece acerca da pronúncia do latim da Hispânia, nessa época.

Escreveu o venerável Beda alguns trabalhos gramaticais, inspirados todos em gramáticos anteriores, principalmente Donato, Carísio e Diomedes.

Dos gramáticos latinos deu-nos Keil uma excelente edição, em 7 volumes, intitulada *Grammatici latini* (1857 – 1880). Higinio Funaioli coligiu fragmentos de gramática desde Ácio até Augusto, que publicou sob o título *Grammaticae Romanae fragmenta* (1907), de que somente apareceu o 1º volume. Como suplemento à compilação de Keil, reuniu Haag os trabalhos dos gramáticos medievais, que publicou nas *Anecdota Helvetica* (1870).

## BIBLIOGRAFIA

- SUETÔNIO – *De Grammaticis*.  
 KEIL – *Grammatici latini*, 7 vols., Leipzig, 1857-1880.  
 H. J. ROSE, M. A., F. B. A. – *A Handbook of Latin Litterature*, 2d. edit., London, 1949.  
 W. M. LINDSAY – *The Latin Language*, Oxford, 1894.  
 JOHN EDWIN SANDYS – *A companion to Latin Studies*, 3d. edit., Cambridge, 1943.  
 MIDDLETON AND MILLS – *Student's Companion to latin Authors*, London, 1896.  
 ERNST KIECKERS – *Historische Lateinischen Grammatik*, I Theil, Lautlehre, München, 1930.  
 F. STOLZ – *Geschichte der lateinischen Sprache*, zweite Aufl., Göschen, Leipzig, 1922.  
 SCHANZ-HOSIUS – *Geschichte der römischen Litteratur*, 7 vol., München, 1907-1920.  
 W. S. TEUFFEL – *History of Roman Litterature*, 2 vols. London, 1900.  
 A. GUDEMANN – *Ver Grammatik*, in *Real – Encyclopädie d. Klassischen Altertumswissenschaft*.  
 LAURAND – *Manuel des Études Grecques et Latines*, 4 vols. Paris, 1937-1938.  
 NICOLA TERZAGHI – *Storia della Letteratura Latina*, 2 vols., Torino, 1994.  
 GINO FUNAIOLI – *Studi di Letteratura Antica*, 3 vols., Bologna, 1949.  
 FRANCESCO DELLA CORTE – *La Filologia Latina delle Origine a Varrone*, Torino, 1937.  
 CONCETTO MARCHESI – *Storia della Letteratura Latina*, 8.<sup>a</sup> ed., 2 vols., Milano, 1950.  
 VÁRIOS AUTORES – *Introduzione alla Filologia Classica*, Milano, 1951.  
 WILHELM THOMSEN – *Historia de la Lingüística*, Edit. Labor, Barcelona, 1945.  
 WILHELM KROLL – *Historia de la Filología Clásica*, Edit. Labor, Barcelona, 1941.

\*\*\*

## A COLABORAÇÃO DE MATTOSO CÂMARA EM *A CIGARRA* (1957 – 1960)

Carlos Eduardo Falcão Uchôa  
UFF

O conhecedor da obra de Mattoso Câmara sabe que as resenhas críticas ou resenhas são numerosas em sua profícua produção intelectual. Na verdade, desde muito cedo, ele se preocupou em avaliar obras que julgava úteis aos estudiosos da linguagem. Assim é que resenhou obras de um Trubetzkoy, de um Jakobson, de um Swadesh, de um Ginneken, de um Kainz, de um Sturtevant, de um Terracini, de um Diego Catalán, de um Paiva Boléo, de um Herculano de Carvalho, entre muitos outros. Esta parte de sua bibliografia exerceu, nas décadas de 40, 50 e 60, um importante papel para a difusão das idéias de muitos linguistas entre nós, divulgadas através do filtro crítico de um linguista atualizado e sagaz.

Mattoso Câmara escreveu, no período de 57 a 60, para uma revista, de grande circulação na época, destinada ao público leitor em geral, o que ele chamou de *notícias críticas*. Trata-se de sua colaboração em *A Cigarra*, revista mensal da editora *O Cruzeiro*, na seção, que geralmente ocupava uma página, intitulada *Livros*. Nesta página, dava-se notícia de duas ou três obras, quase sempre literárias, publicadas recentemente. Foram colaboradores desta seção importantes representantes da intelectualidade brasileira: Aurélio Buarque de Holanda, José Paulo Moreira da Fonseca, Cassiano Ricardo, Ledo Ivo, Afrânio Coutinho, Eduardo Portela, Paulo Rónai, Otto Maria Carpeaux, Eugênio Gomes, Pedro Calmon, José Lins do Rego, Euryalo Canabrava, Cecília Meireles e Darcy Ribeiro.

Mattoso Câmara escreveu 12 dessas notícias críticas para *A Cigarra*, a saber: *Teatro de Martins Pena*, edição crítica de Darcy Damasceno; *Iniciação à filologia portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo; *A análise matemática do estilo* – aplicação do processo de Fucks a obras literárias em português e espanhol, de Túlio Hostílio Montenegro; *Dificuldades da língua portuguesa*, de M. Şaid Ali; *O ensino do latim* (doutrina e métodos), de Sílvio Elia e *Didática especial de português*, de Leodegário de Azevedo Filho (num mesmo

número); *Pontos de gramática histórica*, de Ismael de Lima Coutinho; *Exercícios de português*, de M. Cavalcanti Proença e *100 textos errados e corrigidos*, de Hamilton Elia e Sílvio Elia (num mesmo número); *Dicionário de sinônimos*, de Antenor Nascentes; *Pequena Gramática para explicação da nova nomenclatura gramatical*, de Adriano da Gama Kury; *Vakomono! Oti*, 1, Cartilha Terena e *Gramática do latim vulgar*, de Th. Henrique Maurer.

Embora tais *notícias críticas* não tenham peso maior no conjunto da obra mattosiana, nelas se encontram aspectos expressivos que marcam o pensamento do intelectual e do lingüista brasileiro.

O primeiro aspecto a ser observado diz respeito ao apreço de Mattoso Câmara pelos estudos filológicos, selecionando para algumas de suas *notícias críticas* obras que traduziam os interesses centrais da filologia brasileira: o estabelecimento de bases doutrinárias sólidas, como a *Iniciação à filologia portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo ou as *Dificuldades*, de Said Ali, que opunham o estudo filológico ao improvisado ou amadorismo freqüente em tantos estudos sobre a língua entre nós; a preocupação com os estudos diacrônicos, refletida na *Gramática histórica*, de Ismael Coutinho; o preparo de edições críticas, como a concernente ao teatro de Martins Pena e, por fim, a atenção com as pesquisas românicas, como a obra sobre o latim vulgar de Maurer.

Mattoso Câmara inicia, na verdade, a partir dos anos 40, um novo discurso sobre a linguagem no Brasil, marcado pela preocupação com a análise e compreensão do fenômeno lingüístico, pelo referencial teórico novo entre nós representado pelo estruturalismo e pela sua visão antropológica da linguagem. A obra dele traduz, com efeito, um outro paradigma no processo histórico dos estudos sobre a linguagem no Brasil. Arauto embora de um novo discurso, o lingüista brasileiro não se volta contra o discurso filológico, então ainda flagrantemente dominante entre nós nas décadas de 40, 50 e 60, período que cobre essencialmente o da sua produção intelectual. Mattoso Câmara mostra-se leitor atento dos nossos mais credenciados filólogos, a cuja contribuição ao estudo da língua não poupa elogios.

Em sua *notícia crítica* sobre a obra de Ismael Coutinho, considera “uma regra salutar, no trato dos livros, o de não exigir de uma obra aquilo que ela não pretendeu nos dar e apenas julgá-la pelo que ela quis ser”. Assim, Mattoso Câmara “situa em alto nível” a obra de Ismael Coutinho: “e, em cotejo com as obras clássicas de Cornu, Huber, Nunes, Ed. Williams, se tem menor profundidade da matéria em certos pontos, compensa-o por uma visão mais ampla e uma base mais explícita de lingüística geral”. “Louvemos, portanto, sem maiores restrições, esta *Gramática Histórica*, que soube ser tão ricamente informativa, bem orientada, bem planejada e segura dentro do quadro tradicional em que voluntariamente se colocou”. (grifei)

A Said Ali, a quem dedicaria importante ensaio, se reporta em sua *notícia crítica* de *A Cigarra* como “o velho mestre, no seu verdadeiro papel de pioneiro da lingüística propriamente dita”. Insurgindo-se Mattoso Maia contra a “filologia míope dos textos clássicos, feitos paradigmas do que se deve dizer em pleno século XX”, reconhece que “soube Said Ali encarar os textos clássicos como base e documentação do estudo evolutivo da língua e dar à gramática expositiva sua sistemática lúcida e sagaz”.

Maurer, com sua *Gramática do latim vulgar*, é exaltado como autor do “trabalho mais amplo e completo no gênero” em língua portuguesa. “É comparável ao que fez algumas décadas atrás o professor norte-americano C. H. Grandgent”.

Antenor Nascentes foi outro filólogo brasileiro por quem Mattoso Câmara sempre nutriu forte simpatia e admiração, vindo a dedicar-lhe também substancioso ensaio. Em *A Cigarra* dedica uma de suas *notícias críticas* ao *Dicionário de sinônimos* de Nascentes. Em tal notícia exalta a capacidade de o filólogo “traduzir, com máxima singeleza, idéias que são fruto de uma das culturas filológicas mais cabais e profundas que se encontram no magistério brasileiro”. E acrescenta, como perspicaz conhecedor da obra de Nascentes: “O seu pendor para associar intimamente a linguagem com a vida, à maneira de Bally (...) o torna especialmente apto para esse estudo filológico que é o lexical”.

Ao preparo de edições críticas – meta prioritária da Filologia –, exalta Mattoso Câmara como “Um dos aspectos promissores da filologia contemporânea no Brasil (...) a atenção que lhe vêm merecendo os autores nacionais”, opinião manifestada em sua *notícia crítica* sobre o teatro de Martins Pena, em edição crítica de Darcy Damasceno. É ainda elogiosa a sua opinião quanto ao cuidado na edição de textos científicos, como a publicação da 5ª edição de *Dificuldades* de Said Ali, por cujo estabelecimento e revisão de texto foi responsável Maximiano de Carvalho e Silva, “que, em virtude da escrupulosa e competente exação com que trabalha, é pessoa altamente qualificada para tal mister”.

Se Mattoso Câmara era, então, à época das *notícias críticas* (1957-1960) de *A Cigarra*, uma figura pode-se dizer isolada no contexto brasileiro, pela direção que imprimira aos seus estudos e à sua produção, isto jamais fê-lo depreciar ou desvalorizar as obras dos mais representativos cultores da ciência filológica brasileira, com a ampla compreensão de que era necessário “engrenar o pensamento atual com o passado, condição precípua para desenvolvermos uma ciência lingüística bem plantada em nosso meio e sem maior solução de continuidade no tempo”. (Câmara Jr., 1972, p. 172).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

Esta afirmação faz parte do texto de uma palestra sobre João Ribeiro proferida na Academia Brasileira de Filologia em 1960, a que acrescentaria eu esta outra passagem, para marcar a posição de Mattoso Câmara sobre o estudo científico em seu processo histórico: “não examiná-los (os antigos gramáticos) com a superioridade tola de quem sobre eles está adiantado, apenas, por força do viver numa época mais adiantada que a deles; mas estudá-los com carinho procurando apreciá-los em sua própria época e sobretudo depreender o que há de valioso e rico numa exposição que à primeira vista pode nos parecer obsoleta, ou até inteiramente superada”. (p. 184) <sup>2</sup>

Constata-se, pois, que o intento de Mattoso Câmara identifica-se com a proposta recente de criação de um Grupo de Trabalho de Historiografia da Lingüística Brasileira, junto à ANPOLL, grupo que se constituiu com o objetivo fundamental “em mergulhar na reflexão e análise das continuidades e descontinuidades das tradições nacionais de investigação sobre a linguagem”.

O segundo aspecto a ser salientado em relação às *notícias críticas* publicadas em *A Cigarra* é o interesse que Mattoso Câmara manifestava, ainda que envolvido em intensa atividade acadêmica e produção intelectual, com o que então se publicava no Brasil no campo do estudo da linguagem, desde as obras mencionadas de alguns dos nossos filólogos mais proeminentes, passando por trabalho referente à alfabetização dos índios terena em sua própria língua, pela monografia sobre linha de pesquisa que estava “vivamente interessando a filologia do nosso tempo” – a estatística lingüística – até os livros sobre o ensino do Português, uma constante em sua obra.

Salientemos agora algumas posições, que reputo merecedoras de destaque, assumidas pelo lingüista brasileiro ante os livros avaliados em sua colaboração em *A Cigarra*.

1. Em relação à *Gramática do latim vulgar* de Maurer, Mattoso Câmara faz a ressalva de que “O título de Gramática não deve ser interpretado literalmente: o latim vulgar não se presta a uma descrição ‘gramatical’, no sentido estrito do termo, porque não é um ‘sistema’ lingüístico usado num determinado momento e num determinado lugar por uma sociedade homogênea e coesa. É um conjunto de usos e inovações processando-se através dos tempos no território do domínio romano”. Salienta, pois, Mattoso Câmara a necessidade de se considerar, no estudo do latim vulgar, a variedade lingüística diacrônica e sincrônica, que ele comporta. Mesmo Maurer partindo do postulado “de que o latim vulgar fixou as suas características gerais básicas no início da época imperial e dentro da cidade de Roma”, Mattoso Câmara se opõe a que tal estudo tenha como resul-

<sup>2</sup> CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

tado uma 'Gramática', "senão um apanhado das mais profundas tendências que iam distanciando o latim vulgar da 'gramática' da língua literária".

Na sua *notícia crítica* do livro de Maurer há ainda a sublinhar uma passagem que serve para bem caracterizar o professor e o intelectual Mattoso Câmara. Salientando que Maurer "evita outras idéias e conclusões modernas que estão estabelecendo uma revisão e reformulação de problemas em lingüística românica", "talvez porque tenha receado provocar um impacto perturbador no nosso ensino universitário de letras ainda incipiente", Mattoso firma sua posição a que procurou manter-se coerente ao longo de sua carreira: "De minha parte não concordo com tal receio e estou certo de que impactos desses são antes salutares e estimulantes". Frase que não poderia ser mais representativa da trajetória acadêmica do lingüista brasileiro.

2. No tocante à edição de textos escritos, além de saudar, como já se evidenciou, como um dos aspectos promissores da filologia contemporânea no Brasil a atenção que lhe vêm merecendo os autores nacionais, Mattoso Câmara assume um posicionamento contrário ao das edições críticas sobrecarregadas de comentários dispensáveis:

Darcy Damasceno (...) empreendeu um trabalho de grande oportunidade e genuinamente filológico, embora ele tenha absterido das copiosas notas, de praxe entre nós em edições desta natureza, as quais, entretanto, muitas vezes extemporâneas, desviam até da obra a atenção do leitor. O que se espera do organizador de uma edição crítica é, antes de tudo, lucidez na adoção e colação dos textos, respeito escrupuloso a eles e trato perspicaz em resolver-lhes as dúvidas e confusões.

3. Na *notícia crítica à Iniciação à Filologia Portuguesa* de Gladstone Chaves de Melo, com base na 2ª edição refundida e aumentada (1957) – obra que, segundo Mattoso Câmara, "apresenta idéias sólidas, ponderadas e claras, de que devem tomar conhecimento todos os nossos professores de língua materna" – o lingüista brasileiro assinala uma fundamental mudança na posição do filólogo, "quando, na linha de Meillet, prefere que se chame Lingüística Portuguesa e não Filologia Portuguesa o estudo científico da nossa língua". Na verdade, os filólogos sempre reivindicaram para si o estudo científico da língua, como se pode atestar nesta passagem de Serafim da Silva Neto (1976, 9): "Infelizmente, não se pode dizer que tenha havido, sempre, o mesmo interesse absorvente pelo estudo científico do português, pela investigação metódica das suas fases, da sua história, do estudo em nível universitário, de Filologia Portuguesa, em suma".<sup>3</sup> Considere-se ainda que Gladstone Chaves de Melo

<sup>3</sup> SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976

altera, na 4ª edição (1970) desta obra, o seu título para *Iniciação à Filologia e Lingüística Portuguesa*, em razão, declarada no prefácio desta edição, da “mudança de inteligência que entre nós sofreram a Filologia e a Lingüística, sobretudo nestes últimos cinco anos”.

4. O ensino da Língua Portuguesa foi contemplado nas *notícias críticas* de *A Cigarra* com comentários sobre quatro livros publicados ao final dos anos 50.

Da *Pequena Gramática* de Adriano da Gama Kury, trabalho que alcançou sucessivas edições, podemos primeiro ressaltar a posição favorável de Mattoso Câmara à elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira como uma iniciativa do Ministério da Educação e mesmo, de maneira geral, ao resultado alcançado. A obra de Kury, “uma sucinta gramática fundamentada nessa classificação”, é analisada pelo lingüista brasileiro como “precioso material, que vale pela segurança doutrinária, pela clareza da exposição e pelo equilíbrio das idéias”. Da *Didática Especial de Português*, de Leodegário Amarante de Azevedo Filho, ressalta a preocupação do autor com a “pedagogia lato sensu e com a psicologia do adolescente, utilíssimo assim aos professores de português que em regra não praticam uma psicologia estruturada num sistema coerente”. Dos *Exercícios de Português*, de M. Cavalcanti Proença, colho uma passagem que reputo expressiva, e propiciadora de reflexão muito atual, quanto à elaboração do material didático: “aqui se vê como é vantajoso que as obras elementares sejam feitas por pessoas igualmente capazes de outras de nível muito mais alto. Ao contrário do que às vezes se diz, o conhecimento profundo da língua não prejudica o professor elementar de português, mas antes lhe dá a visão exata para ser eficiente dentro da verdade lingüística”. Dos *100 textos errados e corrigidos*, de Hamilton Elia e Sílvio Elia, obra que também alcançou sucessivas edições, representando uma orientação de ensino muito generalizada entre nós no final dos anos 50, Mattoso Câmara confessa “não ser do seu agrado esse tipo de aprendizado da língua: pois, além de psicologicamente contra-indicado (uma vez que tende a fixar na memória o errado ao lado do certo), desgarrar-se não raro numa formulação artificial como reunir numa mesma frase erros díspares, porque privativos de vários níveis mentais e sociais diversos”. O desacordo de Mattoso Câmara contra a orientação geral do livro não o impede de manifestar o seu “alto apreço” pelos dois autores e de reconhecer que a obra “enseja um debate dos mais lúcidos sobre vários pontos incertos ou contravertidos”.

Mattoso Câmara dedica ainda parte de uma de suas *notícias críticas* de *A Cigarra* à obra *O ensino de latim* (doutrina e métodos), de Sílvio Elia, concordando com a visão do autor “do que deve representar o ensino do latim para o brasileiro de boa instrução: em primeiro lugar, um background para compre-

ender a estrutura da sua língua materna, duplamente, pela origem e pela ação da erudição clássica, que desde o século XV tanto a enriqueceu; em segundo lugar, um meio de penetrar na cultura antiga, que, como matriz do mundo ocidental moderno, tem de ser conhecida em profundidade para a compreensão de nossa própria cultura”.

5. Presente às *notícias críticas* de *A Cigarra* está a visão antropológica da linguagem de Mattoso Câmara, manifestada amplamente através de sua carreira (seu trabalho na Divisão de Antropologia do Museu Nacional) e de sua produção acadêmica (com as publicações referentes ao estudo das línguas indígenas brasileiras). Em *A Cigarra*, Mattoso Câmara comenta a *Cartilha Terena*, fascículo publicado sob o patrocínio do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. O lingüista brasileiro mostra-se adepto do então novo método preconizado para a alfabetização das populações nativas: alfabetizá-las na própria língua, “em vez de lhes ensinar com ingentes esforços e parcos resultados, em inglês, em espanhol, em russo, em português, mais ou menos de trapos, e sobre tal base precária e inexistente procurar ministrar-lhes a faculdade de leitura e escrita”. Assim, conclui Mattoso Câmara, “o nativo de cultura primitiva amplia a sua visão cósmica através de uma estrutura lingüística que espontaneamente domina, e racionaliza o seu conhecimento dessa estrutura, aprendendo a aplicá-la como língua escrita (...)”.

Com esta exposição quis apenas resgatar as doze *notícias críticas* de Mattoso Câmara nas páginas de *A Cigarra*, que me foram dadas por ele entre os anos de 65 e 67. Creio estar assim contribuindo, ainda que modestamente, para a preservação da memória da lingüística brasileira, documentando e levantando as principais idéias e posições do nosso primeiro lingüista em textos em geral desconhecidos do mundo acadêmico. Desta maneira, dou prosseguimento ao meu projeto de continuar relendo a produção mattosiana. Depois de alguns textos publicados sobre aspectos abrangentes e centrais de seu pensamento, tenho me detido agora em apresentar ou lembrar, analisando-os, trabalhos seus ignorados ou esquecidos, como a coleção didática, em três volumes, *Elementos de língua pátria* (1935 – 1938), merecedora de um estudo meu em colaboração com Maria Christina de Motta Maia, publicado no número 2 (p. 29-40) de *Gragoatá* (revista do programa de pós-graduação do Instituto de Letras da UFF). A análise desta série didática nos levou a concluir “já estarem embutidos no professor de Português de *Elementos de língua pátria* o pioneirismo, o rigor científico e o embrião de muitas propostas desenvolvidas, em décadas posteriores, pelo então futuro lingüista.”

Certo é que a obra de Mattoso Câmara continua aberta a estudos. Provam sobejamente tal afirmação as duas teses e uma dissertação que a ela foram dedicadas na Universidade de São Paulo em 1998: a tese de livre-docência de

Valter Kedhi: *A morfologia e a sintaxe portuguesa na obra de J. Mattoso Câmara Jr.*; a tese de doutorado de Nilda Santos Cabral: *Edição crítica de textos científicos*: proposta de edição crítica de “Princípios de Linguística Geral” de Mattoso Câmara Jr. e a dissertação de Ângela Maria Ribeiro França: *Texto e contexto nos escritos lingüísticos de Mattoso Câmara (1938-1954)*.

Concluindo, diria que as *notícias críticas* de Mattoso Câmara em *A Cigarra* evidenciam a sua postura extremamente simpática, sem abalar a do crítico atilado, em relação aos seus antecessores e coevos. Iniciador de um novo discurso sobre o estudo da linguagem em nosso país, o lingüísta brasileiro soube sempre reconhecer o mérito da contribuição de um grupo de filólogos brasileiros dos mais capacitados, que investigaram, com fundamentação e rigor, o português com outros interesses dos dele, produzindo obras de inestimável e permanente valor.

\*\*\*

## O ARTIGO DEFINIDO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Viviane Cunha  
UFMG

O artigo é a parte do discurso que indica o gênero, o número, a determinação ou indeterminação de um substantivo e, como se sabe, não é uma classe universal, algumas línguas não carecem dele.

Este trabalho tem como objetivo estudar o artigo definido nas línguas românicas, através de uma perspectiva diacrônica, usando-se para isto o método histórico-comparativo. Pretende-se, assim, mostrar como a evolução do pronome *ille* foi diversificada na România, tentando explicar os processos envolvidos, centrando a análise, nas línguas nacionais.

Como o artigo não existia no latim pode-se dizer que ele é uma criação românica. Por criações românicas entendo que são as inovações que se difundiram na época do romanço (entre os séculos V e IX DC), a partir do latim, em todo o território da România. Nessa fase, vários tempos verbais passaram por uma reestruturação semântica, houve uma mudança Funcional entre vários instrumentos gramaticais. O léxico também sofreu muitas mudanças semânticas. Algumas dessas mudanças já se evidenciavam no próprio latim vulgar. As línguas, porém, não criam a partir do nada, elas apenas recriam. Uma dessas (re)criações foi o artigo definido, que nas línguas românicas serve como determinante do substantivo do qual é morfema exclusivo.

Karl Vossler<sup>1</sup> afirma que os latinos não necessitavam do artigo, porque os objetos de que falavam, eles os tinham vivos e presentes no seu interior. Não possuindo o latim artigo definido, a língua expressava essa noção através de pronomes demonstrativos. Tal fato não é de se surpreender. Segundo Jordan e Manoliu<sup>2</sup> o demonstrativo indica uma relação de distância entre o objeto e o espaço ou tempo em que se realiza a comunicação. O artigo definido românico

<sup>1</sup> VOSSLER. *Cultura y lengua de Francia*, p. 109.

<sup>2</sup> JORDAN e MANOLIU. *Manual de lingüística românica*, p.246.

é, pois, resultante de uma mudança da noção dêitica dos pronomes demonstrativos *ille* mais abrangente, especialmente no caso das línguas nacionais e *ipse* (menos abrangente na România).

A mudança semântica e morfossintática que ocorreu do latim para as línguas românicas em relação ao pronome demonstrativo > artigo está relacionada a uma série de fatores, não apenas extrínsecos, mas sobretudo intrínsecos. A grande mudança do latim para as línguas românicas é, principalmente, de ordem tipológica. O latim deixa de ser uma língua que expressa relações morfossintáticas através de desinências casuais e transforma-se numa língua que requer expressões mais analíticas para clareza da comunicação. A perda do acento de quantidade no latim vulgar tardio (s. III D.C.), associada à perda dos fonemas finais, faz acentuar ainda mais a igualdade das formas casuais, que por si só já eram muito semelhantes, o que faz com que essas deixem de ser funcionais. Em razão disto, vão surgir os determinantes para maior clareza da expressão lingüística. Assim, se generaliza o uso das preposições. Os casos que as possuíam eram apenas o ablativo e o acusativo. Tendo o último suplantado o primeiro, do que nos dá documentação, entre outras fontes, o *Appendix Probi*, nas correções 220 e 221 (*nobiscum non noscum e vobiscum non voscum*), o acusativo é o caso que permanece, dando origem ao léxico românico. Da mesma maneira que cresce o uso das preposições, surge o determinante do nome.

Autores de renome, como Vossler e Wartburg atribuem à influência grega o aparecimento do artigo nas línguas românicas. Para Wartburg<sup>3</sup>, o aparecimento do artigo é uma das manifestações mais curiosas no âmbito do analitismo. Segundo ele, esta parte do discurso que não existia no latim, a possuía o grego, desde a época clássica. Na opinião do autor, o artigo convida o interlocutor a imaginar uma determinada pessoa ou um determinado objeto e não outro. Com ele se quer apresentar a pessoa ou o objeto em questão. O latim vulgar seguindo nisto o exemplo do grego, começou a usar pouco a pouco, neste sentido, os pronomes demonstrativos, debilitando-os.

Penso, porém, que esta hipótese não se sustém, pois o contato maior da língua grega com a latina foi na antigüidade. Na época em que a Grécia esteve sob o domínio político de Roma, o grego exerceu uma influência de adstrato no latim, isto é indubitável. A época em que se supõe o aparecimento do artigo nas línguas românicas é por volta do ano 700, portanto, na fase final do romance. O contato do latim oral com o grego não era tão intenso nessa época, pelo menos no que se refere ao Império Romano do Ocidente.

<sup>3</sup> WARTBURG. *Evolución y estructura de la lengua francesa*, p.42-43.

O que ocorreu em relação à mudança de língua sintética para analítica, quanto ao latim, e no caso, latim vulgar, esta sim, é uma questão que pode ter como fator influenciador a história externa, isto é, os contatos lingüísticos. O mundo românico, tal como hoje, era constituído de povos os mais variados, portanto, maneiras diferentes de expressar o mundo. O que procurarei acentuar neste trabalho é que ocorreu, do latim para as línguas românicas, uma mudança semântica e funcional, com repercussão na sintaxe, morfologia e fonologia, isto é, mudança de ordem interna.

Conforme já disse antes, o latim, não possuindo artigo, exprimia essa noção através do pronome demonstrativo *ille*. Alguns autores afirmam que houve um esvaziamento da deixis desse pronome. Penso, porém, que a noção dêitica permanece no artigo que continua *apontando para*, conforme se pode verificar nos exemplos das cinco línguas românicas nacionais: *o* menino (port.), *el* pájaro (esp), *la* lune (fr), *il* giorno (it.) e *calul* (rom.). O *apontar para*, que é um movimento no espaço, passa a ser um movimento mental, isto é, acontece antes na mente do falante. O que ocorreu no latim tardio do século IV foi uma mudança de função do pronome demonstrativo *ille*, que passou a pronome pessoal. Posteriormente, já na fase do romanço, este passou a artigo definido.

Os pronomes demonstrativos no latim eram, na forma de nominativo singular, 1ª pessoa, *hic* (M), *haec* (F), *hoc* (N); 2ª pessoa, *iste* (M), *ista* (F), *istud* (N) no eixo falante-ouvinte e 3ª pessoa *ille* (M), *illa* (F), *illud* (N), que estava fora do eixo falante-ouvinte, e ainda *ipse* (M), *ipsa* (F), *ipsum* (N), indicando identidade. *Hic* desaparece desde a época de César (S.I A.C.). *Iste* passa então a ser pronome de 1ª pessoa e *ipse* de 2ª pessoa. *Ille* permanece de 3ª pessoa, mas começa a mudar de função no próprio latim vulgar, especialmente na fase tardia, da mesma maneira que se confunde então com *ipse*. Já por volta do final do século IV D.C. a *Peregrinatio ad Loca Sancta* registra essa mudança funcional, da qual citarei alguns exemplos arrolados por Vossler:<sup>4</sup>

1. ...cum *illa* epistola, quam dixeram...

‘com a carta que mencionei’

2. ...cum ergo venissemus ad portam *ipsam*...

‘e chegando nós à porta’

3. ...et legit ibi *ipsas* epistolas...

‘e leu-nos ali a s cartas’

<sup>4</sup> VOSSLER. *Cultura y lengua de Francia*, p. 110.

Para Wartburg<sup>5</sup>, que também cita esses exemplos, nessas passagens da *Peregrinatio*, o contexto impede de dar a *illa*, *ipsam* e *ipsas* um valor plenamente pronominal.

Lapesa<sup>6</sup> afirma que na *Peregrinatio* o emprego adnominal de *ille* e *ipse* é abundante e quase sempre se dá na anáfora, quando o demonstrativo acompanha um substantivo mencionado, ou dado a entender antes, como no exemplo:

“nam et ecclesia ibi est cum *presbytero*. Ibi ergo mansimus in ea nocte, et inde maturius die dominica cum *ipso presbytero*... coepimus ascendere montes” (III, 1)

‘está ali na igreja com o sacerdote. Ali, pois, permanecemos naquela noite e domingo, ao nascer do dia, começamos a subir cada um dos montes com o mesmo sacerdote.’

O filólogo espanhol acrescenta, ainda, que pode ser encontrado esse emprego também na catáfora, quando se anuncia o que será dito mais tarde, sobretudo com o antecedente de um relativo, conforme pode ser verificado nos exemplos:

1) “per *ualle illa quam dixi*” (I, 1);

‘pelo vale que mencionei’

2) “peruenimus in *summitatem illam* montis Dei Sancti Syna, *ubi* data est lex” (III, 2).

‘... no cimo do Monte de Deus Santo, o Sinai. onde a lei foi transmitida’.

A questão da debilitação dos demonstrativos *ille* e *ipse* e o surgimento do artigo não é ponto pacífico entre os autores que se ocuparam do assunto. Para Bourciez<sup>7</sup>, o enfraquecimento de *ille* e *ipse* começa por volta do século II D. C. Grandgent<sup>8</sup> situa a difusão do artigo no século IV D.C. e Wartburg<sup>9</sup> na época do baixo império (s. IV). Para Löfstedt (apud Lapesa) o artigo se constituiu na época em que cada língua românica seguia já seu rumo particular e não na época do latim vulgar, comum a toda a România.

Polêmicas à parte, quanto ao seu surgimento, não há dúvida de que o pronome demonstrativo latino *ille* foi o que teve maior produtividade na România. *Ipse* só passou ao sardo (su), ao gascão (se) e à variante catalã de Maiorca

<sup>5</sup> WARTBURG. *Evolución y estructura de la lengua francesa*, p.43.

<sup>6</sup> LAPESA. *Del demostrativo al artículo*, p.24.

<sup>7</sup> BOURCIEZ. *Éléments de Linguistique Romane*, p.247.

<sup>8</sup> GRANDGENT. *Introducción al latín vulgar*.

<sup>9</sup> WARTBURG. *Evolución y estructura de la lengua francesa*, p.44.

(cf. *sa casa*). Os artigos definidos das línguas românicas nacionais são pois resultantes de mudanças, não apenas funcionais, como também fonológicas, do pronome *ille*. Temos assim, no francês, as formas de artigo *le* (masc. sing.), *la* (fem. sing.) e *les* para ambos os gêneros; no italiano, *il* (masc. sing.) precedendo nomes iniciados por consoante, *lo* (masc. sing.) precedendo nomes iniciados por *z* ou *s* impuro (lo *zio*, lo *studente*), *i* (masc. pl.) diante de substantivos iniciados por consoante e *gli* (masc. pl.) para nomes com *s* impuro ou *z* inicial (*gli zii*, *gli studenti*), *la* (fem. sing.) e *le* (fem. pl.). É importante ressaltar aqui que as formas de plural, tanto do francês, com a desinência *s*, quanto as de italiano, com as desinências *i* e *e* são formas que se formaram do singular mais os morfemas de plural das respectivas línguas.

No romeno, a situação do artigo definido é um pouco mais complexa, posto que há formas diferentes de nominativo e genitivo. O estudo do artigo no romeno é, por si só, assunto para outro trabalho. Tentarei abordar aqui, de forma sucinta, essa complexidade. Como se sabe, o artigo romeno é posposto e aglutinado ao nome. Essa posposição é atribuída ao contato areal com as línguas balcânicas, que também o têm nessa posição, como o albanês, o búlgaro e o serbo-croata. O artigo masculino *ul* ou *l* é forma de nominativo singular para os nomes terminados em *u* (codru/codrul), em consoante (om/omul), em *a* (tată/tatăl) e *le* quando terminados por *e* (frate/fratele). O feminino singular tem o artigo *a* < eua < illa. No plural, o masculino é *i* < ille e o feminino *le* < illae. Além das formas de nominativo há também as de genitivo *al*, *a*, *ai*, *ale* que não se declinam e acompanham o pronome possessivo, o genitivo-dativo plural *alor*, mais usado na língua literária, bem como as formas *cel*, *cea*, *cei*, *cele* empregados como elemento de relação entre um substantivo e seu adjetivo atributo. (Iordan-Manoliu<sup>10</sup>). Segundo Iordan e Manoliu<sup>11</sup> esse artigo se desenvolveu como forma diferenciada do demonstrativo, a partir do século XVI, o que nos dá uma demonstração viva e direta da transformação do pronome demonstrativo > artigo, confirmando, assim, a teoria do pronome demonstrativo latino que se transformou em artigo definido nas línguas românicas.

No espanhol, encontram-se as formas de artigo *el* (masc. sing.), *lo* para os neutros (cf. *lo bueno*), *la* (fem. sing.). As formas de plural *los* (masc.) e *las* (fem.) são também analógicas, isto é, formadas do singular + *s*.

No português, o estudo do artigo é inseparável do estudo dos pronomes *lo*, *la*, *los*, *las* pois são todos provenientes da forma de acusativo latino *illu-*. Farei, aqui, um estudo fonológico mais detalhado, porque o português é a única língua românica que não conserva o // no artigo, ao lado daquelas que têm

<sup>10</sup> IORDAN e MANOLIU. *Manual de lingüística românica*, p.248.

<sup>11</sup> IORDAN e MANOLIU. *Manual de lingüística românica*, p.248-249.

o artigo proveniente de *ipse*. É conhecida a passagem no latim vulgar de  $\tilde{i} > /e/$ , presente no português, quando este herda daquele as sete vogais orais. Quando proclítico, o */l/* de *ello, ella, ellos, ellas* sofre aférese, dando as formas *llo, lla, llos, llas*, com posterior simplificação da geminada */ll/ > /l/* (*lo, la, los, las*), formas que se alternam no português arcaico (cf. *todollos* e *todolos* dias, apud Williams<sup>12</sup>). Posteriormente, seja porque vêm aglutinados aos nomes, como no exemplo acima, ou seja por causa de fonética sintática, quando *lo, la, los, las* são colocados numa seqüência de vocábulos e o */l/* fica intervocálico, ele sofre síncope. Segundo Williams<sup>13</sup> o artigo se desenvolveu mais comumente em posição intertônica, isto é, entre duas sílabas acentuadas do tipo *amei o filho...* Quando precedido por formas verbais terminadas em vogal, pelas preposições *a, de* e *para* pelas formas do singular de *todo*, o */l/* do artigo, sendo simples e intervocálico, caiu, conforme nos exemplos arrolados pelo autor:

- \* *vejo-los* livros > *vejo* os livros
- \* *a-lo* > *ao*
- \* *de-lo* > *deo* > *do*
- \* *toda-la* casa > *toda* a casa

Dáí teriam surgido as formas do artigo *o, a, os, as* que se irradiaram para outras posições. O desenvolvimento do pronome *o, a, os, as* contribuiu, sem dúvida, para a difusão das formas de artigo, segundo Williams<sup>14</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

1. VOSSLER, Karl. *Cultura y lengua de Francia*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1955.
2. IORDAN, I. e MANOLIU, M. *Manual de lingüística románica*. Madrid: Gredos, 1980. 2.vol.
3. WARTBURG, W. von. *Evolución y estructura de la lengua francesa*. Madrid: Gredos, 1966.
4. LAPESA, Rafael. "Del demostrativo al artículo". In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, ano XV/1 e 2, p.23-44. México.
5. BOURCIEZ, E. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck, 1946.
6. GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: R- F. E., 1928.
7. WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
8. *Peregrinação de Etéria*. Introd. trad. do orig. latino e notas por Maria da Glória Novak. Petrópolis: Vozes, 1977.

\*\*\*

<sup>12</sup> WILLIAMS. *Do latim ao português*, p. 146.

<sup>13</sup> WILLIAMS. *Do latim ao português*, p. 145.

<sup>14</sup> WILLIAMS. *Do latim ao português*, p. 145.

## FONTES INGLESAS DOS ESTUDOS GRAMATICAIS BRASILEIROS.

Ricardo Cavaliere  
UFF

A leitura dos textos de língua vernácula produzidos no Brasil no século XIX revela sensível predominância das escolas européias como fonte de inspiração teórica, com ênfase nas vertentes alemã, inglesa e francesa. Hão de distinguir-se, por sinal, para a correta avaliação do fato, dois aspectos relevantes do tema: a tese doutrinária e a fonte bibliográfica que a divulga. Não obstante ambos os aspectos se integrem como faces de uma mesma moeda, não se pode confundi-los, dado o distinto papel historiográfico que compete a cada um.

Com efeito, a influência doutrinária se define como o aparato teórico de que se serve o pesquisador – sobretudo o estudiosos das língua vernáculas – para descrever os fatos gramaticais de dada língua, não sendo raro que teses oriundas de doutrinas diferentes se irmanem neste afã descritivo. Já a fonte bibliográfica é a obra aonde vai o pesquisador recolher esta informação científica, o que implica, em última análise, ser o ponto de contato direto ou imediato que o pesquisador de língua vernácula mantém com as teses doutrinárias.

Ora, sabemos que nem sempre se recolhem informações objetivas sobre modelos teóricos diretamente das obras escritas por seus ideólogos. A bem da verdade, o mais das vezes essas informações chegam-nos mediante compêndios de Lingüística Geral, escritos para expor de modo sistemático e didático todos os aspectos e nuances das escolas científicas, de que resulta, por exemplo, conhecermos as idéias de Bopp e Grimm não pela leitura direta de seus textos, mas pela leitura de trabalhos que lhes fazem referência, com acurada descrição e amplo comentário de seus princípios.

Por vezes, esta intermediação cabe aos próprios vernaculistas, na medida em que, ao aplicarem em suas obras descritivas teses de dado modelo de investigação da língua, também atuam como propagadores destas teses, com o trunfo adicional de comprovarem sua aplicabilidade ao fato concreto, às estruturas gramaticais de uma certa língua ou de várias línguas em conjunto, como fizeram os gramáticos comparativistas do século XIX. Assim, o que se vê aqui

é uma fonte bibliográfica que, embora não tenha o objetivo primacial de divulgar a tese doutrinária, acaba por indiretamente cumprir tal função. Em última análise, a fonte bibliográfica que melhor divulga dada tese doutrinária nem sempre é o texto original escrito pelo lingüista doutrinador.

No caso brasileiro, em que as teses usadas para descrição do português chegavam das escolas européias, como já fizemos observar, a questão se abre de modo bastante claro: embora a doutrina agasalhada seja dos nomes mais proeminentes da teoria lingüística alemã, como Bopp, Grimm, Schleicher, Diez e outros, as fontes bibliográficas são, em sua maioria, textos vernáculos de língua inglesa e francesa, ou mesmo compêndios de gramática histórica, em que semelhantes teses já vinham sendo aplicadas com sucesso reconhecido. Em outras palavras, a leitura direta era a dos compêndios gramaticais, como os de Mason, Bain, Gaston Paris, Ayer, ente outros, mas o que deles se absorvia eram na realidade os conceitos de Lingüística Geral lá imanentes.

Convém observar que essa preferência dos filólogos brasileiros pela leitura dos textos vernáculos – preferência, saliente-se, não exclusividade – em detrimento dos puramente doutrinários pode dever-se a dois fatores: o primeiro deles, recai sobre a dificuldade que enfrentava a maioria de nossos gramáticos para ler textos em alemão, justamente a língua original dos doutrinadores mais expressivos. Tal fato só não se agravava demasiadamente devido à razoável disponibilidade de textos traduzidos para o inglês ou para o francês, línguas com que a comunidade acadêmica estava mais afeita e familiarizada.

Uma outra explicação reside na maior facilidade que se confere ao pesquisador quando absorve a tese doutrinária já aplicada a um dado sistema lingüístico, de que resulta significativa economia para o desenvolvimento do trabalho na descrição em outra língua, sobretudo se cognata. Um exemplo cabal encontramos na referência que Maximino Maciel (MACIEL, 1922: 110) faz à hipótese de classificação das palavras em nocionais e relacionais – que, por sinal, considerava ultrapassada –, a qual, originalmente proposta por Mason, é citada pelo filólogo brasileiro através das páginas da *Grammaire Supérieure* de Larousse.

O período da Gramática Científica, que se inicia com a publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Julio Ribeiro, em 1881, revela uma aparato teórico fincado em fontes bem definidas, não obstante diversificadas. Citam-se freqüentemente grandes nomes da gramática histórico-comparativa – bem como alguns da escola dos neogramáticos e da Geografia Lingüística –, a par de outros que gozavam da predileção de nossos filólogos, sem contudo desfrutar de tal conceito em sua própria terra. É o que ocorre, por exemplo, na referência que faz Ernesto Carneiro Ribeiro (RIBEIRO, 1890:6) aos autores que lhe serviram de inspiração para a estruturação dos *Serões Grammaticais*:

Dahi uma serie de progressos e conquistas da sciencia grammatical, a que imprimiram os sellos de seu engenho Schlegel, Bopp, Pott, Jacob Grimm, Maury, Benfey, Burnouf, Diez, Max Müller, Bréal, Littré, Brachet, Clédat, Brunot, Suchier, Meyer-Lübke, Gaston Paris, Paul Regnaud, Darmesteter, Carolina Michaëlis, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, Gonçalves Viana, Ribeiro de Vasconcelloz, João Ribeiro e tantos outros que deram uma feição inteiramente nova aos estudos grammaticaes, ampliando-lhes os fundamentos, fazendo irradiar muita luz em todos os factos da sciencia da linguagem.

Evidenciam-se nessa relação nomes que efetivamente integram o rol dos formadores de paradigma na lingüística européia, como Schlegel, Bopp e Grimm, a par de outros igualmente importantes, como Max Müller, Diez, Bréal, Darmesteter e Adolpho Coelho, além de vários vernaculistas que, não obstante estivessem num plano secundário, gozavam de imenso prestígio entre nós, exatamente porque seu trabalho servia como “ponte” para o conhecimento das novas doutrinas: Littré, Brunot e Gaston Paris, Alexander Bain e Henry Sweet.

Outros tantos exemplos de referência às fontes européias poderíamos aqui citar, sempre na linha a que aludimos, isto é, em que confluem grandes nomes da Lingüística Geral com vernaculistas de escol. Testemunha o fato Maximino Maciel no posfácio da *Grammatica Descriptiva* (MACIEL, 1922:441), conforme se lê a seguir:

Tornara-se [na segunda metade do século XIX] o Collegio de Pedro II o centro de que se ia irradiando a nova orientação cujos albores se vislumbravam nos concursos de linguas a que affluíam candidatos a quem eram familiares as doutrinas de Max Müller, Miguel Bréal, Gaston Paris, Whitney, Littré, Darmesteter, Ayer, Brunot, Brachet, Fréderich Diez, Bopp, Adolpho Coelho e outros, principalmente as dos autores allemães em que se estavam haurindo os elementos primordiales para esta verdadeira Renascença dos estudos philológicos no Brasil.

Não se pode, entretanto, afirmar com absoluta segurança que todos os filólogos brasileiros que tenham citado autores desse jaez hajam efetivamente lido os trabalhos originais. Não seria de todo infundado admitir-se que tivessem tomado ciência da doutrina desses grandes nomes da lingüística européia pela leitura de outros autores representativos da mesma escola científica. A referência bibliográfica, à época, não seguia um padrão uniforme, sendo comum a simples menção de um sobrenome em nota de rodapé, sem qualquer alusão sequer ao título da obra consultada.

Se este hábito era fruto de um certo desinteresse pela informação bibliográfica ou da simples impossibilidade de oferecê-la – hipótese em que a referência se obteve na obra de terceiros – rigorosamente não podemos asseverar sem receio de cometer uma impropriedade ou injustiça histórica. Naturalmente, essa referência sintética ou mesmo incompleta confere ao pesquisador hodierno

enorme dificuldade na identificação de autores menores, a quem a história da lingüística não contemplou com reconhecimento expressivo. Alguns à época certamente desfrutavam de grande expressão nos meios acadêmicos, sem, contudo, terem seus nomes definitivamente registrados pelos estudos historiográficos.

Sabemos, conforme já comentado, que não eram muitos os filólogos brasileiros que liam textos em alemão, língua em que escreviam quase todos os fundadores de paradigma do século XIX. Tal fato poderia constituir sério empecilho não fossem, ordinárias as traduções dos autores germânicos em francês ou inglês. Evidentemente, alguns filólogos, como Said Ali e João Ribeiro, que liam fluentemente em alemão – a par de Pacheco da Silva Júnior, a julgar por suas citações – podiam saber da teoria nas palavras próprias do autor, assim evitando as traiçoeiras armadilhas das traduções.

No que tange às fontes bibliográficas gramaticais, três grandes nomes dos estudos vernáculos em língua inglesa emprestaram considerável contributo para o desenvolvimento do pensamento gramatical no Brasil do século XIX: C. Mason, Alexander Bain, Allen and Cornwell e Henry Sweet.

A palavra de Alexander Bain chega ao Brasil com o minucioso modelo de inter-relação dos fatos gramaticais, mediante divisão binária da gramática em dois grandes segmentos: a **lexiologia** e a **sintaxe**. A lexiologia é certamente, neste projeto de descrição gramatical, verdadeiro núcleo unitário, de onde reverberam todos os demais campos da investigação lingüística. Isso porque era a **palavra**, no período da Gramática Científica, a célula da análise lingüística, sobre a qual se dirigia o foco das atenções do investigador, seja como elemento monolítico isolado, seja como item integrante da organização frasal ou das relações sintáticas.

Mason está presente nos estudos brasileiros do século XIX com sua teoria das relações sintáticas, que por sinal fora por ele adaptada ao estudo do inglês por inspiração no trabalho de Becker. Difundiu-se, com ampla aceitação (e alguma adaptação), o projeto de descrição sintática em dois níveis temáticos: **sintaxe léxica** e **sintaxe lógica**, a que João Ribeiro adicionou um terceiro, **regras de sintaxe**. A primeira é atinente ao estudo das palavras inter-relacionadas na oração, a segunda se ocupa do estudo da estrutura das orações, ao passo que a terceira se incumbem das concordâncias, das regências e das particularidades sintáticas das várias partes do discurso. A princípio, poder-se-ia vislumbrar na sintaxe lógica uma concepção sistemática das relações sintáticas, sobretudo em face do uso do termo **estrutura**, com se lê na seguinte passagem: “A *sintaxe logica* considera a sentença no que diz respeito á sua estructura, quer sejam ellas simples, quer sejam ellas compostas” (RIBEIRO, 1911: 229).

A hipótese, contudo, não se confirma na exposição do assunto, já que Ribeiro vincula a **relação** sintática – não a **função** sintática – à palavra material, que lhe dá vida e sentido. Em síntese, na **estrutura** de Ribeiro não se vislumbra um nível sintagmático abstrato; o que se tem são relações diretas, termo a termo, denominadas **relação subjetiva** – a do sujeito com o predicativo –, **relação atributiva** – a da palavra que expressa a qualidade com a que expressa a coisa –, **relação adverbial** – a que vincula dada palavra a um adjetivo, verbo ou advérbio – e **relação predicativa** – em que o predicado de uma sentença está para com seu sujeito – e **relação objectiva** – em que está para com um verbo de ação transitiva o objeto a que se dirige ou sobre que exerce essa ação.

Importa-nos, entretanto, tecer especial comentário à influência de outro lingüista inglês, Henry Sweet, cuja referência no pensamento gramatical brasileiro é significativamente maior do que a que se lhe vem atribuindo. Homem de fecunda formação filológica, Sweet abriu o caminho para o estudo da fonética com seu livro *Handbook of Phonetics* (1877), além de haver contribuído para o incremento dos estudos comparativistas mediante publicação de trabalhos sobre as línguas russa, sueca e portuguesa, entre outras, fruto de suas várias viagens de estudo. Seu tratado *Words, Logic and Grammar Transactions of Philological Society* (1876) é obra profunda sobre a lingüística geral de sua época. Sua *History of English Sounds* resume a teoria desenvolvida sobre os sons da língua e na *New English Grammar* discorre sobre os vários segmentos da gramática, sobretudo a sintaxe.

Creemos que a primeira menção ao nome de Sweet coube a João Ribeiro, em rápida passagem da *Grammatica Portuguesa* (RIBEIRO, 1908), para advogar a inclusão da etimologia entre os objetos da filologia geral, não da gramática. Embora trace nas primeiras linhas de sua obra o plano geral da gramática em consonância com o mesmo quadro hierárquico de Julio Ribeiro – lexicologia e sintaxe –, João Ribeiro, na realidade, estrutura a disposição da matéria gramatical de maneira radicalmente distinta. Verifica-se haver na *Grammatica Portuguesa* três grandes segmentos, em mesmo nível hierárquico, intitulados *O vocábulo*, *Sintaxe* e *Estudos Complementares*. O primeiro trata da classificação e da forma (aí incluída a flexão) das palavras; no segundo sobrevêm a sintaxes das classes gramaticais, a análise lógica e os vícios de sintaxe. É no terceiro segmento, *Estudos complementares*, em que entram a fonologia, a etimologia e a semântica.

Inspirado em tese levantada por Henry Sweet em sua *A New English Grammar, Logical and Historical*, João Ribeiro reluta em situar a fonologia em nível subordinado à lexeologia, a despeito de, surpreendentemente, assim constar na descrição de gramática que abre sua principal obra didática. A leitura

de Ribeiro, na verdade, revela que o meritório filólogo brasileiro considerava a fonologia, bem como a etimologia e a semântica, partes da filologia geral, disciplinas de forte componente histórico, razão por que relutava em incluí-las na área de competência da gramática pedagógica. São decisivas a respeito suas palavras (RIBEIRO, 1908:45):

O estudo do sentido do vocabulo chama-se *Semantica* e o da origem e historia das fórmas primitivas, *Etymologia*; conquanto muito dependentes da grammatica, d'ella não fazem commumente parte a Etymologia e a Semantica, e antes representam divisões da philologia geral.

E conclui:

Este estudo[da fonologia], porém, sob o aspecto linguistico e historico, como observa Sweet (*A new English grammar logical and historical*), não deve fazer parte da grammatica e é antes um ramo muito especial da philologia. Por isso e ainda pela difficuldade do assumpto, collocamol-o no fim d'este livro, com o estudo complementar e de modo breve e summario.

A referência mais relevante ao nome de Henry Sweet entre nós, contudo, se faz no capítulo sobre pronomes da *Gramática Histórica*, de Said Ali (ALI, 1971), com que o velho germanista viria a propor um novo tratamento na classificação dos termos predecessores do nome dentro do sintagma. O pronome, na gramática científica tinha eminentemente o papel de substituto do nome, razão por que aquelas palavras acessórias que acompanham o nome no sintagma, como os indefinidos e os possessivos, eram distribuídas nas várias subclasses do adjetivo.

De Sweet importou Said Ali uma nova concepção do pronome, visto como **nomes e adjetivos gerais**, em oposição aos **nomes ordinários e adjetivos específicos**. Nessa concepção, os pronomes, a rigor, eram ou substantivos ou adjetivos que tinham significado generalístico, a ponto de referirem-se a toda uma coletividade indeterminada. Daí surge a hoje clássica subdivisão em pronome substantivo e pronome adjetivo, que durante vários anos competiria com a antiga dicotomia pronomes – adjetivo determinativo na maioria das gramáticas escolares, até ser oficialmente adotada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959.

Com efeito, em português há nomes de grande generalidade semântica, de tal sorte que seu emprego na sentença toma ares típicos dos pronomes, caso de **senhor**, e **o autor** (exemplos de Said Ali). Adverte, por sinal o sábio filólogo fluminense, em corroboração desta tese, que o substantivo latino *rem*, em face de sua grande generalidade, passou com o tempo a ser usado como pronome. Com base na teoria de Sweet, Said Ali defende a classificação dos pronomes como pronomes substantivos ou absolutos, e pronomes adjetivos, usando neste

mister terminologia já empregada anteriormente por outros filólogos brasileiros, fato que numa certa medida pode provocar certa confusão conceitual.

Com efeito, a denominação pronome substantivo e pronome adjetivo já está na *Grammatica Descriptiva*, trazida a lume por Maximino Maciel em 1895. Ressalve-se entretanto que o valor taxionômico dos termos em Maximino e em Said Ali é diferente: no primeiro, o conceito de pronome adjetivo não se amplia a todo termo que acompanha o nome, dando-lhe determinação (e não qualificação); restringe-se, na verdade, aos pronomes que “evitam a repetição do substantivo”, como em *este homem e aquele, teu livro e o meu* (MACIEL, 1922:56).

Não se pode aceitar sem reservas a hipótese de Maciel, visto que o pronome nos exemplos oferecidos não funciona propriamente para evitar a repetição. Basta verificar que seu emprego seria igualmente necessário caso o falante optasse pela repetição do termo em zeugma. Em aditamento, a análise da proposta de Maciel revela que o filólogo sergipano atribui igual valor adjetivo aos numerais – **eu tenho um livro e tu dous**. Vale ainda notar que Maximino atesta estar o pronome adjetivo em função típica dos adjetivos designativos, conforme se denominavam na época os termos que precediam um núcleo nominal explícito sem atribuir-lhe valor semântico qualitativo: **meu carro, tua casa etc**.

Uma outra tese agasalhada por Sweet, esta na seara dos estudos prosódicos, confere apoio doutrinário a Said Ali na descrição do fato gramatical em português. Referimo-nos ao texto *Fenômenos da Intonação*, um dos ensaios que compõem o volume *Dificuldades da Língua Portuguesa* (ALI, 1966), cujo título substitui o primitivo *Fenômenos da Acentuação*, tendo em vista que, como adverte o próprio Said Ali, o termo **acentuação** vinha sendo incorretamente vinculado a **acentuação gráfica**, “alguma cousa como emprêgo de notações léxicas”, não obstante fosse do ponto de vista lingüístico o mais adequado para emoldurar a matéria (ALI, 19:57).

Neste estudo, Ali reúne sua leitura recente de vários linguistas europeus, vinculados a diferentes paradigmas, como Sievers, Brugmann, Storm, Paul Passy e Victor Henry para, corroborando as teses de Henry Sweet, alinhar um preciso estudo acerca da acentuação na frase, algo de que se aproxima apenas o cuidadoso capítulo sobre fonética que abre *O Idioma Nacional*, de Antenor Nascentes (NASCENTES, 1960). Não há na literatura filológica brasileira da época estudo que se compare a esse ensaio magistral de Said Ali acerca das nuances melódicas da acentuação na fraseologia portuguesa, um passo precursor das denominadas curvas tonais e acentuais que tanto se utilizam hoje na didática de línguas estrangeiras.

A linha teórica que norteia todo o trabalho parte da distinção entre acentuação **dinâmica** (expiratória ou enfática) e acentuação **musical** (cromática

ou tônica), abstraídos da obra *Études sur les Changements Phonétiques et Leurs Caractères Généraux*, de Paul Passy. Nas línguas românicas, bem como no inglês e no alemão, a acentuação é essencialmente **dinâmica**, isto é, pautada na intensidade silábica; a acentuação dita musical, cunhada na elevação tonal da voz, é utilizada “para modificar o sentido geral das frases”, como se observa no *sim* português, de valor afirmativo, admirativo exclamativo etc.

O que marca a precocidade dos estudos de Said Ali – nos estudos de língua portuguesa, cabe alertar – é a ampliação dos estudos prosódicos dos limites da palavra para os domínios da frase. Ao menos dois princípios podem ser abstraídos de suas observações acerca do acento dinâmico na frase portuguesa, a saber:

a) **a preferência ordinária pelo acento mais forte na última palavra**: trata-se de fenômeno que se configura não só nas orações, como também em “outros casos” (sintagmas nominais): *Eu quero, João quer, casa grande, homem velho*.

b) **a idéia principal ordinariamente fica no segundo termo da seqüência frasal, apoiada pelo acento mais forte**: trata-se de princípio decorrente do primeiro, em que se revela a notável mobilidade sintática do português. A simples comparação dos exemplos *Eu lhe digo e Digo-lhe eu*, oferecidos pelo próprio Said Ali, serve para comprovar a eficácia do acento final na sentença para conferir maior peso à palavra ou termo que ali se aloja.

Convém alertar que, em suas próprias conclusões, Ali observa a maleabilidade da frase portuguesa a ponto de admitir flutuações de acento dinâmico, de tal sorte que recaia em qualquer ponto da frase, conferindo, destarte, significados diferentes à mesma seqüência frasal. Com os princípios da acentuação dinâmica na frase, Said Ali logra interpretar fatos da língua a que poucos se aventuram, como a complexa questão do uso de *o que* em alternância com *que* simples.

Neste caso, Ali assevera, com base no princípio da acentuação mais forte no último elemento de dada seqüência sintática, que o interrogativo *que* via de regra recebe a carga acentual mais elevada em face de um termo proclítico regente, como a preposição ou outro pronome: *vais trabalhar para quê? com quê se escreve?* Quando não há regência, mantém-se a ênfase no último elemento como um o proclítico: *vais escrever o quê?* O que se percebe, pois, é que “obrigatória no fim da oração, a forma *o que* substitui à vontade o simples *que* no princípio ou no meio da frase, desde que o escritor queira pôr em relêvo o interrogativo” (ALI, 1960: 59)

É evidente que, hoje, a Linguística ofereceria outras hipóteses para justificar o uso de *o que* por *que* em frases portuguesas, muitas bem diversas da

que norteia o pensamento de Said Ali. De qualquer forma, importa notar que essa proposta é um dos exemplos que marcam a figura de Said Ali como o único lingüista brasileiro de sua geração que, desagrilhonando-se da obsessão lexiológica, soube dar tratamento científico à *semântica da frase*, seja pelo caminho da sintaxe (cf. *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*), seja pelo caminho da prosódia, ou da fonética, como preferia denominar o mestre.

Verifica-se, enfim, que a presença de Henry Sweet no percurso dos estudos lingüísticos e filológicos brasileiros serve de referência para pelo menos duas conclusões relevantes, do ponto de vista historiográfico. Primeiro, ratifica a tese já consolidada de que nossas fontes bibliográficas eram majoritariamente de textos vernáculos, sobretudo os compêndios descritivos elaborados com fulcro no comparativismo europeu. Segundo, fornece-nos sólidas evidências da grande participação dos estudos saxônios na arquitetura da gramática brasileira, fato que denega procedência à alentada exclusividade dos estudos de filologia românica na formação de nosso pensamento gramatical.

\*

## TEXTOS BRASILEIROS CITADOS NESTE TRABALHO

- ALI, Manuel Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1966.
- . *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica/ Edições Melhoramentos, 1971.
- MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica descriptiva*. 8.ed, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1922.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3 ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1960.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Bahia, Livraria Catilina de Romualdo dos Santos, 1890.
- RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza (curso superior)*. 14 ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1908.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 10 ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves & C., 1911.

\*\*\*

## ASPECTOS DIACRÔNICOS E SINCRÔNICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA<sup>1</sup>

Horácio Rolim de Freitas  
USU/UERJ

Graças aos estudos e às pesquisas lingüísticas e filológicas, hoje se tem uma visão científica dos fatos lingüísticos tanto sincrônicos quanto diacrônicos. Haja vista que até o modo de nomear as línguas sofreu alteração.

Na Antigüidade, partia-se da premissa de que a língua existia *in essentia*, constituía-se num produto. Daí a designação adverbial *latine loqui* falar à maneira latina; *romanice loqui* falar à maneira popular; ou no grego ελληνίζειν, falar à maneira helênica; βαρβαρίζειν, falar à maneira estrangeira ou falar mal.

Logo, o que importa são as possibilidades do ato da fala; concebem-se as línguas substantivamente: *falar tal língua*, uma vez que não só os conteúdos, mas também o aspecto natural (os sons) são arbitrários, motivados historicamente, não por natureza. Eis por que o maior lingüista teórico do século XX, Eugenio Coseriu, definiu o *falar* como atividade que se fundamenta numa *faculdade* e revela o *saber*.

Há portanto *o saber falar universal*, ou *o saber elocucional*, isto é, a capacidade de o homem expressar-se através do sistema denominado língua.

Se esse homem tem conhecimento das *formas* e *conteúdos* lingüísticos, ele tem, então, o chamado *saber idiomático*, que se fundamenta no campo histórico, visto que a língua é um sistema que, continuamente, se forma do uso de uma comunidade, expressando-lhe os aspectos social, da tradição, histórico e folclórico. Princípio este que provém das idéias de Humboldt que, no século XIX, já definia a linguagem como enérgeia (atividade) e não érgon (produto). Aliás, ressalte-se que tal princípio foi haurido em Aristóteles para quem a atividade da fala é anterior à potência (δυναμις) Todo ato da fala é um *ato criador*, daí o fato lingüístico ser aplicado pela *função*, e não pelo material.

---

<sup>1</sup> Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras em 20/06/2 000

Eis a importância do desenvolvimento dos fatos históricos cujo dinamismo lingüístico irá explicar as fases sincrônicas dos diassistemas, ou a sucessão de sincronias na diacronia.

Interessa antes a transformação do latim falado, através dos vários registros que o compunham, para o conhecimento histórico das línguas românicas, que o latim clássico ou erudito, o latim artístico dos inumeráveis textos literários.

Como exemplo, lembramos o emprego do verbo *haver*, impessoal em Português.

*Haver e existir*, ambos traduzem a idéia de “existência”./Existem grandes escritores. / Há grandes escritores. / Por que o<sup>1</sup> primeiro é um verbo pessoal e o segundo, impessoal?

O verbo *haver*, proveniente do latim *habere*, significava *ter, possuir*, e era pessoal. Contudo, na linguagem coloquial, em frases como: *Forestis habet multa animalia* (A floresta tem muitos animais) o elemento sujeito passa a indicar o lugar, como adjunto adverbial, isto é, *na floresta*, e o verbo, que antes significava *ter*, sem sujeito, passa a indicar existência, tornando-se impessoal: “Na floresta há muitos animais”.

Já no século IV, no texto da freirinha Egéria, *Peregrinatio Egeriae ad loca sancta*, encontramos exemplo do verbo *habere* empregado impessoalmente:

“*Habebat* autem de eo loco ad montem Dei forsitam quattuor millia... “

O caráter conservador do latim hispânico vai explicar formas antigas que se mantiveram no Português e no Espanhol. A Hispânia era uma das mais antigas províncias, montanhosa, e localizava-se na periferia do Império.

É o caso do advérbio *demagis*, já desusado no período áureo do século I d.C. Dele o Português recebeu *demais*, e o Espanhol, *demás*.

O mesmo sucedeu com o verbo *fabulare*, de uso até o século II a.C. e, depois, desusado. Conservado, porém, naquela região, chegou ao Português como *falar* e ao Espanhol como *hablar*.

Outro exemplo encontramos no verbo *percontari*, dando, em Português, *perguntar* e, no Espanhol, *preguntar*.

Grande importância, também, na difusão do latim e, conseqüentemente, para a explicação das palavras no Português, teve o latim dos cristãos. A pregação se fazia numa linguagem bem popular que veiculava termos da Igreja, tornando-os usáveis na linguagem cristã.

Eis a sábia lição de Santo Agostinho aos que saíam a pregar:

“*Melius est reprehendant nos grammatici,  
quam non nos intelligant populi.*”

Dizia, ainda, que empregava *fenerat* por *feneratur* (do verbo *foenerari*: não emprestar com usura, a juros), isto é, usava a forma popular de voz ativa pela voz deponente.

Daí, várias palavras do nosso léxico terem vindo através desse latim dos cristãos, como:

*parabola* (por *verbum*) deu: Português: *palavra*; Espanhol: *palabra*; Francês: *parole*; Italiano: *parola*.

*paganus*: habitante do campo, deu *pagão* em oposição a cristão, pois o Cristianismo primeiro conquistou as cidades, depois o interior. O “pagão” era o aldeão, o camponês, não cristão, porque não batizado

(inscrição do século IV “*pagana nata*”).

*operare* (por *laborare*) deu *obrar*:

*talentum* “moeda” que aparece na parábola do livro de S. Mateus sobre o servo que não soube multiplicar a moeda, passando ao sentido de “ter dotes naturais, ter inteligência.”

A linguagem corrente dos cristãos, de cunho popular, que, nas províncias, era conservadora, é que explica certos arcaísmos que chegaram até nós, de que são exemplos os verbos *confabular* de *confabulari* e *erradicar*, provindo de *erradicare*, usados por Plauto, já bem antigos.

### Influência da Igreja

A vitória do Cristianismo levava a Igreja a um constante combate às imperfeições, aos vícios e aos costumes pagãos.

Os habitantes das vilas e povoados agremiavam-se em torno da Igreja, sendo considerados *filii ecclesiae*, expressão que, evoluindo, deu freguês.

Surgem os conventos, centros donde emanam as diretrizes e idéias propagadas pela fé cristã.

S. Marinho funda o célebre mosteiro de Dúmio, em Braga, e, no combate às práticas pagãs, publica o seu *De correctione rusticorum*. Aí, ao fazer as críticas, assim se expressa: “Que loucura que um cristão deixe de guardar o *domingo* e guarde o dia de Jove, de Mercúrio, de Vênus, de Saturno. Por que, então, não se consagrar dias às traças e aos ratos?”

S. Marinho e seus sucessores se insurgiram contra a designação pagã dos dias da semana.

A *septimana* romana baseou-se no calendário egípcio e no judaico.

A divisão deriva da astrologia pelas fases da lua de 7 em 7 dias.

*Semana* (planetária egípcia) - Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio, Lua.

Semana romana – *Saturnus* (sábado), *Sol* (domingo), *Luna* (2ª feira), Mars (3ª feira), Mercurius (4ª feira), Juppiter (5ª feira), Venus (6ª feira).

Dá-se a influência judaica, cuja semana começava pelo dia sagrado *sabbâtt*, oriundo do babilônio *sabattum*, composto de *sag* “coração” e *bat* “chegar ao fim”, daí “repouso do coração”.

Na semana romana, o *saturnus dies* passou a *sabbatum* pela influência judaica.

O calendário hebraico apresentava dias: Sabbatum, prima sabbati, secunda sabbati, tertia sabbati, quarta sabbati, quinta sabbati, sexta sabbati.

Com a pregação do Cristianismo, o primeiro dia foi dedicado ao Senhor, o dia do descanso, *dies dominicus*.

O *sabbatum* judaico, ironizado pelos romanos que zombavam da circuncisão e do jejum, e já tendo perdido o valor religioso, passou ao último dia da semana.

Assim ficou a semana no calendário romano:

*dies Domenicus / dies Lunae / dies Martis / dies Mercurii /*

*dies Jovis / dies Veneris / Sabbatum.*

Nas línguas românicas, vamos encontrar, excetuando-se o domingo e o sábado, designações de origem pagã, com a união de parte do nome do astro ou do deus pagão com parte da palavra *dies*. Por exemplo, no francês, *Mardi*; no italiano, *Martedì*. Já no provençal, *Dimartz* e, no catalão, *Dimars*.

Veja-se o quadro comparativo dos dias da semana nas línguas românicas.

Observe-se que no sardo a sexta-feira não apresenta o radical de *Venus*, *Veneris*, substituído por *Kenábura*, da expressão *cena pura*, significando “jejum e abstinência”, preparativos feitos no dia anterior ao sábado, prática que ocorria na Sardenha.

Só a língua portuguesa apresenta formação diferente. O nome *feria*, já no latim, significava “dia festivo” e, com o Cristianismo, passou a indicar as comemorações da Páscoa e de Pentecostes.

Era costume medieval coincidir os *mercados* com as festas religiosas, onde as pessoas aproveitavam as grandes aglomerações para fazer negócios. Surge, assim, a marcação dos dias, à exceção do *dies Domenicus* e do *Sabbatum*: a *feria secunda*, *feria tertia*, *feria quarta*, *feria quinta*, *feria sexta*.

A constante ação da Igreja, criticando o uso das designações pagãs, e as comemorações religiosas com as *ferias*, resultaram na adoção, em português, do calendário que exclui todos os nomes de origem pagã.

No século IV, o Papa Silvestre torna obrigatório o uso deste esquema enumerativo dos dias da semana.

O texto da *Peregrinatio* já registra todos os dias da semana, contando-se 41 (quarenta e uma) vezes.

Portanto, é a língua portuguesa a única língua românica que não manteve as designações de origem pagã.

Também ao Papa Silvestre devemos o descanso das *férias*, pois determinara não ser permitido ao clero ocupar-se com negócios ou trabalho do mundo, para estar disponível somente para Deus.

Eis o quadro comparativo dos dias da semana nas línguas românicas:

DIAS DA SEMANA						
Francês	Italiano	Espanhol	Romeno	Provençal	Catalão	Sardo
Dimanche	Domenica	Domingo	Duminica	Dimengue	Diumenge	Domíniga
Lundi	Lunedì	Lunes	Luni	Diluns	Dilluns	Lunis
Mardi	Martedì	Martes	Martsi	Dimartz	Dimars	Martis
Mercredi	Mercoledì	Miércoles	Miercuri	Dimerces	Dimecres	Mérkuris
Jeudi	Giovedì	Jueves	Joi	Dijous	Dijous	Djoja
Vendredi	Venerdì	Viernes	Vineri	Divenres	Divenres	Kenábura
Samedi	Sabato	Sábado	Símbata	Dissapte	Dissapte	Sápadu

## A Lusitânia

No século VIII, os árabes chegam à Península Ibérica. No território da Lusitânia, há uma cisão geolinguística. Enquanto os habitantes do Sul convivem com os mouros, aceitando-lhes o jugo, os do Norte refugiam-se nas montanhas da Galiza. Lá se desenvolve o falar galego e, ao Sul, em contato com os árabes, o chamado falar *moçarábico*. Eram os moçárabes um misto de cristão com árabe.

O romance moçarábico tinha caráter essencialmente conservador, diferindo do galego, falar das populações cristãs do Norte.

Dá-se a atuação do princípio sociolingüístico que explica a maior ou menor intensidade das transformações lingüísticas, conseqüência das forças *centrípeta* e *centrífuga*. Esta, a *centrífuga*, predominou no Norte, uma vez que, distante dos centros de cultura, pequena contribuição da escola, no falar galego precipita-se a *deriva*, propiciando maiores e mais rápidas alterações. É o caso, por exemplo, da palatalização. São do Norte formas como: chegar, chor, chamar, correspondentes a: pregar, frol, cramar, formas do Sul, provenientes do mesmo étimo: *plicare, flore, clamare*.

Ao Sul, a influência árabe se faz notável. Povo de cultura, demonstrada nas artes, na arquitetura, nas ciências, é responsável pela predominância da força *centrípeta*, caracterizando o conservadorismo do falar moçarábico.

Outras não poderiam ser as conseqüências do “modus vivendi” das populações do Sul da Lusitânia, marcadas pela reclusão espiritual, pelo romance repetido de outiva, e que não era escrito, pelo cultivo intenso da língua árabe, em detrimento dos estudos latinos. A palatalização efetuada ao Norte correspondia, ao Sul, a uma simples alternância das líquidas, conforme já exemplificamos (pregar, cramar, frol). As consoantes líquida lateral /l/ e linguodental nasal /n/, que sofriam síncope no falar galego, conservam-se no falar moçarábico, de que são exemplos os topônimos: Mértola, Fontana, Odeana.

Do Norte recebemos *devesa*, proveniente de *defensa*, sonorização que não se realizou ao Sul, donde a forma atual *defesa*.

A evolução do ditongo ai-ei, comum no Norte, não se efetua no Sul, daí as palavras: *furnair* (fornheiro); *çabatair* (sapateiro).

Fato por demais conhecido da influência árabe no romance lusitânico é a aglutinação do artigo -al a várias palavras, como:

almofada, almôndega, alfinete etc. Até a vogal da sílaba tônica, que terá na língua portuguesa sua maior estabilidade, será abalada pela influência árabe em certas palavras, como: Tejo, de Tagu; Beja, de Paga.

Não poucas palavras, comuns na poesia trovadoresca, são exemplos da influência árabe, pelo conservadorismo de suas formas, irmana, louçana, pino, venía, salido etc.

Do longo contato entre muçulmanos e cristãos vieram para a língua portuguesa inúmeras palavras de vários campos semânticos, como, por exemplo, as que designam cargos e coisas militares:

*alcaide* no Castelo: chefe, comandante e, mais tarde, capitão de navio.

*alferes*: cavaleiro que levava a bandeira real (porta-bandeira), depois, um posto militar.

*alarido e algazarra*: ruído com ira, grita com que os mouros começavam a pelejar; tumultuar das tropas mouras, brado.

*almazén*: depósito de armas, celeiro, entreposto, chega ao português como *armazém*, ao francês como *magasin*, ao espanhol, como *almacén*.

*almoxarife*: ilustre, nobre, inspetor; depois administrador da fazenda real; encarregado da arrecadação e, mais tarde, guarda da distribuição de mercadorias.

Do árabe recebemos, também, a interjeição *oxalá*. Difícil de ocorrer, até na estrutura da nossa língua vamos encontrar a influência árabe: trata-se da preposição *até*. No português arcaico, houve as variantes *atá*, *ataa*, provindas do árabe *hatta*, que se cruzam com a expressão latina: *ad tenes*, responsável pelas formas *ate*, *atões*, *atees*, *atem*.

No Alentejo, ainda são encontradas as formas: *atá*, *ata'qui*, *atàgora*, '*re-líquias moçárabes*'.

Contudo, é no léxico que se pode notar a rica contribuição árabe na língua portuguesa. Até dicionário só de palavras oriundas do árabe possuímos, como o elaborado pelo filólogo português José Pedro Machado.

Quero registrar aqui que o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, do Prof. Antenor Nascentes, consigna 609 vocábulos de origem árabe.

O *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras, de cuja equipe participei, em 1999, elevou esse número para 2 250 palavras.

## O Século XVI

### 1 – A Língua Portuguesa

Portugal aos poucos vai saindo do ambiente medieval. A sociedade portuguesa está imbuída de um novo espírito. As grandes navegações descortinaram-lhes novos mundos e novas humanidades. A chegada de humanistas propicia-lhes desvendar tesouros da civilização greco-latina.

O Latim é plenamente cultivado, chegando a se tornar a língua das ciências. É fato que até as damas da corte liam em Latim.

Publica-se a famosa obra do Pe. Manuel Álvares *De institutione grammatica*, traduzida em 12 (doze) idiomas e impressa mais 400 (quatrocentas) vezes, pela qual aprenderam latim as gerações até o século XVIII.

Eram, nessa época, comuns os jogos, ficando na língua algumas expressões dele decorrentes, como:

*dar no vinte* (acertar): no jogo da malha, vinte era o pau que servia de alvo e valia vinte pontos, se derrubado.

*meter o bedelho*: bedelho era “trunfo pequeno” no jogo de cartas.

*truque* (ardil, tramóia): num jogo de 3 cartas entre 2 ou 4 parceiros, havia certas cartas maiores, chamadas truque.

No léxico do século XVI, podemos constatar o uso de formas populares que, posteriormente, serão refeitas: adivinhar, alvalá (alvará), estronomia, avangelho, bautizado, adversairo, rosairo, contrairo, devação, dino, lumiosos, simprezidade.

Por outro lado, vocábulos e expressões já arcaicos no século XVI, ainda são usados por certos autores, como ocorre, por exemplo, na carta de Caminha: cárrgo (carga), coma (como), senho (numeral), tamalavez (adv.), prantar etc. e ainda formas verbais como jovesse (por jazesse), jouvemos (por jazemos).

## 2 – Fernão de Oliveira

Merece destaque uma figura ímpar das letras no século XVI pela contribuição aos estudos da língua, causando, ainda hoje, admiração. Trata-se de Fernão de Oliveira, o primeiro gramático, autor da obra *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*.

De grande perspicácia e apuro lingüísticos, Fernão de Oliveira faz uma descrição do vocalismo que só no século XX será explicado cientificamente.

Eis a passagem em que descreve as vogais tônicas:

“Na língua é necessário que dividamos as vogais em grandes e pequenas, como os gregos, mas não todas porque é verdade que temos:

*a* grande (almada) / *α* pequeno (alemanha)

*ε* grande (festa) / *e* pequeno (festo)

*ω* grande (fermosos) / *o* pequeno (fermoso)

Mas não temos assim diversidade em *i* e *v*.”

Em outra passagem, lemos:

“Das vogais *u* e *o* há tanta vizinhança, que quase nos confundimos dizendo *uns somir* e outros, *sumir; dormir e durmir; bolir e bulir*.”

Até um princípio sociolingüístico encontramos em Fernão de Oliveira, quando nos diz:

“Melhor é que ensinemos a Guiné do que sejamos ensinados de Roma; ainda que ela já tivera toda sua valia e preço. E não desconfiemos de nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens.”

Ponderada é sua posição pertinente à etimologia:

“As nossas palavras são tão antigas que não sabemos se vieram de fora, nestas as gramáticas mandam saber *donde, quando, porque* e *como* foram feitas. Requer-se *ler* e *ver* muito e, ainda assim, alcançaremos pouco. Ora pois, se como adivinhássemos dizem que *homem* assim se chama porque está no meio do bem e do mal; *mulher* assim se denomina porque é *mole*; *velho* porque viu muito; *tempo* porque tempera as coisas assim como estas podemos exemplificar outras mentiras, as quais sempre são muito falsas.”

### 3 – Camões

É com Camões que se data o início do Português moderno, embora seu vocabulário compreenda termos populares, arcaísmos e latinismos.

Formas antigas como *devação, rosto, obra de, ca* (conj.), *pero* (conj.), *leixar, de balde* já não encontram guarida no poema camoniano.

Refaz a antiga forma do ditongo *ai* no sufixo *-ário*: *rosário* (por rosairo), *contrário* (por contrairo), *vigário* (por vigairo).

A crase já se dera: *vãs, hu, fé*. Esta palavra é empregada 16 (dezesesseis) vezes, sendo só duas com *e* dobrado *fee*, mas só graficamente, pois a métrica comprova a crase (C I, 2 e C V, 13).

Camões usa de formas populares, como: *benino, malino, sino* (signo), *bautizar, Anrique, exprimentar* (12 vezes) e *experimental* (2 vezes), *estâmago, orfíndade* (pop.), depois *orfandade* (semiculta), *pego* por pélagos (C V, 73): “Deitando para o pego toda a armada”

*reposta* (fem. de repostos) que, no século XIV, por influência do verbo *responder*, passa a *resposta*.

É fato que ainda se encontram em Os Lusíadas alguns arcaísmos, como o adv. *asinha, esteis* (por estais);

*impidas* (por impeças) C VIII, 75: “Não me *impidas* o gosto da tornada”;

*himos* (por vamos): C II, 80) “Himos buscando as terras apartadas”;

*sôbolo* (sobre o): C X, 60 “*Sobollo* tanque lucido e sereno”;

*is* (por ides): C IV, 91 “Porque *is* aventurar ao mar iroso”;

*trezeno* (13 °) (Cf. dezena novena, quinzena, onzena, quarentena)

C IV, 60: “Foi Joane segundo e Rei *trezeno*”.

Mas é no vocabulário erudito, através de latinismos, que Camões enriquece o léxico português. A ele devemos a introdução de, aproximadamente, duas centenas de palavras, como: lanífero, mortífero, áureo, férreo, idôneo, hórrido, íncola, procela, fulgente, tálamo, vocífero, ignaro, diáfano etc.

Outra contribuição de Camões à língua portuguesa está na etimologia. Camões conhecia a origem que se dá à palavra Lusitânia e, no Canto III, 21, diz:

“Esta é a ditosa pátria minha amada.  
Esta foi Lusitânia, derivada  
De Luso ou Lisa, que de Baco antigo  
Filhos foram, parece, ou companheiros,  
E nela estão os íncolas primeiros”.

Camões segue a tradição de que *lusos* e *Lusitânia* provêm de *luso*, tirado de *Luso* e *Lysia*, filhos ou companheiros de Baco, o qual, no poema, se opõe aos portugueses, pois estes chegarão às Índias, domínio do deus romano.

Vênus, ao interceder junto a Júpiter, em defesa dos portugueses, no C VIII, 2, repete a origem da palavra:

“Este, que vês, é Luso, donde a fama  
O nosso reino Lusitânia chama.”

Mas a grande contribuição de Camões, assim a mim me parece no campo lexical, está no termo *Adamastor*.

Se procede a explicação filológica, Camões teria aproveitado o nome Adamastus, criado por Virgílio, na Eneida, L III, 614:

“Sum patria ex Ithaca, comes infelicis Ulyssi  
Nomine Achemenides, Troiam genitore Adamasto  
Paupere profectus”

(Sou da pátria Ítaca, companheiro do infeliz Ulisses/ O meu nome é Aquémenes, tinha partido para Tróia, sendo meu pai o pobre Adamasto)

Nesta passagem, Enéias encontra, numa caverna, o grego Aquémenes que narra aos troianos as crueldades do ciclope. Aquémenes é nome desconhecido de Homero (é de origem persa), aqui personagem imaginária.

Da Odisséia Camões retirou o nome Damastor, (um dos gigantes que escalaram o Céu. Não tendo armas, lançou contra os deuses um companheiro petrificado por Minerva, segundo a Mitologia.)

Era Damastor filho de Náuplio, grande navegador, cujo nome é formado de ναυς / *naus* / “navio” e de πλεῖν “navegar”. Na Odisséia é citado várias vezes, no Livro XXI, quando os pretendentes queriam desposar Penélope, certos de que Ulisses não voltaria:

pág. 155- “Disse Agelau, filho de Damastor...”

pág. 182- “O primeiro que a apostrofou foi Agelau, filho de Damastor”

pág. 183- “Eram incitados por Agelau, filho de Damastor”

pág. 185- “Ulisses feriu com a comprida lança o filho de Damastor”

Camões, juntando Adamastus e Damastor, criou Adamastor.

## 4 – Séculos XIX e XX

### 1. Importância da Filologia

#### Principais representantes em Portugal.

A Francisco Adolfo Coelho deveu-se a introdução da ciência da linguagem em Portugal, no século XIX, adotando o método histórico-comparativo.

Dentre os vários filólogos lusitanos destacam-se dois profícuos especialistas: José Leite de Vasconcelos, autor da famosa *Lições de Filologia Portuguesa* e de inúmeras obras sobre dialetos e falares em Portugal, África e Ásia e Carolina Michaelis de Vasconcelos, também autora de *Lições de Filologia Portuguesa*, além de inúmeros trabalhos de erudição filológica, como a edição do *Cancioneiro da Ajuda* e o *Glossário* dessa obra.

#### Principais representantes no Brasil

Não poucos estudiosos contribuíram para o acervo filológico no Brasil. Cumpre destacar alguns de uma lista que seria exaustiva.

Ferdinando de Sousa da Silveira com *Textos Quinhentistas* que compreende os estudos dos textos: *Sobolos rios*, de Camões, a tragédia *Castro*, de Antônio Ferreira, o *Auto da Alma*, de Gil Vicente, e *Crisfal*, de Cristóvão Falcão. De leitura obrigatória são suas *Lições de Português*, em que o autor consegue, em pequeno livro, expor sua profundidade de conhecimentos.

Celso Ferreira da Cunha, um dos maiores medievalistas brasileiros de cuja contribuição filológica destacam-se: *Cancioneiro de Joan Zorro*, *Cancioneiro de Martin Codax*, e *Estudos de Poética Trovadoresca*.

Antenor Nascentes, lexicógrafo e etimólogo principalmente, deixou-nos *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, que mereceu o prefácio de Meyer-Lübke; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (tomo II, de nomes próprios); *Dicionário Etimológico Resumido*; *Dicionário da Língua Portuguesa*, editado pela Academia Brasileira de Letras; *O Problema da Regência*, dentre outras obras.

Clóvis do Rego Monteiro, autor de *Português da Europa e Português da América*, obra que marcou os estudos sobre a língua portuguesa pela importância

dos assuntos tratados e profundidade de conhecimento. Deixou-nos, também, *A Linguagem dos Cantadores; Morfologia e Sintaxe do Substantivo da Língua Portuguesa*, dentre outras contribuições.

Manuel de Said Ali Ida, o maior sintaticista da língua portuguesa a quem devemos a primorosa obra *Dificuldades da Língua Portuguesa; Lexeologia do Português Histórico e Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*, que foram reunidas, mais tarde, sob o título *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Destacam-se ainda: *Meios de Expressão e Alterações Semânticas; Investigações Filológicas*.

Serafim da Silva Neto, autor da monumental obra *História da Língua Portuguesa*, sem similar em Portugal e no Brasil. Destacam-se, ainda: *Fontes do Latim Vulgar, História do Latim Vulgar; Textos Medievais Portugueses e seus Problemas; Língua, Cultura e Civilização*.

A Serafim da Silva Neto devemos o levantamento da etimologia de certas palavras que não encontraram entre os filólogos explicações plausíveis e científicas. O Mestre estudou-lhes a história, o percurso evolutivo, possibilitando, assim, o esclarecimento definitivo de suas origens. Destaque-se, pela importância: deixar, cadeira e fígado.

## 2. Fatos lingüísticos à luz da diacronia

### 2.1. O verbo *ter* impessoal: Tem pessoas? ou Há pessoas?

Há muito tempo o verbo *ter* procura desbancar o verbo *haver* em frase com o sentido de existência. No registro padrão determina-se o uso do verbo *haver*: *Há pessoas na sala*, considerando-se imprópria a presença do verbo *ter*: *Tem pessoas na sala*, de emprego corrente no Brasil.

A pseudo-incorreção no uso do verbo *ter* em frases existenciais se deve à sua origem, tida como “brasileirismo”. Constitui, realmente um brasileiro? Teve origem na linguagem popular? Trata-se de regionalismo brasileiro? Provém da influência tupi?

Não faltaram respostas a estas perguntas, dissociadas da pesquisa lingüística.

Bias Mendes, por exemplo, autor da obra *Estudos Americanos* atribuiu a influências do falar indígena particularidades do português do Brasil, como o verbo *ter* usado impessoalmente. Uma frase como:

*Tem homens* seria mera tradução do tupi: “*orecô apgauaitá*”.

Tal explicação foi refutada por Clóvis Monteiro na obra *Português da Europa e Português da América*, alertando-nos de que “não raro, onde se pre-

tende descobrir um sinal da influência tupi, não há senão um traço da tendência espontânea da língua, a qual, às vezes, já ocorreu em Portugal.”

É o que sucede com o verbo *ter* nessa acepção.

Gladstone Chaves de Melo, que arrolou como brasileirismo esse emprego do verbo *ter*, em *A Língua do Brasil*, retificou tal afirmação, ao ouvir em Portugal, em Póvoa-do-Lenhoso, o verbo *ter* usado impessoalmente. A propósito do fato, ensina-nos esse grande filólogo:

“Quanto melhor se conhece a língua arcaica e mais se investigam os falares portugueses, menor é o número de brasileirismos.”

Ainda Gladstone Chaves de Melo nos aponta exemplo colhido na obra *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett:

“Não, hoje não *tem* perigo”

A este exemplo podemos acrescentar outros de vários autores portugueses:

Fernão Mendes Pinto, na obra *Peregrinação*, II, 79:

“Nos matos da costa *tem* muito pau-brasil”

João de Barros, em *Crônicas*, III, 9:

“E lá dentro (no paço) *tinha* muitos jardins.”

Diogo do Couto, em *Vida de São Paulo*:

“Disseram os oficiais que ainda *tinha* tempo.”

Feliciano de Castilho, em “*O Doente de Cisma*”:

“Sr. Simplício, *tem* ali fora um sujeito...”

Camilo Castelo Branco, em *O Santo da Montanha*:

“*Tem* lá uma cousa que chamam academias...”

Eça de Queirós, em *A Cidade e as Serras*:

“*Tem* ali um pomar que dá os pêssegos mais deliciosos de Portugal.”

Outra não é a lição deixada pelo saudoso Prof. Cândido Jucá

Filho no artigo *Aspectos da Linguagem Brasileira*, apresentado no 2º Simpósio de Língua e Literatura, 1969, após arrolar diversos exemplos colhidos em autores portugueses. Diz-nos o grande mestre:

“Parece-me assim que o uso do verbo *ter* por *haver* nas chamadas frases existenciais é uma ampliação legítima que os brasileiros fizemos dentro de critérios que nos chegaram de Portugal.”

Pelo exposto, quero crer que fica difícil continuar-se a considerar o emprego de *ter* impessoal, no sentido de existência, um uso lingüístico criado no Brasil, quando emana de Portugal.

### 2.1.2 A palavra *se* como apassivador: explicação histórica.

A norma culta admite a existência da chamada passiva sintética com a partícula *se*, em frases como: Vendem-se casas.

Dois são os argumentos dos que defendem essa construção:

- 1) sendo o verbo ter transitivo direto, pode ter voz passiva;
- 2) esta construção com a palavra *se* equivale à passiva analítica:

Casas são vendidas, logo o substantivo *casas*, nos exemplos, representa o sujeito, devendo o verbo com ele concordar.

Said Ali não admite tal construção como voz passiva sob os seguintes argumentos:

- 1) “Analisar indiretamente, por meio de substituição é dar asas à fantasia.”
- 2) São estruturas e significações diferentes: *Vende-se esta casa e*

*Esta casa é vendida.*

Said Ali considera, portanto, voz ativa, sujeito indeterminado e o substantivo posposto, complemento verbal.

É como, aliás, percebe o falante na linguagem coloquial.

Ao lado de Said Ali estão Sotero dos Reis, Antenor Nascentes e Clóvis Monteiro. Este assim se pronunciou sobre o pronome apassivador:

“A função subsidiária que, neste caso, se atribui ao *se*, é circunscrita à esfera dos eruditos. É ignorada pelo povo, que, instintivamente, rejeita, por contrário à índole da língua, aquilo que, muitas vezes, é ouro de lei para os gramáticos.”

Não há dúvida de que tal construção não tem o respaldo da linguagem coloquial. O usuário da língua não sente nenhuma idéia de passividade. Eis o real fato sincrônico.

Faltava, no entanto, a explicação diacrônica, a origem de tal construção.

Esse estudo, que viria, definitivamente, justificar a aversão que o falante tem em flexionar o verbo junto à palavra *se* (*Vende-se casas / Conserta-se relógios*) se deve à tese de doutorado do Prof. Castelar de Carvalho. Pesquisador de primeira linha, que, antes, já nos dera a obra *Para Compreender Saussure*, solucionou a origem da chamada passiva pronominal na obra *O Pronome Se: uma palavra oblíqua e dissimulada*.

Comprovou o autor que nunca a palavra *se* funcionou no latim clássico como elemento apassivador. Nem o latim vulgar deu guarida a tal construção.

O Prof. Castelar cita eminente autoridade no assunto, Henri Müller, no artigo *A Voz Passiva no Latim Vulgar*, publicado pela Columbia University Press, em 1962: “Passiva pronominal é uma criação das línguas românicas, não do latim. A passiva pronominal é uma invenção renascentista.”

Eis a lição de Castelar de Carvalho: “O *se* pronome a passivador tem sua origem no uso da perífrase verbo pronominal com sujeito inanimado (Ex.: *Agita-se a palmeira.*), construção que acabou por se prestar a uma interpretação ambígua: de um lado, como medial dinâmica (*A palmeira agita-se*) com a personificação do sujeito; e, de outro, com a voz passiva, a chamada passiva pronominal românica, interpretação que veio a prevalecer no registro culto da língua portuguesa.”

\*\*\*



# OS MODOS DE FALAR DO ESCRAVO NOS ANÚNCIOS DE JORNAL<sup>1</sup>

Marlos de Barros Pessoa  
UFPE

## 1. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento dos modos de falar do escravo nos anúncios de jornal publicados no *Diário de Pernambuco* e no *Diário Novo* entre 1831 e 1848, publicados no Recife. Com esse levantamento pretende-se fazer algumas inferências sobre o uso da língua portuguesa pelo escravo no Brasil e ao mesmo tempo contribuir para a reflexão sobre o português falado na história. Associaremos este estudo a dois outros textos. A um primeiro, publicado no mesmo período num jornal local, onde se comentam certos aspectos da língua falada, atribuindo-os à influência dos escravos; a um segundo, onde identificamos uma variedade da língua portuguesa falada por escravos, dentro de um *continuum* lingüístico, que vai de uma variedade mais antiga até uma variedade urbana em constituição na cidade do Recife naquele período. De um modo geral os estudos sobre a história das línguas se assentam sobre a língua escrita, não só porque as fontes são escritas, mas também porque parte-se da crença de que uma história do oral é algo impossível ou impensável. É óbvio que não se pode reconstituir a fala de épocas anteriores ao surgimento do gravador, mas é possível se fazer algumas reconstruções a partir do conhecimento melhor que se tem hoje do funcionamento da língua falada. Ademais, a história social da língua falada é algo inteiramente possível, desde que se encontrem testemunhos e informações sobre o que se pensava a respeito dessa modalidade numa dada época. Nesse sentido, o levantamento que fizemos se insere perfeitamente dentro dessa história social do português falado pelo escravo, oferecendo pistas para se compreender o uso da língua portuguesa em geral na sociedade brasileira do século XIX.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado na UNICAMP em abril de 1999. Agradeço a Wellington Barbosa da Silva, doutorando em História na UFPE, a cessão do corpus.

## 2. A alusão à fala nos anúncios

Os anúncios de venda, compra ou fuga de escravos ocupam nas páginas dos jornais brasileiros do século XIX papel de destaque, dada a importância do escravo dentro da economia da época. Pode-se dizer que ele era a mercadoria da qual se gerava toda a riqueza da colônia ou do império. Partindo dessa visão, a procura pelo escravo se revestia de algo extremamente importante. Com a relativa complexidade da sociedade brasileira dentro da qual se insere o surgimento dos jornais, o anúncio escrito passou a ser o meio mais eficaz para divulgar informações sobre os escravos. Nesse sentido, dados minuciosos sobre a singularidade de cada escravo passaram a ser cruciais, porque isso era fundamental tanto para o comércio, quanto para a apreensão dos fugitivos. É aí que entra a informação sobre a fala, numa inspiração no “*shibboleth*” bíblico. Como este tema está contido num estudo das relações mais amplas entre etnias e culturas diferentes, o que ele revela mais especificamente é o contato lingüístico e a aquisição da língua portuguesa por falantes estrangeiros. Revela também o problema das gerações de imigrantes forçados com substituição lingüística ao longo do tempo.

## 3. Os modos de falar do escravo

No corpus<sup>2</sup> investigado aparecem mais de trinta diferentes alusões ao modo de falar do escravo. Delas se podem entrever caracterizações que aludem a diferentes aspectos, tais como qualidade da voz, personalidade, habilidade e variação lingüísticas. Fazemos uma distribuição dessas caracterizações de acordo com os aspectos referidos.

Os modos da falar do escravo por categoria

### 1. Qualidade da voz ou do modo de falar

fala fina  
grossa  
baixa  
alta  
mansa  
apressada  
descançada (?)  
falla devagar  
quando falla parece ter a boca cheia

### 2. Personalidade

boçal  
ladino  
parolento  
conversadeira  
expressivo  
regrista (cheio de regras e prelúdios)  
perguntador  
mui falador  
prolístico  
bem fallante

<sup>2</sup> O corpus utilizado consta de 342 textos. Os números depois dos anúncios representam a ordem de aparecimento no corpus, que, devido a sua extensão, não pôde ser anexado aqui.

3. <i>Varição</i>	falla mal
fala de sertanejo	não sabe dizer
fala amarinheirado	desembaraçada no falar,
descançado (?)	falla serrada, atravessado (?)
atravessado (?)	
4. <i>Habilidade lingüística</i>	5. <i>outras caracterizações</i>
falla muito bem	quando falla gagueja (bastante gago)
enteligível	sabe contar histórias
boçal	canta bem (cantaroleiro)
ladino	quando falla as mãos em movimento
crioula no falar	quando falla dá um jeito na boca
atrapalhado	costuma olhar para o chão quando falla
	titubeia quando falla

### 3.1 A ambigüidade das caracterizações

Algumas das caracterizações são ambíguas quanto à sua distribuição dentro das categorias. “falla mança” que incluímos em qualidade da voz, aparece também associada a um escravo do Rio Grande do Norte (anúncio 131 do corpus), mas sem vinculação direta com essa origem; “ladino” e “boçal”, embora tenham na sua origem uma motivação lingüística – domínio ou não da língua portuguesa respectivamente – podem ser incluídas em “personalidade”, porque os termos ganharam ao longo do tempo essa conotação. Observe-se quanto ao uso de *ladino* o seguinte anúncio:

(1) No dia 26 do passado Abril fugio a preta Maria, moça, nação Angola...é bastante ladina por ter vindo muito pequena de sua terra, e de fallas muito baixas... (164)

O fato de a escrava ter vindo desde muito pequena de sua terra justifica sua ladineza, ou seja, não se percebe na sua fala traços de origem. O anúncio (2) reforça essa interpretação. No anúncio (3), entretanto, parece que “ladino” e “boçal de lingoa” podem se combinar, o que evidencia a referência à ladineza como uma atribuição não necessariamente lingüística:

(2) ...O preto he de nome João Peixoto, de nação benguela, ...he muito ladino, e falla muito bem...(31)

(3)...Raimundo. de nação muçambique...ladino, porem de maxavel se faz buçal de lingoa...(30)

No anúncio 324 (4) aparecem “ladino” e “fala muito descançado”.

(4) ...É alto, fala muito descançado, olhos grandes e avermelhados...muito ladino... (324)

A rotulação “descançado” pode estar associada à origem geográfica, como ainda hoje quando se refere à fala no Nordeste<sup>3</sup>. No anúncio (5) aparece associada a uma escrava de Benguela, mas não é clara a relação com a origem; já em (6) é nítida a pertença geográfica<sup>4</sup>:

(5) Desapareceu no dia ...uma preta escrava – Maria Rita, idade 30 annos, pouco mais ou menos, nação Benguella...falla descansada... (110)

(6) No dia 24 do corrente fugio um escravo....falla baixa e descansada porque é filho do Pará... (140)

### 3.2 Qualidade da voz

Há rotulações que se referem claramente à qualidade da voz conforme mostra o quadro acima. “fina”, “grossa”, “alta”, “baixa”, “devagar”, “apressada” etc. Esse tipo de rotulação reflete as chamadas *atitudes lingüísticas*, como mostram os estudos dessa área. Entretanto há aí caracterizações ambíguas como em (5), conforme já referido; em (6), em face do tipo de formulação, „baixa“ ficou ambígua quanto à origem geográfica; o curioso é que em (1) essa mesma rotulação poderia estar associada à procedência angolana do escravo.

### 3.3 Personalidade

Os adjetivos referentes à personalidade<sup>5</sup> abrem a possibilidade de interpretação das atividades de falar e calar naquela sociedade. Pelo menos “parolento”, “perguntador” e “falador” tinham conotação negativa naquele período. Isto é atestado por outras fontes. Nas devassas da Revolução Pernambucana de 1817, uma das acusações mais comuns a um indivíduo envolvido na revolta era a de ser “fallador”; num jornal recifense da década de 40 do século passado aparece um comentário com o título “os perguntadores”, onde se faz alusão também ao “paroleiro”. Também “regrista” tinha uma conotação negativa como no ditado popular “todo moleque cambado é regrista”, ao que parece comum no século XIX, tal como registrado por Costa (1976:673)<sup>6</sup>. É dada como equivalente a “contador de histórias”, que nos parece ser equivalente a “sabe contar histórias”, incluída na categoria “outras caracterizações”, “prolóstico” é variação de “prognóstico” = “pernóstico”.

<sup>3</sup> Nascentes (1922:20) se refere ao “falar descansado do sulista” e ao “cantado do nortista”; no corpus levantado não aparece nenhuma vez o adjetivo “cantado”.

<sup>4</sup> Nos casos em que não é clara a origem, temos a possibilidade de interpretá-los como “qualidade da voz”.

<sup>5</sup> Sem dúvida, ao analisarmos a personalidade de alguém a partir da fala, estamos de fato no terreno das atitudes lingüísticas.

<sup>6</sup> “regra” nesse autor significa “palavreado”, “parolagem”.

### 3.4 Variação

Alguns casos trazem evidente referência à variação geográfica, como já aludimos. Outros exemplos são os casos (7) e (8); há ainda a possibilidade de incluir outros anúncios que se refiram a “descançado” e “atravessado”.

(7) ...he muito conhecido nesta cidade pelo seu desembaraço, e por fallar amarinheirado por já ter andado embarcado... (35)

(8) No dia...fugio o cabra Maximiano...tem falla sertaneja... (332)

Em “falar amarinheirado”, que vem acompanhado da explicação “por já ter andado embarcado”, há ainda duas possibilidades de interpretação: ou se trata de alusão à fala nitidamente lusitana ou ao uso de gíria de marinheiros.

### 3.5 Habilidade lingüística

Todos os adjetivos nesta categoria se referem explicitamente ao domínio ou não da língua portuguesa. Particularmente interessantes são os casos (9) e (10) do corpus, como segue:

(9) ...se for embarcado um negro conhecido...de nação Gabão...falla muito mal...(160)

(10) Manoel, de nação Cabundá...fala mal e muito devagar<sup>7</sup>...(191)

O adjetivo “atrapalhado” aparece em referência ao mesmo escravo do Gabão no anúncio 158, do corpus, estando portanto nitidamente relacionado com o domínio da língua portuguesa. Já a caracterização “falla serrada<sup>8</sup>”, que significava “o que falla mal lingua estrangeira”, vem associada a um escravo originário de Benguela. Em “desembaraçada no fallar” a referência é feita a uma escrava crioula, apontando claramente para o desempenho lingüístico da escrava:

(11) Furtárão, ou fugio, no dia 16 do corrente uma negrinha por nome Maria pequena, muito viva e desembaraçada no fallar, é creoula, de idade de 10 para 11 annos...(92)

Quanto a “atravessado”, a referência no mesmo anúncio à origem caçanje<sup>9</sup> é nítida:

(12) Fugiu no dia...um escravo de nome Francisco, de nação Cassange, idade de 19 annos, falla ainda atravessado...(268)

<sup>7</sup> O Aurélio dá “cabundá” como “escravo fujão e dado ao roubo”.

<sup>8</sup> O Moraes registra o adjetivo com “c”.

<sup>9</sup> Veja-se o que o dicionário de Aurélio registra no verbete *caçanje*: “Do top. Cassanje. Dialeto crioulo do português falado em Angola... Português mal falado ou mal escrito”.

Aí “falla ainda atravessado” pressupõe uma etapa, o que sugere a idéia de estágios na aquisição do português, como veremos adiante.

### 3.6 Outras caracterizações

Em “outras caracterizações” incluímos algumas descrições não só curiosas, mas reveladoras da percepção do modo de falar daqueles indivíduos. Particularmente “quando fala parece que tem a boca cheia” ainda é comum ouvir-se quando se descreve o modo de falar de estrangeiros. O anúncio 107 do corpus “quando fala gagueja” é uma incógnita, porque podia se tratar de um escravo em fase de aquisição da nova língua. Nesse sentido o anúncio “titubeia quando fala” é ainda mais revelador de uma fase de aquisição. Por fim, os anúncios (13), (14) e (15) nos revelam algo sobre a história dos gestos que acompanham a fala:

(13) costuma olhar para o chão quando falla (110)

(14) quando falla está effectivo com as mãos em movimento acompanhando as palavras (154)

(15) quando fala dá um jeito na boca (247)

## 4. O continuum de aquisição do português

Certos tipos de caracterização se prestam bem a uma reconstrução de um *continuum* interlingüístico, como classificou Romaine (1994). Parece evidente que há uma escala na aquisição da língua portuguesa, partindo de dois extremos: *boçal-crioulo*<sup>10</sup>. Entre estes dois extremos, temos outras caracterizações. Como o escravo ladino valia mais que o boçal, as referências a essa ladineza são as mais presentes, podendo-se perceber nitidamente a escala da aquisição. “ladino” se refere quase sempre ao escravo vindo de Angola. Parece se referir ao escravo que aprendeu a língua portuguesa como língua estrangeira, como no anúncio (1); crioulo, por outro lado, era o que a aprendeu desde o berço. O *continuum* teria os seguintes estágios:

**boçal** → um tanto boçal → **ladino** → bastante ladino → tão ladino que parece crioulo → **crioulo**

Têm-se, pois, olhando para esse *continuum*, três estágios importantes no processo de aquisição: boçal, ladino e crioulo. O primeiro indicava a total falta de contato com a língua portuguesa ainda; o segundo revelava as marcas de origem africana na fala; o terceiro representava a geração nascida de pais africanos,

<sup>10</sup> Considerando o português como *target language*, crioulo se refere ao indivíduo que aprendeu essa língua como um falante nativo.

possivelmente ladinos. Com a caracterização “um tanto boçal” percebe-se também um estágio na direção da ladineza. Com “bastante ladino”, por outro lado, deduz-se que havia diferentes níveis de competência no domínio do português como segunda língua. Havia escravos, ao que parece, que tendo aprendido o português, o falavam tão bem que se assemelhavam aos nascidos no Brasil. Estes deviam ser uma minoria. Os crioulos, por fim, quase sempre nascidos na casa do senhor, tinham tudo para aprender bem o português. É possível também que aprendessem um português marcado por fenômenos de reanálise.

### 5. O que representam lingüisticamente as caracterizações: uma hipótese

Uma pergunta permanece no ar quanto ao que poderiam representar lingüisticamente as rotulações. Ou seja, concretamente, que usos lingüísticos estariam sendo representados por algumas dessas adjetivações? Os anunciantes não pretendiam entrar em detalhes, interessantes ao lingüista, mas não ao povo em geral nem aos capitães do mato. Daí a nossa dificuldade. Mas encontramos um jornal local que atribui aos escravos determinados erros no uso da língua portuguesa, que poderiam nos aproximar de uma hipótese sobre o que representam as caracterizações que aparecem nesses anúncios. No artigo „*a lingoagem bordalenga de muita gente*“, publicado no jornal *O Carapuceiro*, de 19.10.1842, publicado no Recife, aparece um comentário sobre o uso do português local, atribuindo-se os erros aos escravos<sup>11</sup>. Confiando-se na opinião do autor, três fatos importantes são citados como pertencentes aos erros: o apagamento do „r“ final, o iefismo e a despalatização do //l/. Como Cunha (1986) identifica esses fenômenos como inovações do português brasileiro, há uma forte tendência de associá-los à origem africana, confirmando-se a veracidade do que dizia o jornal citado. É possível que esses fenômenos fossem a concretização lingüística de “falar mal” ou “falar serrado”.

Quanto às outras caracterizações, o autor também compartilha das atitudes dos anunciantes sobre a fala local: “*Já não tractarei da prosódia, ou accentuação da voz, pela qual extendem tudo, que deve ser breve, e formam dest’arte huma lingoagem tão morosa, que enfastia, e quase dá somno...falar tão descançada, e preguiçosamente.*” E classifica a língua falada de “*gerigonça luso-africana*” (*O Carapuceiro*, 58, 19.10.1842:1). Observe-se como a avaliação do jornalista atinge particularmente a prosódia. Essa pois é responsável por muitas formas de classificação da fala do escravo. Observe-se que a rotulação “*descançada*” está associada a alongamento de vogais. Concorrem também para a avaliação da fala nesse aspecto a abertura/fechamento e a elevação/

<sup>11</sup> V. Pessoa (1994).

rebaixamento de vogais. Hipercorreções também referidas pelo autor deviam ser cometidas por escravos “parolentos, conversadeiros ou regristas”.

## 6. Conclusão

Fica claro, portanto, que, em face da abundância de anúncios com rotulações semelhantes em relação à fala do escravo em jornais diferentes do período, havia um consenso de que os escravos, dependendo de sua origem ou tempo de estada no Brasil, falavam com certas características, que se poderiam classificar como variedades lingüísticas originadas da situação do contato ou do grau de aprendizagem da língua portuguesa. Nesse sentido a maneira de rotular a habilidade lingüística de ontem se tornou em parte a maneira de rotular a variação de hoje. Esse parece um fato óbvio, mas ainda não empiricamente demonstrado, como tentamos fazer neste trabalho. Disso deduz-se que pelo menos uma variedade lingüística falada por escravos emerge dessa análise, como já demonstramos em outro trabalho (Pessoa, 1997). As características dessa variedade, à medida em que os escravos vão perdendo o contato com as suas culturas e a entrada de novos escravos no Brasil vai diminuindo, vão se neutralizando, mas deixando a sua contribuição no português local rural e urbano.

## 7. Bibliografia <sup>12</sup>

- COSTA, F. A. PEREIRA DA. (1976) Vocabulário Pernambucano. Recife, Governo do Estado/SEC.
- CUNHA, CELSO (1986). Conservação e Inovação no Português do Brasil. O Eixo e a Roda (5). 199-230.
- NASCENTES, ANTENOR (1922). O Linguajar Carioca em 1922. Rio de Janeiro, 1922.
- O CARAPUCEIRO (1983). Edição Fac-similar do Jornal do Pe. Lopes Gama. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- FERREIRA, AURÉLIO BUARQUE DE H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1a. ed. 7a. impressão.
- PESSOA, MARLOS DE B. (1994). “A lingoagem bordalenga de muita gente”: o conteúdo lingüístico de importante fonte para o conhecimento do português brasileiro no século XIX. Lusorama, 25. 70-80

<sup>12</sup> Este trabalho representa a retomada do tema tratado pelo autor em duas outras ocasiões. A primeira em 1993 (Pessoa, 1995), onde se enfocou o problema das atitudes lingüísticas com a possibilidade de interpretação sobre a interferência; a segunda em 1997, onde se ampliou a interpretação dos dados com a reconstituição de uma variedade de escravos num *continuum* de variedades da língua portuguesa. Nas duas ocasiões o corpus era uma pequena amostra de cerca de 30 anúncios. Agora, como se vê, pudemos ampliá-lo consideravelmente.

- PESSOA, MARLOS DE B. (1995). Atitudes e estereótipos lingüísticos de senhores em relação à fala do escravo. Algumas inferências. In: Brauer-Figueiredo, Maria de F. Viegas (org.) (1995). Actas do 4º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, realizado em Hamburgo, Alemanha, 1993. Lisboa-Porto-Coimbra. 215-220.
- PESSOA, MARLOS DE B. (1997). Semi-oralidade e formação de uma variedade urbana no século XIX. O caso do Recife, Brasil. Tese de Doutorado inédita. Tübingen.
- ROMAINE, S. *Pidgin and Creole Languages*. London-New York, Longman. 1994
- SILVA, ANTONIO DE MORAES. (1922). *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Fac-símile da 2a. edição de 1813. Rio e Janeiro. S. A. Lytho-Typographia Fluminense.

\*\*\*



## A CONCORDÂNCIA COM *UM DOS QUE* NA TRADIÇÃO GRAMATICAL DO PORTUGUÊS

Evanildo Bechara  
UERJ/UFF

O constante drama que, nos enunciados, se estabelece entre o plano formal e o plano semântico nem sempre tem permitido que as línguas traduzam com certo rigor e normalidade as relações gramaticais com que os termos sintáticos se regimentam e ordenam nas orações.

O fenômeno da concordância – quer nominal (entre adjuntos e seus núcleos substantivo e pronome), quer verbal (entre o verbo e o sujeito) – espelha bem, em muitíssimos casos, a perplexidade do falante diante de certos casos que se lhe deparam freqüentemente. Jovem ainda, ouvi de um excelente professor de sala de aula, investigador conceituado dos fatos de nossa língua – o competente José Oiticica, catedrático do Colégio Pedro II – que, em matéria de concordância, o português apresenta casos lógicos e ilógicos: os lógicos não precisam ser ensinados, porque neles ninguém erra; os ilógicos ou duvidosos (por contrariarem princípios da gramática), procedam como quiserem, porque, qualquer que seja a opção, estará sempre certa.

Está claro que para um espírito lúcido e retilíneo como o do Prof. Oiticica, vai na afirmação um pouco de espirituosidade; todavia, diante de alguns casos, a lembrança do velho e saudoso Mestre facilmente nos acode.

Um desses casos muito discutidos entre os gramáticos e que motivam o suplício de candidatos a concurso diante da opção intransigente de bancas examinadoras, é o que diz respeito à concordância do verbo – no singular? no plural? – referido à expressão *um dos que* em contextos do tipo: *Ela foi uma das que mais brilhou* ou *brilharam no curso*.

Como o capítulo da sintaxe é o que só bem recentemente, na gramatografia de língua portuguesa, vem recebendo atenção especial (as mais antigas nem traziam capítulo sobre este domínio), nem todas tratam do problema. Por exemplo, não se discute o fato na excelente, para a época, *Gramática* de Júlio Ribeiro, cuja 1ª edição data de 1881, mas que tem na 2ª de 1885 a melhor

versão. Também não se registra a concordância nas gramáticas saídas em 1887, para atender à reforma de ensino de línguas (*Noções de gramática portuguesa* de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade; *Gramática descritiva* de Maximino Maciel; *Gramática portuguesa* de Alfredo Gomes). Vai fazer exceção a *Gramática portuguesa* de João Ribeiro, pelo menos nas edições mais modernas, já que não tenho acesso, no momento, às primeiras edições, a partir de 1887. Aí o nosso estudioso recomenda que “o verbo da segunda proposição deve estar no plural:

“Eu sou dos que *entendem*...

Sou um dos que *pensam*.” (pág. 230 da 22ª edição de 1933)

Mas continua sua lição:

“Deve-se, pois, considerar excepcionais (ainda que não faltem exemplos entre os antigos) todas as construções como a de Júlio Dinis (Pup. 3º):

O reitor foi um dos que mais se *importou* com a preocupação do homem” (Ibid.)

E depois de transcrever exemplos de Bernardes e Fernão Lopes, remetidos pelo colaborador assíduo Firmino Costa, conclui:

“Entretanto, esses exemplos já se não conformam com o uso moderno mais geral.” (Ibid.)

Na sua *Gramática portuguesa* (Belo Horizonte, 1920) Firmino Costa, embora reconheça que se encontra “nos clássicos a concordância no singular”, ensina-nos:

“Entre as duas construções, *um dos que mais lutaram* e *um dos que mais lutou*, a primeira parece ser a única aceitável.” (pág. 227)

As mais ou menos leves insinuações registradas pelos gramáticos de ontem e de hoje em favor do uso do verbo no plural – apesar dos exemplos em contrário correntes em bons escritores de todos os tempos – contrastam com o parecer peremptório de Epifânio Dias na sua *Sintaxe histórica*, publicada postumamente em 1918:

“Obs. Em expressões como: *um dos que mais trabalharam* é erro (o grifo é meu) concordar o predicado na oração relativa com a palavra *um* e dizer: *um dos que mais trabalhou*. Este erro (o grifo continua sendo meu) cometeu Fr. Luís de Sousa, quando disse: *Esta cidade foi uma das que mais se corrompeu da heregia* (V. do Arc. I, 191) (§ 23 da pág. 36 da 2ª edição, 1933, da *Sintaxe histórica*).

E não contente com a condenação, acalmou os ânimos aos que, por ventura, lembrassem o testemunho dos clássicos, advertindo-os em nota de rodapé:

“Foi escolhido este passo de Fr. Luís de Sousa, justamente para mostrar que as regras da gramática são às vezes, por descuido, violadas por aqueles que melhor conhecem a língua pátria.”

Pelas condições muito especiais por que a *Sintaxe* de Epifânio Dias foi publicada, com o notável filólogo preso ao leito por um adiantado mal de Parkinson, tendo podido corrigir apenas as 32 primeiras páginas impressas, fica-nos difícil saber se modificaria ou ampliaria a lição, caso tivesse saúde para proceder a uma revisão a que todo autor aspira. Digo isto porque em alguns de meus trabalhos tenho apontado que, em certos passos, a lição da *Sintaxe* está menos completa do que as informações exaradas em publicações cuja redação se mostra, na confecção, mais moderna do que a dela, como a *Gramática portuguesa elementar* ou a edição de *Os Lusíadas*. Em mais de uma oportunidade, tenho insistido na necessidade de se proceder a uma edição crítica deste extraordinário repositório de fatos sintáticos do português.

Lembra-me este comentário pelo fato de Epifânio, na sintaxe francesa que preparou com von Hafe na elaboração da *Gramática francesa* (1ª ed., Porto, 1875), ter só mais tarde chamado a atenção para o fenômeno da *atração*, responsável pela justificativa do emprego do verbo no singular em construções da língua de Flaubert análogos às do português.

As sucessivas edições desse precioso livro de von Hafe e Epifânio registram melhorias e aprofundamentos na redação, mormente na parte de sintaxe, que é aquela para a qual me tenho voltado com mais apuro. No que toca a este caso de concordância de que venho falando, desde a 1ª ed. (1875, § 126) até, pelo menos, a 5ª, sem data (§ 102) da *Gramática francesa*, é esta a redação:

“Quando o pronome relativo *qui* se refere à palavra *un, une*, determinada por um complemento partitivo do plural, o verbo pode ir para o singular ou para o plural. Vai para o singular, quando atribuímos a ação do verbo a *un, une*; e para o plural, quando a atribuímos às pessoas ou cousas designadas pelo complemento partitivo:

Voici, messieurs, une des actions de sa vie, qui *est* si belle et si extraordinaire que je ne puis me résoudre à la passer sous silence (Fléchier). L'exorde de l'oraison funèbre de Turenne est un des morceaux les plus finis qui *soient* sortis de la plume de Fléchier (La Harpe).

A lição e os exemplos estão fiéis à fonte em que se fundamentou Epifânio e a que (à versão francesa) ele mesmo referiu no Prefácio: a *Nouvelle grammaire française basée sur le latin* de Karl Ploetz, fiel também ela mesma ao original alemão *Syntax und Formenlehre der neufranzösischen Sprache* (minha edição é de Berlim, 1890).

Já na 9ª edição da *Gramática francesa* também sem data (§ 103, Obs. 2

e alínea b), Epifânio trata o problema com outra amplitude, afastando-se de Ploetz e visivelmente influenciado pela leitura do Capítulo 34 das reveladoras *Contribuições à gramática francesa (Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik)*, de Adolfo Tobler, começadas a publicar na famosa revista de Gustavo Gröber entre 1877 e 1884, e saídas em volume em cinco séries (1ª ed., 1886; 2ª ed., Berlim e Leipzig, 1901-1912):

“Obs. 2. – Às vezes uma oração relativa pode referir-se igualmente bem a um pronome ou a um substantivo que esteja ligado ao pronome, podendo assim ser dupla a forma da oração relativa, v. gr. *J'en crois un homme comme vous qui a pu*, par ses yeux, ou *qui avez pu*, par vos yeux, voir ces faits.

b) Todavia, quando o numeral *un, une* traz um complemento partitivo do plural determinado por uma oração relativa, o verbo da oração relativa pode concordar ou com o complemento partitivo, ou, por atração, com o numeral: *L'astronomie est une des sciences qui font* ou *qui fait le plus d'honneur à l'esprit humain* (Acad.). No francês moderno a segunda espécie de concordância vai-se tomando cada vez menos freqüente.”

A seguir vêm os exemplos, um de La Harpe, repetido das edições anteriores, e outro novo de Voltaire: *C'est une des pièces de Plaute qui a eu* (Epifânio traduz *tiveram*, como que insistindo na sua lição da *Sintaxe histórica*) *le plus de succès*.

M. Said Ali, na 2ª parte de sua *Gramática histórica (Formação de palavras e sintaxe do português histórico, 2ª ed., 1930, pág. 79)*, trata do assunto nestes termos:

“O verbo, na oração relativa, posto no singular em concordância, não com o termo no plural que lhe serve de antecedente, mas com o termo seletivo *um*, ocorre também por vezes na linguagem literária, quando a oração começa por *um dos... que*.”

Seguem-se exemplos do verbo no singular extraídos das obras de Damião de Góis, Antônio Vieira, Simão de Vasconcelos e Manuel Bernardes. Finaliza a lição comentando:

“O fenômeno do emprego do verbo no singular em vez do plural na oração relativa observa-se também em grego, em latim, em inglês, em alemão, em espanhol, em francês. A Tobler cita Boileau *M. de Soubise est un de ceux qui s'y est le plus signalé* e da Academia Francesa *L'astronomie est une des sciences qui fait le plus d'honneur à l'esprit humain*. Explica o mesmo linguísta o fato como uma atração ou assimilação progressiva.”

Ainda sob a influência dos comentários exarados no capítulo de Tobler é que Epifânio, na 9ª ed., alude ao fato de que a concordância do verbo da oração relativa no singular se vai “tomando cada vez menos freqüente.” A história da sintaxe francesa contemporânea não comprovou essa previsão, de

modo que, atendendo à referência a *um* (*uma*) ou à expressão partitiva, se poderá empregar, respectivamente, o singular ou o plural. Com muita prudência e bom senso pedagógico o “arrêté” de 1901, lembrado pela *Grammaire Larousse du français contemporain* (§ 552), recomenda:

“C’est une délicatesse de langage qu’on n’essayera pas d’introduire dans les exercices élémentaires ni dans les examens.”

Ernesto Carneiro Ribeiro, nos seus *Serões gramaticais* (1ª ed. 1880; 2ª ed. 1915, que utilizo), também ensina que, nas construções em apreço, se põe o verbo “no singular ou plural, segundo a ação por ele exprimida é afirmada de um só ou de muitos indivíduos.” (pág. 615)

Segue a surrada explicação por elipse, sempre cômoda, mas quase sempre a menos boa, e, à maneira de Bescherelle Ainé e Littré (este já condenado por Tobler, no capítulo antes citado), propõe que a “frase *foi uma de suas ações que mais me maravilhou* resolve-se na seguinte: *foi uma ação que mais me maravilhou dentre as suas ações*”, frase que não ocorreria a nenhum falante nativo de português.

Carneiro Ribeiro, entretanto, chama-nos a atenção para um caso em que, na construção *um dos que*, se impõe o singular:

“Bem é de notar que nessas espécies de construções se erra muitas vezes, empregando-se o plural. Assim, nas frases: *foi um de teus filhos que jantou ontem comigo; é uma das tragédias de Racine que se representará hoje no teatro*, será incorreto o emprego de número plural: o singular impõe-se imperiosamente pelo sentido do discurso. Enunciando assim o pensamento, intento dizer, na primeira frase, que não foram todos os teus filhos que jantaram comigo: a ação de *jantar* afirmo-a tão-somente de um deles, como a ação do verbo *representar-se*, na segunda, se não entende de todas as tragédias de Racine, senão de uma só, da que se diz ser levada hoje à cena, ser hoje representada. (Ibid. 615)

Apesar de termos todos estes testemunhos oferecidos pela língua na prática de seus melhores escritores, através de todas as épocas, e pela observação de estudiosos ilustres, extrapolam de sua seara aqueles que, por opção pessoal ou por excesso de uma óptica logicista, querem pôr travas aos recursos expressivos que o idioma oferece aos utentes.

Nisto se incluem mestres de reconhecida competência, como Leite de Vasconcelos (*Lições de filologia portuguesa*, 2ª ed., 1926, pág. 378), que num breve comentário condenatório a *um dos homens que lá esteve*, em vez de *estiveram* (“porque o sujeito do predicado da segunda oração é *que*, referido ao plural *homens*”), apesar de citar a *Gramática francesa* de von Hafe e Epifânio, aludindo ao fenômeno da *atração* e aos exemplos aduzidos por Rui Barbosa, com o verbo no singular.

Nesta trilha, não considerando erro mas construção vitanda, estão ainda dois autores portugueses modernos de um livro extremamente útil – João Andrade Peres e Telmo Mória – que classificam a construção com o singular “anormal no plano sintático e ilógica no plano semântico” (*Áreas críticas da língua portuguesa* (Lisboa, Caminho, 1995, pág. 496), partindo da relação sintático-semântico que supõem existente entre *Um dos advogados que estavam na sala saiu* com *Um deles saiu* e com *Um de entre os advogados que estavam na sala saiu*, mas que, salvo melhor juízo, só guardam equivalência na designação, e não no plano sintático e semântico.

Os escritores apontam-nos o caminho a seguir enquanto certos estudiosos fecham os olhos à sua lição. Repare-se neste exemplo de Alexandre Herculano, citado por Arlindo Leite nos *Fragmentos literários* (Rio de Janeiro, Sauer, 1927, vol. I, pág. 47), no qual o escritor joga com o emprego no plural e no singular, conforme, além da expressão gramatical, assinala seu intuito de generalizar a referência do verbo mediante o plural, e particularizá-la a um só sujeito, mediante o singular, referido exclusivamente a Guizot:

“Um dos escritores franceses deste século que mais profundamente *estudaram* o mecanismo da sociedade feudal, e que em dotes de historiador dificilmente *encontrou* êmulos entre os seus compatriotas, Guizot, entende também que a sociedade feudal se caracteriza por três fatos essenciais...” (*Opúsculos*, V, 213 ed. de 1881)

Diante do exposto, se não quisermos dobrar a língua ao gosto de opções pessoais ou a preceitos formulados sem a necessária imparcialidade do pesquisador, ou ainda a uma uniformização redutora das potencialidades idiomáticas do português, teremos de concluir com a seguinte lição:

Quando o pronome relativo *que* entra na construção *um (uma) dos (das) que*, há dois caminhos para a flexão numérica do verbo da oração relativa: um *marcado*, pelo qual se põe o verbo no singular, por atribuímos a ação do verbo ao seletivo *um (uma)*, ou por ênfase sobre si, ou porque, pelo sentido do discurso, a referência só ao seletivo diz respeito; outro, *não marcado*, pelo qual se põe o verbo no plural, por atribuímos a ação às pessoas ou coisas designadas, sem interesse estilístico ou comunicativo de chamar especial atenção para o seletivo *um (uma)*.

Em outras palavras, a forma não marcada, como sempre, abarca e inclui a forma dita marcada. Assim, entre *dia* e *noite*, *dia* é a não marcada, enquanto *noite* é a marcada, pois só se aplica à determinada porção das 24 horas. Daí, *dia* poder incluir o espaço de duração da *noite*, quando dizemos *Passei três dias em Teresópolis* (isto é, os espaços do dia e da noite). O fato não se restringe ao léxico, mas ocorre no domínio da gramática; assim masculino é forma não marcada, pois refere-se ao gênero humano em geral (que inclui homens e

mulheres). Já o feminino é a marcada, referida apenas a uma classe dos humanos, às mulheres. Daí *tio*, por exemplo, abarcar *tio* e *tia*, mas *tia* não inclui *tio*. Isto explica por que, ao dizermos *meus tios*, podemos estar fazendo referência ao meu *tio* e à minha *tia* ou a mais de um *tio* homem. Assim também, quando um adjetivo biforme há de atribuir-se a pessoas ou coisas de gêneros gramaticais diferentes, normalmente a forma a incluir ambos é a masculina: *mulheres e homens probos*, *homens e mulheres probos*; *aragem e vento frescos*, *vento e aragem frescos*.

\*\*\*



## BIOBIBLIOGRAFIA E CRÍTICA TEXTUAL

### NOTAS E COMENTÁRIOS II <sup>1</sup>

Maximiano de Carvalho e Silva  
UFF

#### 7

#### O CD-ROM DO VOCABULÁRIO DE BLUTEAU

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de que é Reitora a Professora Nilcéa Freire, através do seu Departamento Cultural sob a direção de Cléia Schiavo Weyrauch <sup>2</sup>, como parte do Projeto Brasil 500 Anos, lançou em CD-ROM, produzido por SONOPRESS RIMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO FONOGRAFICO, uma reprodução fac-similada do *Vocabulário Português e Latino* de D. Rafael Bluteau, monumento da lexicografia portuguesa, editado em dez alentados volumes, entre os anos de 1712 e 1725.

O projeto inicial se organizou por iniciativa do Professor Nireu O. Cavalcanti (UFF), a quem coube a coordenação geral da sua execução. Trata-se de uma iniciativa de grande alcance, um exemplo para estimular outros semelhantes, por oferecer daqui por diante o acesso no computador ao *Vocabulário* de Bluteau e a possibilidade de cópia imediata de suas páginas. Como se sabe, a edição original dessa obra de extraordinária importância, em dez volumes, é uma raridade bibliográfica, de preço altíssimo no mercado de livros, cuja consulta nas bibliotecas públicas que a têm em seu acervo é extremamente penosa, acarretando ainda ao pesquisador a dificuldade e o incômodo de só poder anotar em condições precárias as informações de seu interesse para utilização posterior. Com o CD, tudo fica bem mais fácil, inclusive porque se tornou possível pelos índices existentes localizar os verbetes sem de-

---

<sup>1</sup> Esta série de artigos se iniciou no número anterior de *Confluência* (19), com tópicos numerados de 1 a 6, e o título abreviado de “Notas e Comentários”.

<sup>2</sup> Rua São Francisco Xavier, 524, Sala T 126, bloco F, Rio de Janeiro, CEP 20550-013.

mora e observar na tela os dizeres em tamanho ampliado, graças aos recursos de que dispõe o computador. Presta-se assim uma homenagem ao Padre Rafael Bluteau e ao mesmo tempo um inestimável serviço ao desenvolvimento dos estudos histórico-culturais, lingüísticos e lexicográficos no Brasil.

Era Bluteau de origem francesa, mas nascido a 4 de dezembro de 1638 em Londres. Aos 6 anos de idade passou a residir com os pais em Paris. Anos mais tarde, aprofundando a cultura humanística de que se foi assenhoreando aos poucos, seguiu para Roma, onde se doutorou e se tornou clérigo regular da Divina Providência. Em 1668 mudou-se para Portugal, e logo se familiarizou com a língua, a história e a cultura portuguesa, a que consagraria muitos anos de estudos e de pesquisas, que lhe permitiram organizar e publicar a obra-prima que é o *Vocabulário Português e Latino*. Faleceu em Lisboa a 14 de fevereiro de 1734.

Convém mencionar que o grande humanista Hernâni Cidade, referindo-se ao saber enciclopédico de Bluteau, o classifica como “o homem que mais contribuiu, nos primeiros tempos do século XVIII, para a renovação cultural portuguesa”<sup>3</sup>. Preciosa apreciação do valor do *Vocabulário Latino e Português*, como fruto de uma “singular personalidade, peregrina inteligência e extraordinária erudição”, se lê no pequeno-grande livro de Gladstone Chaves de Melo *Dicionários Portugueses*, publicado no ano de 1947, em que se faz o registro e a análise crítica dos principais trabalhos da lexicografia luso-brasileira de até então: o *Vocabulário*, louvado por filólogos do porte de Leite de Vasconcelos, Augusto Magne e outros, é aí muito justamente qualificado como “monumento e tesouro da língua portuguesa” e como “um prodígio de erudição”<sup>4</sup>.

Nas páginas iniciais do volume I (1712) se lêem as palavras que Bluteau dirigiu ao Rei D. João V, e mais, textos de louvor a sua obra que lhe foram dirigidos em prosa e em verso, os pareceres e a licença do Santo Ofício para a impressão da mesma e um curioso e extenso prólogo do autor “a todo o gênero de leitores”: o leitor benévolo, o leitor malévolo, o leitor impaciente, o leitor português, o leitor estrangeiro, o leitor douto, o leitor indouto, o leitor pseudocrítico, o leitor impertinente e o leitor mofino. Em seguida, em tópicos independentes, relacionou Bluteau os autores e livros portugueses citados nos verbetes, os autores “segundo as matérias que trataram”, listas das abreviaturas adotadas, uma sumária notícia dos autores latinos tidos como “exemplares da boa latinidade” e também as abreviaturas dos seus nomes. Os verbetes se

<sup>3</sup> In *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 3, col. 1449-1450, Lisboa, Editorial Verbo, 1965. Vale a pena ler também o que já dissera Hernâni Cidade sobre Bluteau nas suas *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, segundo volume, Lisboa, 1940, p. 27-40.

<sup>4</sup> Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 7-12.

estendem do volume I ao volume VIII. Este último contém ainda valioso levantamento bibliográfico de dicionários das línguas portuguesa, espanhola, inglesa, francesa, italiana e latina, e relação de títulos de dignidades eclesiásticas e seculares e de vários ofícios praticados em Portugal.

A presente edição do *Vocabulário* de Bluteau traz uma “Apresentação” assinada por Cléia Schiavo Weyrauch como Diretora do DECULT-UERJ e Presidente da Comissão UERJ Brasil 500 Anos, e por Gerson Perch, Diretor de Informática da Universidade. Vem logo após a notícia intitulada “O Primeiro Dicionário Enciclopédico Português”, em que o Professor Nireu Cavalcanti faz o histórico do Projeto Rafael Bluteau, cuja inspiração lhe surgiu ao sentir pessoalmente a dificuldade de consultar a obra rara, seja num primeiro momento ao fazer pesquisas na Biblioteca Nacional de Lisboa, ou mais tarde ao ter acesso mais restrito à obra na biblioteca do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse estudo prévio, Nireu Cavalcanti acentua que nenhum dicionário anterior possuía “a amplitude do dicionário de Bluteau”; que ademais, com a bibliografia que apresenta sobre obras publicadas em Portugal, constitui “importante fonte sobre a produção cultural livresca portuguesa”, a que se acrescentou algum tempo depois a *Biblioteca Lusitana, Histórica e Cronológica* de Diogo Barbosa Machado, publicada de 1741 a 1758. Além disso, sendo de caráter enciclopédico e contendo preciosas informações histórico-geográficas, o *Vocabulário* deve também ser consultado por quem estuda o período colonial brasileiro, pelas informações que traz relativas a “todas as áreas do conhecimento”. Reconhece, todavia, Nireu Cavalcanti que “a obra é muito pouco conhecida no Brasil”, onde o *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio de Moraes Silva, com uma primeira edição de 1789, se tornou muito divulgado e usado, principalmente por ter tido várias edições, entre as quais a de 1813, de que existe uma reprodução fac-similada, à venda com relativa frequência nos nossos sebos (antiquários). Comparando os trabalhos de Bluteau e de Moraes, deve-se estabelecer como principal diferença entre eles o fato de ser o *Vocabulário* na verdade um dicionário enciclopédico, e o segundo um dicionário da língua, para a feitura do qual o próprio Moraes se baseou declaradamente em Bluteau, cujas definições procurou ajustar às suas próprias pesquisas lexicográficas.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Na folha de rosto da primeira edição do seu dicionário, em 1789, Moraes assim caracteriza o trabalho realizado: *Dicionário da Língua Portuguesa. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva*. Na segunda edição, de 1813, bastante melhorada e aumentada, Moraes modificou os dizeres desse título, que passaram a ser: *Dicionário da Língua Portuguesa recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*.

Nireu Cavalcanti esclarece mais que a microfilmagem dos exemplares da biblioteca do Arquivo Nacional, efetuada pela Empresa SMARTEC, com os recursos reduzidos de que se pôde dispor, só ensejou “a impressão do CD em sistema mais simples, de vagarosa consulta”. A informação explica e justifica as dificuldades que o usuário encontrará na utilização do CD, as quais no entanto não impedem o fundamental, ou seja, o acesso às páginas do *Vocabulário*, que podem ser consultadas, como eu próprio já fiz mais de uma vez, com verdadeiro proveito e relativa facilidade.

## 8

### UM VALIOSO DICIONÁRIO DE PROVÉRBIOS

Com o maior interesse, recebi das mãos da Professora Estela dos Santos Abreu um livro de que é autora, juntamente com Roberto Cortes de Lacerda e Helena da Rosa Cortes de Lacerda: *Dicionário de Provérbios: Francês – Português – Inglês. / Provérbios franceses definidos por Didier Lamaison*<sup>6</sup>. O volume se compõe das seguintes partes: Epígrafes. / Apresentação. / Abreviaturas. / Siglas e sinais convencionais. / Provérbios de A a Z. / Bibliografia. / Índice das palavras de referência. / Índice dos provérbios (alemães, espanhóis, franceses, gregos, ingleses, italianos, latinos, portugueses). / Índice das abonações. / Índice onomástico. / Espaço do leitor. / Estruturação dos verbetes.

Definiu Estela dos Santos Abreu o trabalho realizado como resultante de longa pesquisa, partindo de locuções da língua francesa, para as quais apresenta correspondentes “em português e inglês, e, muitas vezes, também em grego, latim, italiano, espanhol e alemão”. Há nele com freqüência “informações sobre a origem e data de cada provérbio, além de comentários literários, lingüísticos, históricos, etc.”, sendo os verbetes “enriquecidos por inúmeras abonações” seguidas das respectivas traduções. No final do volume, os índices separados dos provérbios em oito idiomas “permitem inúmeros cruzamentos, num amplo jogo de conhecimento e reconhecimento”.

Na “Apresentação” que os autores fazem do *Dicionário*, depois de se lembrar que a origem dos provérbios é bem remota, tendo eles servido a diversos povos da antigüidade para “inculcar preceitos morais e transmitir idéias filosóficas”, também se diz que na atualidade “os provérbios continuam a ganhar vida em várias partes do mundo”, sendo no Brasil de uso freqüente mesmo nos grandes centros urbanos. Por isso, seu estudo é de interesse tanto para o homem comum como para o “profissional do texto, sobretudo o tradutor ou o intérprete, à procura de equivalências entre provérbios de idiomas e culturas

<sup>6</sup> Rio de Janeiro, Lacerda Editora, 1999, XVI + 555 p.

diferentes”. Diz-se mais que, iniciando-se a execução do projeto com o levantamento de cerca de 20.000 locuções e expressões da língua francesa, com os equivalentes em português e inglês, desse repertório “foram selecionados perto de 3.000 formas proverbiais francesas” que passaram a constituir o eixo do *Dicionário*. Indicado por uma “palavra de referência”, a cada provérbio corresponde uma definição, e mais “eventual datação e origem geográfica”, “listagem dos correspondentes ou equivalentes em português e inglês”, “abonações” e “observações diversas”, bem como em muitos casos “a origem histórica, os correspondentes ou equivalentes em grego, latim, italiano, espanhol e alemão”, e também “remissões a provérbios semelhantes ou opostos”. Em seguida faz-se referência aos vários índices que enriquecem a obra e facilitam a sua consulta. Concluem a “Apresentação” dois tópicos destacados: no primeiro deles, com o subtítulo “Definição”, frisa-se o entendimento de provérbio como “uma sentença completa e independente – em geral de criação anônima – que exprime, muitas vezes de modo metafórico, um pensamento, um preceito, uma advertência, um conselho”, acrescentando-se que são também provérbios “os adágios, os aforismos, os anexins, os apotegmas, os ditados, as gnomas, as máximas, os pensamentos, os refrões”, e que “a distinção entre esses termos nem sempre é fácil” (o que leva os autores do *Dicionário* a explicitar o seu entendimento de cada um deles). O segundo tópico trata das “características formais” dos provérbios, acentuando-se com uma citação de Alain Rey que, apesar “das evidentes diferenças culturais, todos os provérbios possuem em comum um certo tipo de conteúdo”, sendo “gerais ou generalizáveis” as afirmações que neles se contêm.

Ao fazer o registro da publicação deste *Dicionário de Provérbios* para que saibam da sua existência os leitores de *Confluência*, por feliz coincidência tive acesso ao artigo que o filólogo José Pedro Machado, incansável estudioso e divulgador da cultura portuguesa, acaba de publicar na habitual seção de última página do boletim bibliográfico da Livraria Portugal de Lisboa (dezembro de 2000), para tratar da suposta origem e do sentido da frase “A África começa nos Pireneus”, por ele ouvida com frequência em Portugal, como uma espécie de “autodepreciação coletiva”. Em lúcidas observações, lembra o filólogo que provérbios, ditos sentenciosos, frases feitas “não conseguem viver dentro de intransponíveis fronteiras, sem possibilidades de exportação”, e que por isso vale a pena anotar “esses elementos tão expressivos a fim de os recolher um a um, coordená-los e procurar a aproximação, a ligação ou o relacionamento dos idiomas também sob esse aspecto”.<sup>7</sup> Nessas palavras de José Pedro Machado está a justificativa de todo o esforço de recolherem os autores

<sup>7</sup> Cf. *Serviços Bibliográficos da Livraria Portugal*, Lisboa, 2.ª série, dezembro 2000, n.º 697, p. 12.

do *Dicionário de Provérbios* acima citado tantos preciosos elementos para estudos comparativos que possam contribuir para a melhor compreensão ou elucidação do sentido de inúmeras expressões semelhantes, muitas delas de uso corrente no linguajar do povo.

Como manifestações anônimas do saber popular, em busca de simples explicações ou interpretações para os fatos do dia-a-dia e para as coisas transcendentais, são portanto os provérbios um dos elementos fundamentais para estudos vários, entre os quais os de demopsicologia. Muitos deles representam o saber universal, são expressões comuns a todas as culturas. Mas há também os de expressão nacional, ou regional ou de grupos na comunidade. É difícil encontrar algum acontecimento na vida dos povos e das pessoas a que não se aplique um provérbio, pois a alma popular está atenta ao que se passa em torno, e não resiste à tentação de exprimir, às vezes com exagero ou com visão distorcida dos fatos e realidades, a sua maneira de sentir ou de assistir ao espetáculo do desconcerto do mundo. Por tudo isto, e pelo aproveitamento que têm na existência do homem comum e por parte dos autores cultos, é do maior interesse o levantamento e o estudo interpretativo dos mesmos, sendo pois auspicioso que alguns pesquisadores devotados se dediquem à tarefa de colecioná-los, o que vem acontecendo através dos anos.

Informe-se ainda, para terminar este tópico, que os autores do livro em exame estão agora empenhados na realização de um projeto ainda mais amplo da preparação de um dicionário de provérbios em língua portuguesa, no qual pretendem fazer não apenas o registro do que pesquisaram como também apresentar com a indicação das datas respectivas as abonações colhidas em exaustivas pesquisas nos textos das diferentes épocas da história da língua.

## 9

### DOIS NOVOS LIVROS DA “COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO”, DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A Academia Brasileira de Letras, sob a presidência do escritor e professor Tarcísio Padilha, acaba de publicar mais dois livros na “Coleção Afrânio Peixoto”, dirigida pelo acadêmico Antônio Olinto:

*Castro Alves: “Tragédia no Mar (o Navio Negroiro)” – Cotejo do manuscrito com 63 textos integrais e cinco parciais, no total de 15.998 versos, de autoria de Antônio José Chediak (Rio de Janeiro, 2000, 696 p.).*

*Bibliografia dos Patronos: Bernardo Guimarães e Casimiro de Abreu, de Israel de Souza Lima (idem, 587 p.).*

No estudo comparativo que dedicou ao “Navio Negroiro” estabelece Antônio José Chediak um minucioso confronto de edições e reproduções do

texto do famoso poema de Castro Alves, dando assim mais uma notável contribuição ao progresso dos estudos lingüísticos e filológicos e ao melhor conhecimento de obras-primas da literatura brasileira. Por ele se pode ter idéia dos descaminhos a que são levados os que se valem sem as devidas cautelas das edições de textos dos melhores autores na suposição tantas vezes falsa de que transcrevem com fidelidade o que está nos textos originais ou nas edições fidedignas. Valeu-se o autor, um dos mais destacados e dedicados integrantes do magistério brasileiro e estudiosos da nossa língua, com numerosos livros, opúsculos, artigos publicados, das suas experiências no campo da Crítica Textual, onde teve marcante atuação ao lado de Celso Cunha, Antônio Houaiss e J. Galante de Sousa na Comissão Machado de Assis, encarregada da elaboração de edições críticas da obra machadiana.

Tenho o prazer de conhecer e acompanhar as atividades de Antônio José Chediak desde o ano de 1943, em que meu pai, sabendo que eu era leitor dos artigos de Carlos de Laet, transcritos na *Revista de Cultura* dirigida pelo Padre Tomás Fontes, me deu de presente os dois volumes em que Chediak reuniu, sob o título *Carlos de Laet, o Polemista*<sup>8</sup>, tantos elementos relativos a um aspecto particularmente importante da atividade jornalística do grande escritor. Carlos de Laet é um dos nossos autores injustamente esquecidos, cujo talento de ensaísta e polemista ficou evidente nos anos do fim do Império à Primeira República, em que se discutiam pela imprensa as principais questões nacionais. Seus escritos, portanto, são de interesse não apenas para os estudiosos de literatura brasileira, mas também para os da história da República no Brasil. Há alguns anos, a Fundação Casa de Rui Barbosa, por iniciativa de Homero Senna, então Diretor do Centro de Pesquisas da instituição, reeditou em três volumes boa parte das crônicas, dos discursos e dos textos de polêmica de Laet<sup>9</sup>. Também merece reedição o relato documentado das polêmicas de Laet, com material colhido em penosas pesquisas em jornais e revistas da Biblioteca Nacional, inclusive porque muitos dos jornais consultados se danificaram com o tempo e hoje só nas transcrições de Chediak se podem obter valiosos dados e informações indispensáveis à correta avaliação do que foram aqueles anos na vida cultural brasileira.

<sup>8</sup> Antônio José Chediak, *Carlos de Laet, o Polemista – Primeira Série*, prefácio de Escragnolle Dória, São Paulo, Editora Anchieta, 1942, 275 p.; *Segunda Série*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, 415 p.

<sup>9</sup> Carlos de Laet, *Obras Seletas*, edição anotada, em três volumes, com texto estabelecido por Adriano da Gama Kury e índice onomástico por Ivette Maria Savelli Sanches do Couto: *I: Crônicas*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa – Agir, 1983, 379 p. / *II: Polêmicas*, 1984, 405 p. / *III: Discursos e Conferências*, 1984, 183 p.

Acompanho há muitos anos o pacientíssimo e bem orientado labor bibliográfico de Israel de Souza Lima, que ao longo do tempo colecionou livros, revistas, artigos, anotações históricas e literárias para poder realizar o seu plano de biobibliografia dos Patronos da Academia Brasileira de Letras, recebendo sempre os maiores encômios de ilustres bibliógrafos e bibliófilos como Plínio Doyle e José E. Mindlin, sabedores dessas suas atividades de preservação da nossa memória literária, incansavelmente desenvolvidas em São Paulo, por puro amor à cultura e às nossas letras. Há algum tempo, perdi de vista o nosso Israel de Souza Lima, e tinha vontade de saber o destino dos originais do seu trabalho, de valor incalculável. Por conseguinte, é com a maior alegria que vejo agora editado mais um volume da biobibliografia de Patronos da Academia que organizou, relativo às grandes figuras do romancista e poeta Bernardo Guimarães e do poeta Casimiro de Abreu.

Uma das dificuldades dos que se dedicam com rigor metodológico à preparação de boas edições e principalmente de edições críticas e comentadas é cumprir a tarefa preliminar e indispensável dos levantamentos biobibliográficos mais completos, através dos quais terão elementos seguros para resolver, pelo estudo comparativo de textos fundamentais, os problemas da escolha dos textos de base a serem reproduzidos como mais representativos da vontade autoral e do registro das variantes no caso das edições críticas. Algumas edições aparecidas nos últimos tempos com o rótulo de “edições críticas” se ressentem das falhas decorrentes do desconhecimento de fontes bibliográficas de consulta obrigatória. Tais noções básicas ressaltam o alto interesse, quer para os estudos literários de modo geral, quer para as pesquisas filológicas, de levantamentos biobibliográficos como aqueles a que procedeu Israel de Souza Lima. Dão idéia do que ele reúne neste volume dedicado a Bernardo Guimarães e a Casimiro de Abreu, Patronos das cadeiras nº 5 e nº 6 respectivamente, as indicações no sumário inicial relativas aos pontos de que tratou: síntese cronológica, siglas e abreviaturas utilizadas, obras de apoio, obras editadas, publicações esparsas e inéditos, traduções, fortuna crítica. Acrescentam-se ainda aos dados relativos aos Patronos das referidas cadeiras as notas sobre os fundadores das mesmas e aos seus sucessores.

## 10

### OS EDITORES E PREPARADORES DE TEXTO E O DESCONHECIMENTO DE PRINCÍPIOS BÁSICOS DE CRÍTICA TEXTUAL E DE EDITORAÇÃO

#### Os problemas da produção do livro

No dia 25 de setembro de 1979, tive oportunidade de participar de uma sessão do I CONGRESSO ESTADUAL DO LIVRO, sob o patrocínio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como debatedor de uma conferência sobre a produção do livro. Não tendo a menor idéia de como o conferencista

trataria dos diversos aspectos do tema escolhido, imaginei no entanto que, como de modo geral acontece, ficaria esquecido no exame da matéria o problema mais importante da qualidade do texto a ser editado. De fato, a minha previsão se confirmou, pois o conferencista se estendeu em minúcias sobre a produção gráfica do livro – papel, tamanho, tipos, paginação, disposição dos elementos, capa, orelhas, folha de rosto, tiragem etc. – mas não disse nada sobre a preparação dos originais e a revisão final. Assim sendo, quando me foi dada a palavra para iniciar o debate, pude com expressivos exemplos demonstrar como edições de boa ou excelente apresentação gráfica têm sido publicadas com as mais absurdas distorções do texto, num absoluto desrespeito ao mais importante dos direitos do autor, o de que a reprodução dos seus escritos seja feita com as suas características de forma e conteúdo preservadas com o maior cuidado. Demonstrei ainda que as editoras não tomaram consciência de que no seu corpo de funcionários ou de colaboradores especializados, a quem devem recorrer para a mais perfeita produção do livro, precisam ter a presença do filólogo, habilitado pelos conhecimentos de problemas bibliográficos e pelos estudos básicos de Lingüística e de Crítica Textual a proceder à revisão crítica dos originais e de indicar com segurança as soluções relativas ao texto da obra que se quer editar. Distribuí então entre os presentes uma página que elaborara previamente, movido por aquela desconfiança inicial, para fazer as seguintes sugestões, no pressuposto de que só com as providências indicadas a editoração poderia tomar novos rumos, não só no Brasil como em outros países:

a) Que as instituições de ensino superior, levando em conta o progresso editorial no país, procurem atender às exigências da boa formação de profissionais como o revisor crítico, o preparador de originais, o preparador de textos críticos, o tradutor, o diagramador e outros, com diversificações dos currículos dos cursos de Letras e de Biblioteconomia e a previsão da realização de estágios em empresas gráficas bem aparelhadas.

b) Que as casas editoras façam corresponder aos esforços louváveis de modernização dos processos de composição e impressão a preocupação constante de reproduzir textos rigorosamente fiéis aos originais e isentos das deformações, falhas e erros tipográficos que tanto desmerecem numerosas publicações atuais.

c) Que as instituições oficiais – como o Instituto Nacional do Livro e o Instituto Estadual do Livro – só aceitem o patrocínio de edições comprometidas com todo esse empenho da reprodução fiel e cuidada dos textos, exigindo a menção da responsabilidade do próprio autor, ou de um profissional competente, ou da casa editora, no que diz respeito ao desempenho de tarefas fundamentais como a preparação de originais, a revisão tipográfica e outras.

d) Que seja revista a legislação referente a direitos autorais, assegurando-se daqui por diante ao preparador de edições críticas e ao tradutor não simplesmente a remuneração por tarefa executada, mas em cada reedição do seu trabalho o percentual a que fazem jus por esse tipo de elaboração intelectual de alto nível e do maior interesse para a cultura brasileira.

Muitos anos já se passaram desde então, mas infelizmente os mesmos e até mais graves erros continuam a ser cometidos no campo da editoração. Vítimas da descaracterização dos seus escritos têm sido não só os autores antigos mas até mesmo autores contemporâneos. Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, por exemplo, nas nossas agradáveis conversas nos *sabadoyles*<sup>10</sup>, se queixavam das modificações que revisores despreparados haviam introduzido em seus textos, na suposição de que eram erros ou impropriedades de linguagem a serem corrigidos certas formas ou construções que os escritores haviam usado com plena consciência do que faziam. Rachel de Queiroz se queixou há alguns anos de que os textos de livros seus publicados em Portugal sofriam a indébita intromissão de editores que se achavam no direito de modificar nos escritos da romancista e cronista formas e expressões de uso regional brasileiro para maior comodidade de leitura do público português: ignoravam tais editores que para isso havia o recurso tão simples de acrescentar a cada edição um pequeno glossário para esclarecer o uso de formas e o sentido de palavras e expressões que podiam confundir o leitor.

Pensando na formação de especialistas em Crítica Textual e na abertura de um outro campo de trabalho aos profissionais de Letras, consegui introduzir em 1978 no Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense a disciplina autônoma de Crítica Textual, obrigatória na graduação, e pouco depois organizei e pus em funcionamento com o auxílio de bons colaboradores o currículo de formação de revisores críticos, preparadores de originais e preparadores de texto. Na UFF, foi esta uma experiência de excelentes resultados, de que participei até a minha aposentadoria em 1989, e que hoje é conduzida por outros professores, dois dos quais – Marlene Gomes Mendes e Nilda Cabral – com o título de Doutor pela Universidade de São Paulo obtido após a defesa de teses elaboradas para comprovar a alta relevância e pertinência das noções básicas de Crítica Textual e a sua aplicação à preparação de boas edições de textos antigos ou contemporâneos, entre as quais as chamadas edições críticas e comentadas.

<sup>10</sup> “Sabadoyles” eram as reuniões de escritores e interessados em assuntos culturais realizadas nas tardes de sábado na residência do ilustre bibliógrafo e bibliófilo Plínio Doyle de 1964 a 1998.

Para ilustrar as minhas afirmações, não quero deixar de citar uns poucos exemplos, suficientes para que se tenha idéia do problema a que me referi da má qualidade dos textos.

### Boas e más edições de *Os Lusíadas*

Em Portugal e no Brasil, os escritos camonianos têm sido divulgados ao mesmo tempo em boas edições e em edições com o texto alterado em muitas das formas lexicais e construções sintáticas características da linguagem do século XVI.

A Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Lisboa, benemérita instituição pelo que tem feito em favor da divulgação de bons livros, com o que em Portugal e no Brasil têm os estudiosos fácil acesso a tantas obras de real valor, muitas delas em reprodução fac-similar de edições antigas, está sendo no momento um exemplo dessa contradição: por um lado, propicia aos estudiosos da língua e dos seus tesouros literários, no que diz respeito a Camões, o acesso a uma preciosidade como é a reprodução fac-similada das duas edições de *Os Lusíadas* datadas de 1572<sup>11</sup>; por outro lado, em pleno ano de 1999, depois de tantos avanços dos estudos camonianos, reedita em fac-símile, com bom aspecto gráfico e o rótulo na capa de “edição nacional”, a edição comentada de *Os Lusíadas* feita por iniciativa de Afonso Lopes Vieira e a colaboração de José Maria Rodrigues, a qual assim se apresenta com as mesmas características de alteração do texto camoniano da que saiu pela primeira vez no ano de 1928.

Essa reedição traz na primeira página a indicação de que “o texto reproduz o da edição *princeps* de 1572, com a ortografia e a pontuação reformadas”, segundo o critério adotado por Afonso Lopes Vieira e aprovado por José Maria Rodrigues. Nas páginas finais se encontram as profundas “notas filológicas, históricas, geográficas, mitográficas e cosmológicas” assinadas por José Maria Rodrigues, uma explicação sobre o critério do estabelecimento do texto assinada por José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, uma “nota iconográfica” de José de Figueiredo e mais os índices.

Todavia, as modificações que Afonso Lopes Vieira e José Maria Rodrigues introduziram no texto camoniano ultrapassaram os limites impostos pela Crítica Textual moderna: figuras de atuação destacada no campo dos estudos literários, eram representativas de uma época em que o papel de editor

<sup>11</sup> “*Os Lusíadas*” – *Lvís de Camões* – Reprodução paralela das duas edições de 1572 [Fac-símile antecedido de uma “Nota preambular” da Comissão da Academia das Ciências de Lisboa encarregada de preparar a edição crítica do poema]. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

crítico se exercia sem a noção fundamental de que se impõe a preservação das características de forma e conteúdo de um texto por absoluto respeito à vontade do autor. Assim sendo, não reconhecendo a necessidade de conservar formas lexicais e construções sintáticas hoje em desuso, e partindo da falsa noção de que desse modo se facilita a leitura e compreensão de *Os Lusíadas*, os preparadores do texto da “edição nacional” desfiguraram a linguagem quinhentista do poema com o que consideravam simples adaptação da grafia do tempo à do sistema ortográfico português vigente a partir de 1911.

São mais do que suficientes para comprovar não só a infidelidade à citada edição *princeps* de *Os Lusíadas* como até mesmo a falta de critério na própria “atualização” das formas textuais os seguintes exemplos de alterações mais graves e mais significativos, colhidos apenas no Canto I, o que dá idéia do que pode ocorrer (e realmente ocorre) daí por diante: *Alexandre* (em lugar de *Alexandro*, estância 3), *mim* (*my*, I, 4), *uma* (*hũa*, I, 5), *para* (*pera*, I, 6), *nenhuma* (*nenhũa*, I, 7), *pelos* (*polos*, I, 12), *dois* (*dous*, I, 17), *formoso* (*fermoso*, I, 20), *scetro* (*ceptro*, I, 22), *assim* (*assy*, I, 23), *porfia* (*perfia*, I, 27), *exprimentados* (*experimentados*, I, 29), *subjugado* (*sojugado*, I, 32), *entre* (*antre*, I, 36), *estômago* (*estamago*, I, 39), *velozes* (*veloces*, I, 46), *terçados* (*tarçados*, I, 47), *plantado* (*prantado*, I, 49), *preguntavam* (*perguntauão*, I, 50), *lua* (*lũa*, I, 58), *enxárcia* (*exarcia*, I, 62), *de Aquele* (*daquelle*, I, 65), *sequazes* (*sequaces*, I, 71), *aborrecido* (*aurrecido*, I, 73), *submetesse* (*someterse*, I, 75), *com ele* (*co elle*, I, 83), *artilharia* (*artilheria*, I, 89), *desamparando* (*desemparando*, I, 91), *iníqua* (*inica*, I, 94), *contrários* (*contrairos*, I, 100). Contraditoriamente, conservam-se formas ou simplesmente grafias como *valerosas* (I, 2), *antigua* (I, 3) alternando com *antiga*, *enveja* (I, 4), *tam* (I, 5) alternando com *tão*, *Joane* (I, 13), *terrível* (I, 14), *dino* (I, 22), *perlas* (I, 23), *repostas* (= *respostas*) e *imos* (I, 50), *visibil*, *invisibil*, *insensibil*, *insofrível* (I, 65), *dem* (= *dêem*, I, 68), *súpito* (I, 71), *Filipo* (I, 75), *Xeque* (I, 77), *atroce* (I, 88), *estruí* (I, 90), *malina* e *Mahamede* (I, 99). Para não estender os meus comentários, deixo de tratar da questão da pontuação, também arbitrariamente modificada nesta “edição nacional”.

Tais exemplos nos levam às seguintes indagações: se para a compreensão das passagens “históricas, geográficas, mitográficas e cosmológicas” (bem mais difícil e complexa) pode-se oferecer ao leitor o aparato de notas elucidativas, porque não fazer o mesmo com às características lingüísticas do texto, que esse mesmo leitor também precisa conhecer, para ter consciência das diferenças da linguagem do século XVI em relação à língua atual? Por outro lado, um texto de *Os Lusíadas* assim abusivamente “atualizado” que valor pode ter para estudos sobre a língua e estilo de Camões e para documentar trabalhos sobre a contribuição do poeta à renovação da língua portuguesa?

Para finalizar, esclareço que só estou tratando de tal edição porque ela hoje está posta ao alcance de numerosos leitores, portugueses principalmente, sob a chancela da respeitável instituição que é a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, sabendo-se no entanto que no mercado de livros há edições escolares do poema que oferecem um texto com razoável ou bom nível de fidelidade e acompanhado de numerosas notas exegéticas<sup>12</sup>.

Também aproveito o ensejo para deixar bem claro que, tendo na justa medida o apreço devido às figuras de Afonso Lopes Vieira e de José Maria Rodrigues, pelas obras de valor que nos legaram, não posso por isso deixar de criticar essa lamentável (no que diz respeito ao texto) edição de *Os Lusíadas* de sua autoria, sem todavia deixar de frisar que foi publicada há setenta anos, quando ainda era de certo modo compreensível que se tomassem tantas liberdades em relação à apresentação de textos antigos, com a falsa idéia de assim torná-los de leitura mais fácil ao leitor comum.<sup>13</sup> Se a casa editora quer continuar a prestar homenagem ao filólogo José Maria Rodrigues pela notável contribuição que deu aos estudos camonianos, será o caso então de dar prosseguimento à reedição dos seus escritos dispersos, com a inclusão das notas finais do volume da “edição nacional” que acabamos de analisar<sup>14</sup>: de fato, tais estudos, em que há tanta coisa de real valor e tanta coisa discutível ou inaceitável, mas que ainda assim precisa ser revista à luz dos conhecimentos mais avançados, devem sempre estar à disposição de pesquisadores interessados em acompanhar a evolução da Camonologia.

<sup>12</sup> Em relação a Portugal não se pode deixar de mencionar a edição do benemérito camonista Emanuel Paulo Ramos, tão justamente louvada por Hermâni Cidade como obra de muito saber e honestidade, a qual, tendo sido preparada para favorecer no ensino secundário o conhecimento do poema, transcende “em utilidade os usos escolares”, como acentuou Jorge de Sena (Porto Editora). No Brasil, é de referência obrigatória a edição escolar lançada em 1972, trabalho de vários colaboradores, elaborada segundo o plano dos professores Gladstone Chaves de Melo e Sílvio Elia, a qual acaba de ser reeditada em terceira edição num convênio da Biblioteca do Exército com o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Fazemos referência apenas a estas, entre outras edições, porque são edições rotuladas de edições escolares, destinadas principalmente aos iniciantes em estudos camonianos, mas cujos autores não se atrelaram à falsa idéia de modernizar as formas lexicais e construções sintáticas para facilitar aos leitores a compreensão do texto do poema.

<sup>13</sup> A mais recente reedição da “edição nacional” de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira lançada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda foi impressa em julho de 1999, com a nota final de que reproduz fac-similarmente a anterior de 1971. Comparando o texto de 1971/1999 com o de 1931, verifiquei que foram feitas algumas alterações, como a substituição de *antigua* por *antiga* (I, 3), *uma* por *ua* e *tam* por *tão* (I, 5), *scetro* por *ceptro* (I, 22), nos exemplos que colhi no Canto I, o que ainda mais aumenta o rol de contradições que caracterizam essa “edição nacional” que, posta a preço muito acessível ao alcance de tantos leitores, com o rótulo pomposo que traz na capa, vai continuar a prestar o desserviço de apresentar aos estudantes uma imagem assim tão deformada do texto camoniano.

<sup>14</sup> Haja vista a segunda edição de *Fontes dos “Lusíadas”* lançada em 1979 pela Academia das Ciências de Lisboa, com excelente prefácio de Américo da Costa Ramalho, em que se realçam os méritos de investigador de José Maria Rodrigues (XIV + 602 p.).



## TRANSCRIÇÃO

Ao receber o título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo, o Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França emitiu, no seu discurso, considerações que merecem ser divulgadas entre pessoas que não estavam presentes à cerimônia. Extratamos dele algumas passagens que oferecemos à reflexão dos leitores de *Confluência*. O texto integral foi publicado pela *Humanistas*, com apresentação de Fernando A. Novais, sob o título *A docência como missão e o compromisso com a universidade pública* (1997) [E.B.]

### Massificação e Colegialidade

Dois aspectos da conjuntura atual levam a suscitar, a pretexto de democratização, a dissipação das responsabilidades: a massificação e o exagero da colegialidade. A massificação do quadro discente tende a afogar as individualidades, quando cada um, sentindo-se desconhecido é levado a abandonar-se no anonimato que parece eximi-lo de responder perante alguém por seus atos e opiniões. Nessas condições, cresce o distanciamento entre professores e alunos. Também a docência é afetada pela massificação. A procura dos títulos mais e mais expostos ao risco da banalização acarreta sua desvalorização em uma espécie de inflação difusa a afiançar carreiras temporãs. Em decorrência desenvolve-se uma crise de hierarquia pela confusão de níveis outrora bem demarcados pelo respeito à maturidade e à experiência.

As diferenças nas etapas da carreira eram funcionais com discríme de atribuições e responsabilidades, agora, parecem coincidir apenas com a gradação das remunerações. Enreda-se o “cursus honorem” numa enfiada de títulos, alguns não raros arranjados lá fora sem controle, outros depreciados aqui dentro, complicando-se à toa uma hierarquia cada vez menos funcional.

Mestre era alguém que sabia muito mais que os outros, possuidor de discípulos, independente de titulação. Agora é um título no papel, rés-do-chão do começo de carreira, muita vez embasada em uma incerta micro-especialização prematura. Descaracterizou-se a figura do assistente: não assiste a mais ninguém e ignora aquela expressiva função de mediação entre o professor e os alunos dos quais em razão da idade, achava-se sempre mais perto. Também o auxiliar de ensino tem sua própria órbita, e a ninguém cuida de auxiliar.

Liga-se ao problema da responsabilidade a restauração da hierarquia do saber pela reposição da justa distância que deve existir entre o patamar de quem já sabe, e o de quem ainda não sabe o bastante. E, nesta linha, impõe-se o reaverem-se as garantias da liberdade de cátedra tão atropeladas em outros tempos; a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos, tolhidas em desprestígio do magistério, e nunca restituídas. Eram garantias de independência, e de consagração à verdade. Não eram privilégios. Equiparavam-se então os professores aos juizes.

Os exageros de colegialidade, excesso de conselhos, comissões, coordenadorias, grupos de trabalho, núcleos de apoio, na medida em que afrouxam a iniciativa e o comando individual, embaraçam as atividades universitárias. Conselhos e Comissões há na Reitoria mais de vinte a ocupar professores e funcionários, e a debilitar a autoridade do Reitor. As buscas de definições coletivas não raro geram dissenções estéreis ao pretender-se irigir em princípios o que são muitas vezes simples coincidências de opiniões ocasionais. E a responsabilidade coletiva, por sua natureza, esquiva-se a toda apuração concreta.

A multiplicidade de órgãos pluralizados, acumulando quase sempre atribuições consultivas e deliberativas, amparadas no pressuposto de que as maiorias estão sempre com a razão, além de atenuar responsabilidades, agrava os males da burocratização e sofreia o andamento das providências. Não são de todo prescindíveis na medida em que retêm o mérito de propiciar o confronto de soluções, desarmando imposições eventuais, e de estimular solidariedades em programas comuns, razão para a manutenção de alguns deles desde que com interferências delimitadas, para que nunca retardem as instâncias de execução.

Aquela definida responsabilidade que detinham os catedráticos com poder de escolher, de dispensar, de ordenar, de orientar, de corrigir desvios ou discórdias, diluiu-se na revoada festiva aos órgãos plurais onde ninguém é totalmente responsável, sendo cada membro apenas um voto, uma fração de decisão, às vezes mero acompanhante de escassas convicções.

Não há muito li que um camelo é um cavalo que foi feito por uma comissão. Inventa-se uma comissão quando não se quer, não se sabe ou se teme decidir. Contudo, em clima democrático, órgãos coletivos de consulta podem ser indispensáveis: a nobreza das Congregações ao longo do tempo de sua existência é confirmação de sua imprescindibilidade. Forçoso porém é recuperar-se o senso da responsabilidade individual que advém da consciência do dever, este fugidíio imperativo ético, quando a legislação timbra em alinhar direitos e privilégios, e em omitir a enunciação dos deveres de cada um no desempenho das funções. Aos docentes, se publicam alguma coisa, ninguém os inquietará, e eventuais queixas dos alunos descairão no esquecimento.

Quando falamos na redefinição das responsabilidades, e em uma renovada consciência dos deveres profissionais, não cogitamos dessa prática chamada *Avaliação*, inovação burocratizante ofensiva aos brios do professor. Esta polícia quantifica a produção impressa, mas não torna melhores os professores. Justo quanto menos se quer apreciar o preparo dos alunos, refugando-se as reprovações, ora menos temidas por eles que pelos examinadores medrosos de impopularidade, mas se insiste em sujeitar os professores à reprovação por não haverem publicado uns artigos apressados bons para nutrir quantificações estatísticas, com base na leviana presunção de que trabalhos acadêmicos devam ser consumados contra relógio sob cominação de prazos burocráticos.

Obsessão de produtividade com o fito de indenizarem-se investimentos. Coincidência, a implementação das avaliações a partir do tempo em que cresceram os financiamentos da pesquisa? As expectativas da tecnologia agradam a mentalidade utilitária sempre alerta em nosso de redor.

Agrava-se a ofensa subjacente ao convocarem-se avaliadores fora dos quadros da Universidade, na suspeita de que juízos destes não merecem confiança. Valia bem mais aquela discreta vigilância por parte dos mais experientes, feita de conselho, de crítica, de sugestões, e, sobretudo, de simpatia humana.

Impõe-se reencontrar-se, com a estrutura moral indene, a figura do professor, e não apenas a presença do pesquisador intimado, às voltas com seus aparelhos e suas fichas, a interporem-se entre eles e seus indesejados aprendizes.

## **Ciência e Humanismo**

Sinal dos tempos, pode-se entrever na Universidade, crescente desequilíbrio na partilha dos domínios culturais. Desmesurou-se o espaço das Ciências Naturais e Exatas e suas proporções tecnológicas, com o conseqüente recuo das disciplinas humanísticas, priorizando-se as Ciências às expensas de valores éticos e estéticos. Rarefazem-se os cuidados com a formação do caráter do homem tão estimados no passado, agora cada vez mais acossados pelo inchume do cientificismo e do utilitarismo a ele inerente. Passou-se à submissão a uma racionalidade intransigente, como se só com o conhecimento objetivo sobre as coisas se saciasse o espírito humano contente com o progressivo domínio do meio material em que vive. O preceito de objetividade científica proíbe a imaginação inventiva, esquecido de que tudo o que se busca comprovar foi primeiro imaginado como hipótese. Urge repensar-se, para o bem dos espíritos, que o conhecimento da realidade material não é o bastante para as precisões do ser no mundo. Mais que tudo somos feixes de instintos, de sentimentos, de emoções, atividades psíquicas muito mais assíduas em nosso proceder. As descobertas das Ciências da Natureza, por mais importantes que se jam nem de longe

suprem todos os desígnios da existência humana. Carecemos de crenças, de sonhos, de mitos, de desejos, de estesias, de utopias e ucronias, de esperanças que geram energias para viver, e sobretudo, de princípios que norteiam o exercício da vontade. Não prescindimos de imagens, de significados, de abstrações, de parcialidades inexplicadas. Não responde a Universidade sozinha por tudo isso, é claro, mas por certo não pode fazer de conta que não são seus os problemas da vida interior, da vida em sua inteireza que exige muito mais que o conforto e a segurança materiais desvendados a partir dos laboratórios.

A retração do cuidado com a totalidade do humano suscita uma coisificação da cultura quando o saber das coisas confisca o saber do homem sobre seu próprio ser e seu destino. Vale lembrar o que escreveu o historiador Huizinga em seu livro *Entre as sombras do amanhã*:

“A Ciência sem o freio de um princípio superior entrega em seguida seus segredos à técnica que se orienta em sentido mercantil; e a técnica por sua vez, menos freada ainda por princípios superiores de cultura cria com os meios da Ciência todos os instrumentos que o organismo do poder dela reclama”.

A mesma Ciência de Sabin e de Fleming inventa e aperfeiçoa os mísseis de Oberth e Von Braun, e a guerra química, ou a bomba atômica de Oppenheimer e Fermi, frutos de laboratório. A diferença entre o bem e o mal não é dada pela experimentação científica. Só o conhecimento do Universo dos valores pode traçar o limite da ação: o que deve e o que não deve ser feito. A indiferença ética do cientismo mais e mais acorrenta a Universidade ao crescente jugo do racionalismo.

Ainda lição de Huizinga: “Há muito tempo que todos sem exceção nos emancipamos do racionalismo tirânico. Sabemos que nem tudo se pode medir com o critério da racionalidade. O próprio pensamento progressivo nos ensina que a razão por si só não basta”.

Impõe-se a ponderar a diferença que existe entre o pensamento e a existência, entre o conhecer e o ser, diferença que, embora sirva a ambos, a Ciência mal cogita. Não se trata contudo de suscitar submissão da vontade ao domínio dos impulsos menos racionais da mente. Considerando a integridade do ser humano, o que se pede à Universidade é o reequilíbrio e a articulação entre a busca do conhecimento da natureza e a do conhecimento do homem. Da preferência pelo estudo das coisas resulta a anemia do Humanismo impelido para a periferia das preocupações acadêmicas. Impõe-se a revalorização do homem como polo das inquietações do espírito, e não relegado à retaguarda do saber. As Faculdades de Filosofia e suas afins não podem ser inferiorizadas, rendidas ao cientificismo irremittente e dominador que, alastrando-se, ameaça desnaturar o ensino médio. (...)

Ao subestimar a reflexão sobre o humano, ao desprezar a introspecção, e alheio aos valores éticos, o laboratório, cuja potencialidade aumenta superlativamente cada dia não acha caminhos para a erradicação da pobreza unida à ignorância, o invicto desafio nacional. Não se trata de modismo retórico, mas de repensar-se o papel da Universidade contemporânea no reencontro da perdida consonância entre as áreas do conhecimento.

### Ocaso dos professores

Senhores. Nova e dura luta se desenha no horizonte. Luta grave, gravíssima para a sobrevivência do professor, vulto evanescente que alguns já consideram fóssil. Do professor desvalorizado, envergonhado de seu labor mal remunerado, a perder dia a dia a consideração social. Quando o professor universitário, rendendo-se a um igualitarismo artificioso esfuma sua presença ao renegar as insígnias de seu ofício, largando a beca ou o modesto avental branco, esconde, como que encabulado, sua condição, a traír um desprestígio que vem do nível primário onde a professora passou a ser adocicada sob o apelativo mentiroso de *tia*. Por que se extinguíram as Escolas Normais? Formavam-se nelas professores. Agora, de tempos em tempos, eles são *reciclad*os.

A sápieute Constituição de 88, em vez de professor, conhece apenas *profissionais do ensino* (art. 206, V). Por quê, por equidade, em lugar de juízes não diz *profissionais da Justiça*? (...)

Ao cadenciar-se a carreira pelos ritmos da pesquisa agrava-se a inapetência para o ensino, minando-se o prestígio do professor. Sintomático: ninguém pleiteia bolsa para aprender a ensinar melhor. Afinal, se alguém não quer ensinar por que há de se intitular professor e se mostrar em auditório de aula?

Para crédito, não se apontam os bons profissionais formados pela USP, sequer seu número para as vanglórias estatísticas, mas o rol dos *resultados*. Pesquisa e pesquisa, único critério de apreciação de merecimento do professor que, em livro de pedagogia recentíssimo é reduzido a *ensinante*. Sinônimos de mensuração de produção, aparecem neologismos como bibliometria, cientometria. Troca de palavras, mudanças de juízos: coordenador, orientador, docente em vez de professor; para marcar distância, estudante, não aluno, e discípulo é quase palavra feita. O verbo *ensinar* parece fadado a desaparecer. Proscvem-se os exames porque são intimidação com o fantasma da reprovação. Bem sabemos nós entretanto que esse fantasma nos fazia para valer.

Estranha pedagogia: não importa aprender, mas descobrir. Para uns o professor deve ser mudo: a aula expositiva é arcaica. Contente-se ele em distribuir textos – o que pode ser feito pelos bedéis – para que, em seminário, os

estudantes arrumados em círculo, os debatam entre eles. Apelida-se a isso, dinâmica de grupo. Aprendizado por atrito. Ou seja, quem não sabe ensina quem não sabe. Com a invenção da imprensa desapareceu a profissão de copista; com as impressoras, facilitou-se a profusão dos textos, e os *ensinantes* podem ser empurrados à retrocena. A magra função do professor pode resumir-se à de vigiar a atividade mental, sem se cogitar da previsão de programas definidos. Aliás, os programas, documentos que são da orientação de cada professor, compromissos ante os alunos, tornam-se anônimos, elidindo-se a responsabilidade de cada um pela eleição do teor de seu ensino. Ao pretender-se banir a oralidade, a aula expositiva, volatiliza-se a presença do professor em favor do mutismo dos textos, tabelas ou gráficos. Nessa perspectiva, a ação docente limitar-se-á apenas a excitar uma incerta criatividade, esquecida a transmissão da herança cultural, como se cultura não fosse continuidade como se cada nova descoberta não brotasse de conhecimentos preexistentes. (...)

O perigo existe. Na história do trabalho, não poucas têm sido as profissões que desapareceram quando se tornaram supérfluas. Quem sabe hoje o que é um picheleiro, um postilhão, uma carpideira? Em outros meios, o ofício de professor começa a ser questionado com evidente deformação da dinâmica da cultura. Trai-se o declínio do professorado na perda de status à beira da proletarização, a pouco e pouco alijado da classe média. Professores há que levados num movimento de ascensão, provém de camadas populares: a perspectiva de proletarização ameaça uma recaída, um verdadeiro curto circuito para barrá-los e atirá-los de volta ao campo de origem. No fim, talvez outras profissões menos nobres venham a tomar o lugar dos professores. É premente salvá-los do decesso, e com eles, a persistência do que existe de humano na vizinhança das gerações que se sucedem.

A preservação do professorado e de sua posição na sociedade é incumbência da Faculdade de Filosofia que nasceu predestinada a formar professores, e que tem uma tradição, hoje um pouco esquecida, de se bater por eles.

Há quem anteveja a abolição das escolas como entidades arcaicas, superadas, prescindíveis no mundo atual. Semelhante desfecho porém parece remoto ainda que se deva esperar que suas estruturas de agora venham a sofrer em breve tempo, mudanças profundas. (...)

Hoje em dia, o professor é cada vez mais compelido a dispor de recursos técnicos de comunicação, de cálculos, de registros. Tem que apelar a cada passo para o projetor, o gravador, a calculadora, o microfone, a reprografia, a televisão de circuito fechado, e mais que todos, para o grande guru tecnológico – o computador -. Não sem razão, passou-se a dizer Tecnologia do Ensino em vez de Didática. Associam-se à Pedagogia a Informática e a Cibernética, e os

progressos da telecomunicação rondam o destino das escolas de moldes atuais. Tudo indica que estamos no limiar de grandes mudanças: os avanços da telefonia e as perspectivas de associação da imagem com o som com o videofone e o computador dotado de fala, o aperfeiçoamento das técnicas audiovisuais, a tecnologia acelerada incita o professor a rever seus processos de ensino convencionais, sem com isso renunciar a ser professor.

Alarmante porém é a interferência daqueles que pretendem transferir a docência para as máquinas de ensinar. Essas máquinas vêm sendo aperfeiçoadas nos Estados Unidos, embora ainda apresentem resultados duvidosos. Nunca as vi, mas sei que combinam técnicas atuais de comunicação com as máquinas de verificação de rendimento escolar destinadas a banir os exames tradicionais cada vez menos operacionais, diante da massificação discente. Finda-se a era do lápis vermelho. (...)

A tendência será talvez a de transmutar-se o professor em simples alimentador e operador da máquina com a decorrente despersonalização do aluno, por sua vez, exposto às uniformidades da automatização

Em meio a uma certa desprevenção social, prenuncia-se uma competição desigual com uma aparelhagem multiforme, da TV ao computador, pressagiando-se o ocaso do magistério vencido pela eletrônica. Nesta linha fomenta-se a ruptura da convivência escolar, o abandono da aula, do aconselhamento, das correções ocasionais, das repetições pacientes. Força pois é tomar-se consciência das incertezas do tempo e assimilarem-se as novas perspectivas do mundo em mudança, e para logo atualizar-se a formação do professorado a fim de prevenir-se uma derrota desastrosa decorrente do surto de maquinização da vida contemporânea.

Não se pensa em esconjurar a máquina invasora, mas apenas em neutralizar germes de uma investida maciça de inumanização na esfera do ensino. Se inevitável sua generalização, é preciso que as máquinas venham a depender da lucidez dos professores a fim de prevenir-se a consagração da rotina e da passividade. A reiteração de sua utilização pode alentar um dogmatismo dissimulado pela imposição de verdades irrecusáveis porque automatizadas, e com isso banir-se toda a sabedoria do diálogo, da persuasão, da escolha, da contração, da crítica, de recusa, de geração de hipóteses. A máquina elimina a tensão da dúvida. Certo não basta infundir a tranqüilidade das certezas, mas instilar a inquietação das dúvidas que não se confundem com ignorância, e são prelúdio das descobertas, mantendo desperto o espírito inquisitivo. Dispensa o uso de prova, maravilhosa arma da inteligência, arma que trasmuda a dúvida em certeza, as presunções em verdades. Talvez chegue a pensar em lugar dos cérebros; ela jamais logrará sentir no plano da afetividade.

A memória do computador ameaça inutilizar o professor como fonte de informação, e para logo dispensar o uso da memória humana, porque serão prescindíveis as lembranças quando séries de disquetes responderão mais pronta e fielmente que qualquer reticente professor. Dispensada a armazenar reminiscências do próprio passado, como conseguirá persistir a identidade de cada um, se mais não somos que atualizações de nosso passado? Se compartilhada com a máquina a guarda do patrimônio cultural, não virá esta alienação a mutilar o ser do homem como tal? Inerte, niveladora, impessoal, a máquina é insensível ao que há de melhor nos espíritos, inclusive às evasões, aos desejos, às aventuras e devaneios. (...)

Entretanto, depois dos pais, é o professor quem torna a transmissão do saber acumulado um colóquio entre o homem que está e o homem que chega. Se o professor sai de cena pode-se antever para as próximas gerações e eclosão de um anseio por seu retorno a fim de que os homens sejam formados por homens e não temperados por aparelhos como se eles próprios se destinassem a transmutar-se em peças de mecanismos sem alma. (...)

### **Empresarização da Universidade**

Desprezadas as tradições, amolda-se a Universidade ao assédio da mentalidade capitalista a quem tem de se ajustar. As ciências Naturais e Exatas seguras de servir à vida e ao conforto dos indivíduos atenuando-lhes o esforço e os riscos graças ao domínio crescente sobre a natureza e à mecanização, impõem sua prioridade mediante a superestima da pesquisa.

Esta hegemonia da pesquisa, consagrada em muitos setores parece condicionar o que se pode chamar a empresarização da Universidade que, sitiada por pressões externas tende, ela própria, a transmutar-se em empresa, e os conhecimentos mobilizados arriscam-se a ser tratados como mercadorias de maior ou menor valia. Assim remanejada, propende a Universidade a transformar-se em agência de serviços e de interesses que a rigor não são seus.

Por contágio, o próprio Estado, interessado nos avanços tecnológicos dispõe-se a contribuir para esse desenvolvimento, e, propiciados os investimentos, reclama produtividade. Logo professores oferecem assessorias, e com elas programas externos vêm sobrepor-se aos reclamos da própria Universidade e apoucar o tempo que seria do ensino. Fala-se em indústria cultural.

Entende-se que deve a Universidade serviços à comunidade, mas este empenho não significa que deva servir docilmente a determinados setores da sociedade capazes de subsidiar pesquisas em seu próprio proveito. No mundo utilitário em que vivemos, a Universidade que nele se insere não consegue

dedicar-se tão-somente à pesquisa desinteressada de teor essencialmente cultural. É óbvio que apelos econômicos também contam e pesam muito. Influem, mas não comandam a submissão das inteligências aos caprichos de setores indiferentes à problemática da cultura. Legítimas as consultorias, mas entenda-se que a Universidade não é linha auxiliar de empresas, ou filial de prestação de serviços em detrimento de seus próprios fins. (...)

Despojado o professor, a tônica de empresarização, fermentada nos bastidores passa a privilegiar a produtividade para logo erigida em critério de atribuição das dotações, em desfavor do ensino.

Cuida-se de implantar, sem ação dos professores, o ensino a distância, prescindindo-se de um campus utilizando-se por encomenda, o correio, o telefone, o fax, o computador para difundir noções ou para justificar uma outorga econômica de diploma para maior número. Uma agência pode fazê-lo com técnicas próprias: para que escolas e professores? Para apurações, bastam máquinas.

Esse recondicionamento de estruturas marca de disfarçada política quantificante, na esteira da ruptura da hierarquia funcional, fruto de inconfesso pressuposto de perda de senso de dever pelo professor, e a imposição de uma espécie de feitoração da atividade profissional, sujeitando-se os professores, em qualquer nível da carreira, a um intermitente noviciado, com o censo periódico de seus afazeres não docentes, face do desequilíbrio que se compôs entre pesquisa e ensino, agravado pela revoada crocitante dos tecnocratas. (...)

A entrega à empresarização, afeiçoando técnicas do capitalismo, pode assegurar aproveitamento mais produtivo das inteligências. Poderia significar um avanço, não fosse a desumanização implícita no aferro ao rendimento, com negligência das dimensões éticas, ao erigir-se a eficiência como valor maior. Esta tendência advém da necessidade de financiamento das pesquisas, e do cômputo dos resultados, objeto de escrituração e balanço. Contagia-se o ambiente da soberana perseguição do ganho, o que nem de longe se aparenta com os ideais dos sábios, dos grandes mestres do passado.

### **Desvio de rota: o cientificismo**

Aos vínculos utilitários agrega-se outra faixa de opacidade: a ênfase imoderada ao intelectualismo que, apoiado na opressão do racionalismo absorve todas as vias do entendimento. Esta presença sem tréguas do comando da razão nega transparência à afetividade, às esperanças que mobilizam vontades, intoxicada que vai sendo a racionalidade pela narcose das precisões irretocáveis, das estatísticas sem senões, armada de menosprezo pelos sentimentos vistos com desvios ou defeitos.

Por esse caminho estreita-se o espaço para as insubmissões das artes, muita vez entravadas pela teia de crítica racionalizante, ou por ocasiões lúdicas para além da catarse das práticas esportivas, ou ainda para a fruição do gosto, dos abandonos que atenuam as tensões decorrentes das imposições da lógica, essa tirana que não consente transigir.

A continuada servidão ao puro intelectualismo concorre ainda para intimidar as inspirações da mística que se resolvem em crenças e religiões, riquezas das consciências na dinâmica das civilizações.

A esta dominação do racionalismo associa-se a tendência à imposição da hegemonia, se não do exclusivismo, dos conhecimentos de caráter científico como fundamento da existência das Universidades. Nos meios possuídos pelo predomínio dos critérios das Ciências Naturais e Exatas, quase sempre indefesas às filosofias, prevalece a convicção de que tudo o que transita pelo espírito como visão da realidade só é válido se contar com a salvaguarda da objetividade, a chancela de alguma Ciência. Para gente da Ciência, a linguagem dos valores vem poluir a sacrossanta objetividade que, só ela, avaliza verdades inconcussas, aquelas verdades provisórias a cada passo substituídas mercê de pesquisa supervenientes. O culto quase supersticioso das Ciências, como carisma universal associa-se à angústia da eficiência presa ao reinado da tecnolatria a prometer soluções mágicas a todos os problemas da inteligência. Rara é a receptividade acadêmica a qualquer apelo ao subjetivismo, às revelações da intuição, da imaginação, da crença às ilogicidades da afetividade, quando até o irracional, a porção semi-imobilizada de nossa vida mental pode merecer ter de vir à tona na Arte ou na Filosofia.

Certo, existem na USP cursos e museus que valorizam a sensibilidade, dando alento às Artes: a ECA ou, em menor escala, a FAU. Dentro delas, porém, as preocupações com o lustro da cientificidade podem tolher os germes das idealizações, das estesias criativas, com a desculpa de polícia crítica, e não raro tisonadas pela Tecnologia.

Ao constranger-se a sensibilidade, desarma-se o impulso para a procura de vida melhor, a investida contra o atraso, contra a pobreza, contra males da patologia social, como a violência, a droga, o deboche. O móvel para servir à sociedade na superação de suas carências é de lastro afetivo, presente conquanto inconfesso. (...)

Impôs-se fosse a Faculdade de Filosofia somente profissional – formação de professores. Ela porém teimou em suscitar a pesquisa e em ministrar disciplinas básicas, o que só veio a consumir-se definitivamente, ao ensejo de sua fragmentação com a criação de institutos. O caráter profissional acentuou-se quando já em 1938, extinguiu-se, à revelia do Conselho Universitário, o Instituto de

Educação, agregando-se seus professores em um Departamento de Educação. Acentuou-se essa tendência com a edição em 1.939 do Decreto-lei 1190. Nesse mesmo ano, a Ditadura dissolvia a Universidade do Distrito Federal.

Ao ser criada, a Faculdade de Filosofia destinava-se a ser atmosfera de intercuro de estudos solidários do homem e da natureza; todavia as reformas de 58-70 desfizeram os vínculos ainda frágeis que os aproximavam. É muito difícil voltar a ontem, mas é sempre com pena que revejo aquele perdido convívio com os cientistas, convívio cuja ruptura desmerece a própria visão da Universidade, ao concebê-la como simples coabitação administrativa de entidades que, ilhadas em sua autofilia se justapõem mais ou menos contrafeitas, e com essas escassas trocas culturais entre elas.

Foi quase sem resistir que a Universidade resvalou para o cientificismo ao privilegiar as buscas dos conhecimentos sobre a natureza e suas aplicações. Entregou-se à Ciência fiadora de todas as verdades, palavra mágica que dá status e credibilidade a todo o conhecimento sistemático sobre o que quer que seja, sob a égide do *diktat* do dogmatismo da certeza científica.

Disciplinas normativas, de pesado conteúdo valorativo apelidaram-se Ciências. Ciências do Direito, Ciência da Moral, Ciência da Educação. Até mesmo a propecta História, esquecida de suas remotíssimas raízes no cuneiforme ou nos signos dos escribas egípcios, muito antes de se pensar nos meandros das Ciências afobada fantasiou-se de científica para não distoar, cuidando rejuvenescer. A velha Política, essa arte de manipular o poder, erigiu-se em Ciência a mascarar sua imensa falibilidade. Só a Filosofia resistiu, não sem tentativas em contrário, ao aliciamento do cientismo. E por sua vez, aconchegando as Artes, infensas por sua natureza aos objetivismos, preservou a estética ao contágio, embora haja quem pretenda defini-la como *Ciência do Belo*. (....)

### **Centralização e burocracia**

Por último, um posfácio crítico: defeito de caráter estrutural – a centralização administrativa exacerbada. Por cerca de meio século, nas marés das reformas, teima-se em defender a idéia de que a Universidade só se realiza como tal no amparo de uma Reitoria presidencial, constringente, todo – poderosa, urdindo-se, para suporte, uma rede de Pró-reitorias, de Coordenadorias, de Câmaras, de Comissões prontas para interferirem em tudo. Entendeu-se que atrofiando-se a competência das direções das Faculdades e Institutos, promover-se-ia maior integração entre as partes desencontradas, mediante a grade de uma legislação uniformizadora e de minúcias. Universidade porém não é um feixe de entidades amarradas pelos cordões da burocracia. A via para o sinecismo não é a conversão dos problemas de ensino e de pesquisa em questões de ordem

administrativa, com redução do alvedrio das Unidades inibidas, despojadas, submissas.

Ilusão, as interferências constantes por parte do poder central, com os inerentes empecos da burocratização em armas, ao invés de incitar solidariedades, desestimula projetos comuns, amarra as iniciativas, retraindo as participações entre setores afins, justo o maior benefício da coexistência da Universidade.

Dano ainda maior gera a centralização excessiva: o surto da burocracia e o alastramento de suas ingerências no cotidiano. A experiência do passado revela que a proliferação dos quadros burocráticos tem sido indício de senescência das instituições, visível nos antigos regimes absolutistas. Sadia, a burocracia está longe de ser parasitária: bem dosada é garantia de ordem e regularidade, de fidelidade aos registros, de racionalização dos serviços. Se se desmesura porém, passa a entreter formalismos supérfluos ancorados em prescrições mais ou menos impertinentes. Anômala, insinua-se no mando, enleia, desacelera ou entorpece as atividades, delongando decisões e execuções com intervenções desnecessárias.

Agravam-se as transgressões com a estandardização dos procedimentos a pretexto de racionalização, impondo-se a cada passo a equiparação de desiguais. A burocracia em ação tende a exagerar as uniformidades, e as singularidades a desnorteiam. E seus transbordamentos chegam, não raro, a acossar as próprias liberdades acadêmicas. E ainda, ao balizar de contínuo a atividade dos professores, ela acaba por vezes por assimilá-los ao burocratismo, induzindo-os a um indisfarçado mimetismo quando estes, apanhados em sua teia, renunciando ao risco e à crítica abandonam-se ao embalço da rotina.

Ante o conluio das Ciências com a Tecnologia abençoado pela solicitude da Burocracia, só resta à Filosofia, desconsiderada mas sempre atenta, denunciar o fundamento dessa conjunção: a trama do pragmatismo, a morna devoção do útil e a eficiência, com a decorrente retração da presença de valores mais altos, ou seja, o compromisso com o bem, com o justo, com o belo, com a promoção de uma autêntica solidariedade entre os homens. Impõe-se de urgência uma corajosa reflexão sobre o indiferentismo ético que parece ensombrar a corrida pelos progressos da ciência: cabe à Universidade promovê-la.

Não se há de cogitar um impossível retorno obscurantista à ótica do passado, mediante contenção ou desaceleração dos cometimentos da Ciência e da Técnica com seus poderosos calços internacionais, mas sim de reaverem-se os sintomas perdidos, subordinando-se conquistas que são incoercíveis a uma perspectiva ética de nosso destino dentro do mundo onde somos e agimos.

Ao meditar afinal sobre um programa de reatualização da Universidade, temos de reabilitar a missão do professor, e de reencontrar como inspiração a sabedoria dos fundadores, sensíveis que foram à essencialidade do Humanismo, cuja vitalidade depende principalmente das Faculdades de Filosofia, consagradas à descoberta e difusão dos melhores tesouros do patrimônio do espírito.

Muito obrigado.

\*\*\*

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

GÄRTNER, Eberhart. *Grammatik der portugiesischen Sprache*. Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1998, xviii+718 páginas.

O Prof. Dr. Eberhard Gärtner é assaz conhecido entre os lusitanistas nacionais e estrangeiros pelos seus bem documentados trabalhos sobre língua portuguesa, especialmente no domínio da morfologia e da sintaxe, não lhe faltando ensaios acerca das variedades do português de África. Já esteve no Rio de Janeiro duas vezes, a convite do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português e, pela erudição e pela simpatia pessoal, deixou entre nós, juntamente com sua esposa D. Hannelore, numerosos amigos.

Este ano, além de editor das *Pesquisas lingüísticas*, brinda-nos com sua *opera magna*, esta exaustiva *Grammatik* centrada especialmente nos aspectos morfológicos e sintáticos do português, que já vinha desde 1985 até 1990, destinada, como diz no prefácio, inicialmente aos estudantes de lusitanística, alargou-se para se transformar numa obra altamente instrutiva, alicerçada nos princípios teóricos da gramática de valência. Com esta publicação pela centenária casa editora Max Niemeyer, abre-se um caminho de sucesso à presente obra de E. Gärtner.

Compõe-se a *Grammatik* de uma Introdução histórica e teórica (3-16), seguida de três seções maiores, subdivididas em seções específicas: Enunciados simples (17-334), Enunciados complexos (335-582) e Variações de enunciados simples e complexos (583-689). Como seria de esperar numa obra dessa amplitude e dessa destinação, o Autor não perde oportunidade de aludir a particularidades lingüísticas do Brasil e da África. Concluem a obra uma relação de autores e fontes consultadas (691-694), a bibliografia (695-701) e o índice temático (703-718).

\*

COSTAS, Ana Lúcia Esteves dos Santos et al. *Caligrama*. Revista de Estudos Românicos, vol. 2, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997, 1+148 páginas.

Com este número 2 o Departamento de Letras Românicas da Faculdade de Letras de UFMG retoma a publicação de *Caligrama*, que se propõe editar “trabalhos científicos elaborados por pesquisadores nacionais e estrangeiros,

nas línguas portuguesa, francesa, italiana ou espanhola, sobre temas de Letras Românicas”.

Do presente volume constam os seguintes artigos: 1) “A crítica literária como representação: estudo de uma modalidade ensaística de Azorín” (Sílvia Inês Cárcamo); 2) “A literatura – o mal – e a infância” (Ana Maria Clark Peres); 3) “Poesia/Cinema/Cidade – A vertente Rimbaud” (Maurício S. Vasconcelos); 4) “Baudelaire desabrigado – A questão do espaço em Paris do 2.º Império de Walter Benjamim” (Georg Otte); 5) “As vozes de *Enfance* de Nathalie Sarraute” (Renato de Mello); 6) “*Le Horla*, de Guy de Maupassant e a criação literária” (Dilma Castelo Branco Diniz); 7) “Os verbos fortes portugueses e a sua mudança vocálica” (Viviane Cunha); 8) “A importância dos provérbios no judeu-espanhol” (Aléxia Teles Guimarães); 9) “Dramaturgia feminina latino-americana: Queiroz, Gambaro, Stranger” (Graciela Ravetti e Sara Rojo); 10) “Jeux et enjeux d’écriture chez Chrétien de Troyes: l’exemple de Cligès” (Ida Lúcia Machado); 11) “Les derniers jours de Charles Baudelaire, de Bernard-Henri Levy: l’écriture comme traversée d’une oeuvre” (Marcelo Jacques de Moraes); 12) “Os encantamentos de Michelet, ou o sortilégio da narrativa” (Moacyr Laterza Filho).

Encerra o presente número a tradução de Euler Cruz em três variedades lingüísticas do português, de um soneto italiano de Cláudio Manuel da Costa.

\*

*Revista Camoniana*. 2.ª série. vol. 10. Publicação da disciplina de Literatura Portuguesa da FFLCH/USP, São Paulo, 1997, 1-184 páginas.

Com o presente número, a incansável batalhadora de grandes projetos levados a efeito na coordenação do Centro de Estudos Portugueses, a Prof.ª Dr.ª Maria Helena Ribeiro da Cunha, anuncia o encerramento da longa e dificultosa caminhada desta *Revista Camoniana*, nascida, na 1.ª série, do entusiasmo de outro grande batalhador intelectual, o Prof. Dr. Segismundo Spina, e, na 2.ª série, de outro não menos competente intelectual, o Prof. Dr. Massaud Moisés, depois de quase 40 anos de fecunda atividade desde sua criação, espelhada nos treze volumes publicados.

Assim, com este número, ainda possível graças ao apoio da Disciplina de Literatura Portuguesa, desaparece no ambiente universitário brasileiro a única revista especializada nos estudos de Camonologia.

Integram este número os seguintes artigos: 1) “O olhar divino de Camões” (Gildo Magalhães); 2) “Oitavas de um estudante pobre” (Hélio J.S. Alves); 3) “Vozes em concerto/mundo em desconcerto” (Maria do Amparo Maleval); 4) “Ensaio para ler Camões” (Maria dos Prazeres Gomes); 5) “Crítica autoral e

Crítica textual na lírica de Camões – dois problemas” (Marina Machado Rodrigues); 6) “A travessia pelo amor busca o ‘concerto’ de um mundo” (Mônica do Nascimento Figueiredo); 7) “O panorama das palavras ou a dialética da transformação” (Vilma Arêas).

Na seção Documento, Maria Cecília Queiroz Moraes Pinto traduz trecho de Jean Festugière sobre “A influência de Ficino na França”, e na seção Poesia transcrevem-se poemas de Renata Pallotini em torno do tema “Estavas, linda Ignez...”.

Enfeixando o número, além de um seção Noticiário, Lênia Marcia Mongelli resenha o livro de George Monteiro *The presence of Camões. Influences on the literature of England*.

\*

*Gragoatá*. Revista do Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação. 1.º sem. de 1997. Universidade Federal Fluminense, EDUFF, 1997, 291 páginas.

Dentro da regularidade rara nas publicações oficiais, sai, com excelente apresentação gráfica, este número de *Gragoatá*, do Instituto de Letras da UFF, Programa de Pós-Graduação, com artigos em torno do tema *O ensino da Língua e da Literatura*.

Depois da Apresentação de Eurídice Figueiredo, Presidente do Conselho Editorial, compõem o presente número os ensaios: 1) “Teorias do discurso e ensino da leitura e da redação” (José Luiz Fiorin); 2) “As idéias lingüísticas de Mattoso Câmara Jr. em *Elementos da língua pátria*” (Carlos Eduardo Falcão Uchôa e Maria Christina da Motta Maia); 3) “A alternância de código pragmático no discurso pedagógico frente à competência interacional em L2” (Nelson Mitrano-Neto); 4) “Atividades pré-leitura” (Lori K. Taglieber e Cláudia M. Pereira); 5) “A linguagem icônica e os manuais de ensino de francês” (Fernando Afonso de Almeida); 6) “Avaliação do aspecto da coerência como elemento discursivo na análise e compreensão de textos produzidos no 2.º grau” (Robson Coelho Tinoco); 7) “A lingüística e o ensino da gramática” (Terezinha Bittencourt); 8) “Teoria semiótica do texto e o ensino da leitura” (Regina Souza Gomes); 9) “Leitura literária e outras leituras” (Regina Zilberman); 10) “A leitura e a identidade nacional lingüística: José de Alencar e Walter Scott” (José Luís Jobim e Ana Lúcia de Souza Henriques); 11) “Subvertendo o cânone: literatura gay e lesbica no currículo” (Rick Santos); 12) “Um percurso pedagógico no espaço literário” (Maria do Carmo Lanna Figueiredo); 13) “Pensando no ensino da literatura francesa” (Maria Elizabeth Chaves de Melo); 14) “A fábula: do didático ao paradidático” (Alice Aurea Penteado Martha); 15) “À procura de poesia na escola” (Sonia Monnerat Barbosa); 16) “O ensino da literatura no 2.º grau e a ótica do professor e do aluno” (Gilda Neves da Silva Bittencourt).

Fecham o volume duas resenhas: uma do livro de José Luis Jobim, *A poética do fundamento*; ensaios de Teoria e história da literatura (Roberto Acízelo de Souza) e outra de Nina Spada e Maria Fröhlich *Communicative orientation of language teaching observation scheme* (Nelson Mitrano-Neto).

Formulamos daqui os melhores votos de vida operosa aos responsáveis pela *Gragoatá*.

\*

*Filologia e Lingüística Portuguesa*, número 2. Humanitas Publicações FFLCH/USP, São Paulo, 1998, 288 páginas.

É sempre muito bem-vinda ao público estudioso esta revista do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da pioneira USP, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos, filológicos gramaticais e literários do Brasil.

Aparecem neste número 2 da FLP os seguintes ensaios: 1) “Filologia e Lingüística: enlace, divórcio, reconciliação” (Pierre Swiggers); 2) “O vocabulário das constituições brasileiras. O desenvolvimento em questão” (Carlos Maciel); 3) “Operações e paradigmas genolexicais do português” (Graça Maria Rio-Torto); 4) “A semântica histórica: um campo abandonado da lingüística (Wolfgang Roth); 5) “Dimensões da palavra” (Maria Tereza Camargo Biderman); 6) “BTLH – Banco de textos para pesquisar em lingüística histórica – dados de Barra Longa – MG” (Maria Antonieta Cohen, Soelis Prado e Maria Cândida Trindade Seabra); 7) “Alguns etnônimos eslávicos – Estudo histórico-etimológico” (Antônio Geraldo da Cunha); 8) “Escrita do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa: fonética ou ortografia?” (Gladis Massini-Cagliari); 9) “A repetição como elemento condutor do tópico discursivo” (Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade); 10) “A derivação regressiva em português (Valter Kehdi); 11) “As farsas da linguagem em *Passeio Noturno*” (Beatriz Regina Benradt Martinez).

Seguem-se cinco resenhas dos seguintes livros: *As astúcias da enunciação*, de José Luiz Fiorin (Maria Helena de Moura Neves); *Dos ditos portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI*, de Mem Martins (Manoel Mourivaldo Santiago Almeida); *La estilística*, de José María Paz Gago (Reginaldo Pinto de Carvalho); *Understanding language change*, de April McMahan (Maria Aparecida Torres Morais); *Por que (não) ensinar gramática na escola*, de Sírio Possenti (Maria Helena da Nóbrega).

Há ainda um interessante e minucioso depoimento da Prof.<sup>a</sup> Norma Seltzer Goldstein sobre “Uma experiência na Escandinávia”, durante sua curta, mas operosa atividade de ensino de língua portuguesa, cumprindo convite

favorecido pelo convênio entre a Universidade de Oslo e a Universidade de São Paulo. Estendeu essa atividade em conferências nas universidades da Aârhuis (Dinamarca) e Estocolmo (Suécia).

Uma seção de Noticiário e Normas para os colaboradores encerram este volume de proveitosos ensaios à comunidade acadêmica do país.

\*

*Revista Philologus*. Revista do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. Ano 3, n.º 11, maio/ago. 1998, 92 páginas.

Com nova e mais elegante apresentação gráfica, vem à luz este número de *Philologus*, órgão do CiFEFiL, com os seguintes artigos: 1) “Altas lingüístico rural da Zona da Mata de MG: nomes de doenças agropecuárias e hortaliças” (Joseph Ildefonso de Araújo, 7-23); “Os primórdios do francês” (Maria Antônia da Costa Lobo, 23-26); “Universalismo e relativismo lingüístico” (Alfredo Maceira Rodríguez, 27-37); “Breves considerações acerca do léxico na *Carta de Caminha*” (Hélder Júlio Soares de Carvalho, 38-51); “O linguajar das favelas do Rio de Janeiro – Elementos gramaticais” (José Pereira da Silva, 52-63); “Notícias sobre o léxico relativo a três campos lexicais do primeiro manuscrito da cozinha portuguesa: *O livro de cozinha da Infanta D. Maria*” (Celina Márcia de Souza Abbade, 64-72; estuda os utensílios, os condimentos e as unidades de medidas); “A fortuna na crítica de Gregório de Matos e Guerra” [sic] (Ruy Magalhães de Araújo, 73-79); “Abordagem de erros de segmentação e juntura de palavras em crianças das 4 primeiras séries do 1.º grau: investigação lingüística” (Lígia Maria Campos Imaguire, 80-89).

Concluem o volume Instruções editoriais (90-91) e Identificação dos autores (92).

\*\*\*

## RESENHA CRÍTICA

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 2000.<sup>1</sup>

Com o lançamento da nova edição da *Gramática da Linguagem Portuguesa* do grande Fernão de Oliveira, de 1536, estão de parabéns diversíssimas pessoas: Estão de parabéns em primeiro lugar – claro – os dois organizadores desta “1ª edição triplamente fundamentada”, como a caracteriza sucintamente a faixa publicitária da cobertura do volume aqui apresentado, os Colegas Amadeu Torres, da Universidade do Minho, e Carlos Assunção, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Diremos algo de mais concretamente acerca dos méritos extraordinários da nova edição, depois de ter dito quais as outras pessoas, físicas e jurídicas, por assim dizer, que merecem parabéns nesta hora, que não hesito em chamar histórica: Trata-se da primeira edição moderna, depois de apenas quatro anteriores, da primeira gramática portuguesa de toda a história, que teve a pouca sorte de não ter tido mais que uma edição na sua época, precisamente a edição “princeps” de 1536, e que sobreviveu apenas num só exemplar, o da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Convém destacar em segundo lugar, como estando de parabéns, a Academia das Ciências de Lisboa, que possibilitou a edição moderna deste monumento cultural no melhor sentido da palavra. Fazemos votos para que a Academia continue de maneira tão feliz no novo arranque, ultimamente observável, das suas atividades no campo da língua e da lingüística.

Em terceiro lugar, queríamos realçar outras pessoas jurídicas, ou, melhor, organismos de pessoas, que poucos de entre os aqui presentes terão esperado que fossem mencionados neste contexto: Refiro-me às novas universidades, ou: universidades novas, criadas em Portugal nos últimos decênios; mais exatamente: àquelas de entre elas que não levam o epíteto “novo” no seu nome (como é o caso da famosa Universidade Nova de Lisboa), as universidades

---

<sup>1</sup> Apresentação lida na Universidade de Évora durante o Congresso realizado por essa instituição em maio de 2000, quando foi lançada a obra.

novas da chamada “província”. Provêm logo de duas destas os dois organizadores do nosso volume, e é significativo que o congresso em que estamos e o lançamento do livro se efetuem numa outra “universidade nova”, a de Évora. O que me leva a salientar isto são duas razões:

1) Tendo sido criadas na chamada “província”, e ainda no Sul e no Norte, as universidades novas têm sido desde o início tudo menos provincianas, por mais importante que fosse a sua implantação regional no sentido de uma penetração do ensino superior e da investigação naquelas partes de Portugal que nunca foram “hinterland” senão na perspectiva do Centro, e mesmo assim no sentido meramente geográfico.

2) O que me parece especialmente característico da dinâmica própria, imprevisível, destas universidades novas é o fato de elas terem sido criadas, em parte, para dedicar-se a ramos de ensino e a investigações não ou apenas marginalmente implantados nas universidades do Centro e na do Porto, ligando-as em parte outra vez a tarefas de implantação primordialmente regional. Tanto mais agradável é verificar-se que, sem deixar de dedicar-se com zelo e competência a tais objetivos, toda uma série de investigadores das universidades novas se dedicaram com igual competência que os seus colegas do Centro e do Porto a temas de alcance nacional, europeu e universal. Entre estas temáticas conta-se a história da língua e da lingüística, mesmo com orientação filológica, no melhor sentido da palavra, campo da lingüística com o qual contrabalançam até uma orientação sincrônica predominante em Portugal, que, por sua vez, é bem compreensível, dada a orientação histórica acentuada no período anterior.

Mas convém terminar a lista dos que estão de parabéns, para poder dizer algo mais sobre as qualidades do autor da obra quinhentista reeditada e das qualidades da nova edição.

Em quarto e último lugar queria mencionar, por isso, sumariamente, como estando de parabéns, vários grupos de pessoas, se assim se pode chamar ao que é constituído por milhares de pessoas dispersas pelo mundo inteiro, que só em parte se constituíram em pessoas jurídicas: Estou a pensar nos lusitanistas, romanistas e especialistas em lingüística geral e teórica, que dispõem agora, pela primeira, de uma edição criticamente elaborada quanto às suas intenções, e fidedigna quanto ao resultado, de uma das obras pioneiras da gramaticografia moderna. E não só: A edição que se lança neste momento representa logo o “Optimum” desejável e alcançável, em plenitude de informação e em rigor filológico, na sua concepção e nos detalhes da execução. Ela dá ao usuário a escolha entre três vias de acesso. Em primeiro lugar queremos mencionar o que ocupa a 3ª parte da edição tripartida, o fac-símile da edição “princeps”. Ocupa o segundo lugar uma edição semidiplomática, em que se transcreve fielmente em tipos de letra moderna as letras da edição original, recorrendo com juízo ao

emprego de itálico e negrito, e a uma pontuação moderna, corrigindo unicamente o que é lapso tipográfico evidente (assim, por exemplo, o emprego errôneo de um *u* em vez de um *n*), dando fé de todas as correções em nota de rodapé – correções essas que não são mais do que aquelas que teria efetuado qualquer revisor da época se tivesse procedido com mais diligência e/ou com mais folga do que foi o caso com a impressão de 1536, que até nem sempre se deixou guiar pela lógica da grafia exposta, ou inerente ao exposto, por Fernão de Oliveira. Finalmente, temos o que representa a primeira parte da nova edição: a edição crítica propriamente dita, e assim declarada. Ela não se contenta daquele mínimo de correção crítica que representa já a edição semidiplomática que acabamos de caracterizar, ultrapassando esta em dois sentidos:

1) Ela dá fé daquelas variantes das edições modernas anteriores, três portuguesas e uma brasileira, que são susceptíveis de interessar àquele usuário que queira, por sua vez, repensar um ou outro passo do texto original, lá onde o original não seja 100% claro do ponto de vista da expressão lingüística, para se dar conta da versão de outros organizadores de edições, mas, diríamos nós: sobretudo para verificar mais rapidamente onde estes outros caíram em erros que então queira retificar o usuário que possua, ou tenha consultado anteriormente, uma das referidas quatro edições precedentes.

2) A parte “edição crítica” modernizada graficamente de tal forma que o leitor contemporâneo não seja desorientado a cada passo, pensando, por exemplo, que um *-ão*, com til na letra *a*, seja um *-ão* final com til no sentido atual, isto é, um *-ão* acentuado, lá onde não o é nem o era no século XVI, mas é e era um *-am* final não acentuado, o que hoje se grafaria *a + m: contendiam* e não *contendião*, que é logo a primeira palavra do texto todo.

Renunciando agora à tentação de fazer o elogio – igualmente fundamentado – da parte introdutória da edição de Amadeu Torres e Carlos Assunção, especialistas na área das gramáticas portuguesas antigas (e latinas), e o elogio das notas dos organizadores, queremos, antes de terminar, dedicar algumas palavras à obra em si.

Ninguém menos do que Eugenio Coseriu foi o primeiro e o mais decidido em declarar que Fernão de Oliveira “é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais, em certo sentido o mais original, e (...) o mais importante foneticista da Renascença na România”, como se pode ler na versão portuguesa de um estudo publicado em alemão em 1975, transcrita na parte introdutória da edição. E é de mais velha data tal convicção de Coseriu – que pensamos não enganarmo-nos se dissermos que lhe ouvimos uma afirmação neste sentido já por volta de 1960, quando éramos seu assistente na Universidade de Bona, logo no início da sua atividade na Alemanha, para onde o tinha convidado então Harri Meier. Foi esta asserção que nos ecoava nos ouvidos quando

começamos a trabalhar sobre a história da gramaticografia portuguesa, chegando a conclusões que poderiam ser uma cópia das do nosso mestre de Bona, sem ter deparado com o estudo dele, entretanto publicado em alemão. Coseriu caracteriza Fernão de Oliveira mais precisamente como sendo original lá onde João de Barros é “na maioria das vezes” um “simples imitador” de Nebrija.

Colocando as coisas num nível mais geral, o das “artes humaniores” da Renascença universal, podemos dizer que João de Barros representa apenas uma das duas faces da Renascença, a do reenlace com a Antiguidade, no intuito de escapar ao que se considerava o obscurantismo medieval. Esta primeira face da Renascença leva muitas vezes os humanistas a considerar independência crítica frente à Idade Média o que resultava numa nova submissão tudo menos (auto-) crítica aos moldes da tradição clássica. No zelo de demonstrar que a língua vernácula continua a excelência das línguas clássicas, e até a supera em parte, João de Barros, por exemplo, não inventa só casos como o genitivo, o ablativo e o vocativo do substantivo, que o Português simplesmente não tem, mas até um vocativo do pronome pessoal “eu”: “Ó eu”, que pelos vistos deveria fazer inveja aos Antigos...

Fernão de Oliveira vê de maneira realista a situação realmente existente do substantivo português, não falando em tais casos fantasma. Neste sentido ele representa a outra face da Renascença, a mais moderna, a do espírito independente também em relação à Antiguidade, predominante, como bem sabemos, nas ciências naturais da época, mas tão rara nas Humanidades de orientação lingüística e literária, que temos de esperar mais de dois séculos e meio até encontrar, em Portugal, outro esboço gramatical independente – como o de Fernão de Oliveira – do peso das tradições, entre as quais se contam desde os séculos XVII e XVIII certos elementos dogmáticos da “grammaire générale et raisonnée”, da gramática filosófica, etc.. É Pedro José da Fonseca, o autor anónimo dos *Rudimentos* gramaticais de 1799 e principal autor do dicionário da Academia das Ciências de 1793, quem se situa de novo na linha do independentismo crítico renascentista.

Estando assim as coisas, pode dizer-se que está hoje de parabéns, para recorrer uma última vez a uma expressão já várias vezes repetida, que está de parabéns – dizemos – toda a comunidade de língua portuguesa. O seu primeiro gramático é – apesar dos séculos que nos separam dele – um dos mais modernos e um dos até hoje mais dignos de atenção por causa do seu talento autenticamente crítico. Uma comunidade lingüística que dispõe de tal obra e que a põe à disposição de todos os interessados como se faz neste momento, pode orgulhar-se disso, e pode sentir-se encorajada a recorrer à prata da casa que ela representa, sempre que se trate de repensar a gramática da própria língua, ocupação, esta última, a que se têm dedicado, aliás com igual empenho e competência, autores de aquém e além-mar.

Dieter Woll

# NOTICIÁRIO

JOSÉ HERMANO SARAIVA  
NO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Antônio Gomes da Costa

Incumbiu-nos o Sr. Presidente da Diretoria de fazer a apresentação do Prof. José Hermano Saraiva, orador oficial desta sessão solene comemorativa do aniversário do Liceu Literário Português. E a nossa primeira reação foi a de que essa apresentação era perfeitamente dispensável. De um lado, porque a maioria dos presentes teve a satisfação de conhecer o Prof. José Hermano Saraiva quando da sua estada no Brasil como Embaixador de Portugal. E do outro, porque aqueles que então não conviveram com ele, não ouviram seus discursos notáveis pronunciados no Real Gabinete Português de Leitura ou na Academia Brasileira de Letras, têm tido oportunidade de assistir, pela televisão, os seus magníficos programas que dão testemunho, semanalmente, não só de seus profundos conhecimentos da História, da Literatura, da Geografia, das Artes, da Mitologia, etc., mas também do dom extraordinário que possui de passar aos telespectadores aquilo que eles gostam de ouvir pelas palavras de outrem – como ele costuma dizer.

Assim sendo não tem sentido nesta noite a apresentação do orador. Citemos, entretanto, apenas alguns elementos de sua biografia. Nasceu em Leiria. Licenciou-se em Direito e em Ciências Histórico-Filosóficas. Foi professor e mestre a vida inteira – no Liceu e na Universidade Técnica de Lisboa. Foi deputado à Assembléia Nacional, procurador à Câmara Corporativa, Ministro da Educação Nacional de 1968 a 1970 e embaixador de Portugal no Brasil de 1972 a 1974. Membro de diversas instituições, como a Academia das Ciências de Lisboa, de que foi Secretário Geral; da Academia Portuguesa de História; do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e do Instituto Histórico de S. Paulo. Escreveu dezenas de obras, umas de Direito, outra de Pedagogia e a maior parte de História: a “Revolução de Fernão Lopes”; a “História concisa

de Portugal”, da qual já foram editados mais de 200.000 exemplares; “Elementos para uma nova biografia de Camões”; “Outras maneiras de ver”; “Proposta de uma cronologia para a Lírica de Camões”; “O tempo e a Alma – itinerário português”; “Semblantes de Lisboa”; “Portugal visto do céu”; e muitas outras, sendo a última, aquela que considera o “canto do cisne”, um trabalho admirável sobre a “Mitologia grega” que vem de ser editada em Lisboa. São ao todo mais de 40 títulos, marcados sempre por um pensamento vigoroso e inovador.

Mas a par dessa admirável obra literária e de incessante investigação estão as séries de programas que concebeu e apresentou na rádio, primeiro, e depois na televisão, que alcançaram índices de audiência excepcionais e o aplauso dos críticos especializados.

Acrescente-se, ainda, que o Prof. José Hermano Saraiva é “Doutor Honoris Causa” por várias Universidades, 7 das quais do Brasil e membro de diversas academias estrangeiras.

A personalidade rica e sedutora; a sua vida repleta de episódios aliciantes; seu poder de comunicação; o seu trato afável; o seu jeito de dizer e de contar; o seu talento e a sua vocação de ator, como há poucos dias dizia o Breyner ao entrevistá-lo, ao que ele acrescentou: “ator, sim, pode ser, mas ator que cria o próprio papel” – tudo isso nos levaria longe ao fazer a apresentação merecida do Prof. José Hermano Saraiva. Mas, para terminar, permitimo-nos apenas lembrar um episódio a que muitos de nós assistimos, vivido também numa associação luso-brasileira – o Clube Português de Niterói. Foi assim. A cidade recebia a visita oficial do Sr. Embaixador de Portugal. Engalanara-se, como era costume naquele tempo. As autoridades civis, militares e eclesiásticas partilhavam da alegria da nossa comunidade. Esta oferecia um almoço no Clube e estava presente como convidado de distinção o Bispo de Niterói, que era considerado, mui justamente, um dos maiores oradores sacros do Brasil. O Embaixador já vinha d’além-mar ornado de fama de ser também ele um soberbo orador. E talvez com uma ponta de malícia – ou não era malícia porque era um Homem puro de caráter – o Sr. Vice-Cônsul de Portugal, Com. Antonio Noronha pediu ao representante da Igreja para fazer a saudação de praxe ao Embaixador de Portugal. E não desmerecendo da fama de grande orador, o Prelado fez uma alocução magnífica. As palavras saíam-lhe aos cachões, como a água da nascente. Colocou Portugal e a gente portuguesa no cume. Recordou a História, a missão, o valor de uma cultura, o heroísmo de um povo, e depois trasladou tudo para em apoteose dar as boas vindas ao novo Embaixador.

Quando terminou, o salão irrompeu em aplausos. Era um discurso inultrapassável na beleza a forma e na propriedade dos conceitos. Mais palmas, abraços, cumprimentos. O Sr. Embaixador levantou-se e agradeceu-lhe emocionado.

Depois era a sua vez. E empolgado pela peça que ouvira respondeu à altura. Já não era água da nascente, era o oceano de azul transparente, com toda a sua infinita dimensão, era o vernáculo e a graça, a vibração e a cor, o gesto e o teatro. E, quando terminou, foi uma apoteose. De pé centenas de pessoas aplaudiram. Muitos choravam. De alegria e de orgulho. O Bisco de Niterói, diplomaticamente, confidenciou: “Excelência, nunca ouvi igual”, no que o Embaixador, com humildade cristã, retrucou: “foi um bonito empate”.

(Discurso de apresentação do orador das comemorações do aniversário do Liceu Literário Português, Prof. José Hermano Saraiva, no dia 12 de setembro de 2000, pronunciado pelo Dr. Antônio Gomes da Costa.)

\*

### PROFESSORES EMÉRITOS DA UFF

Na Reitoria da Universidade Federal Fluminense realizou-se a 10 de janeiro de 2001 a cerimônia da entrega dos diplomas de Professor Emérito a cinco antigos integrantes do corpo docente do Instituto de Letras: Evanildo Bechara, Maria Helena Peixoto Kopschitz, Maximiano de Carvalho e Silva, Rosalvo do Valle e Sílvio Elia (*in memoriam*, representado na ocasião pela sua viúva, Professora Maria José da Fonseca Elia). Os títulos respectivos foram conferidos em datas diferentes pelo Conselho Universitário da UFF, após exame dos processos de que constaram as aprovações prévias, com altos louvores aos homenageados, dos Departamentos a que estiveram vinculados, do Colegiado da unidade e do Conselho do Centro de Estudos Gerais, de que faz parte o Instituto de Letras.

No correr da sessão preparada pelo cerimonial da Reitoria e prestigiada com a presença de dirigentes dos principais setores da UFF e de público numeroso, em que se destacavam expressivas figuras do magistério superior no Brasil, saudou os homenageados o Professor Carlos Eduardo Falcão Uchôa, decano do corpo docente do Instituto de Letras, ressaltando os principais aspectos da atuação de cada um deles, como professores titulares de Língua Portuguesa (Evanildo Bechara e Sílvio Elia), de Literatura Inglesa (Maria Helena Peixoto Kopschitz), de Filologia / Crítica Textual (Maximiano de Carvalho e Silva) e de Língua Latina (Rosalvo do Valle) nos cursos de graduação ou de pós-graduação, ou como ocupantes de cargos de direção, de chefia e de coordenação de cursos ou membros dos colegiados superiores da UFF, ou ainda como autores de obras de fundamental importância no campo dos estudos lingüísticos, filológicos e literários. Falou em nome dos homenageados o Professor Rosalvo

do Valle, que pôs em destaque a relevância do título outorgado e num retrospecto da vida da Universidade deu ênfase ao valor da iniciativa de contribuir de alguma forma para que se leve avante o projeto de fazer a história da Universidade Federal Fluminense, já com mais 40 anos de fecunda existência. Em seguida, o público presente teve oportunidade de ouvir o coral AUDITE NOVA do Instituto de Letras, sob a regência de Adelheid Mason, integrante do corpo docente da Unidade, que finalizou a apresentação com um poema do Padre José de Anchieta musicado por Heitor Vila-Lobos.

Para concluir os trabalhos, falou o Reitor da Universidade Federal Fluminense, Professor Cícero Mauro Fialho Rodrigues, em cujas lúcidas e firmes palavras se percebeu o nítido propósito da sua administração de patrocinar eventos semelhantes, como pontos de encontro de antigos e novos colaboradores do trabalho comum de valorizar e incentivar o progresso da vida universitária nos seus mais variados aspectos.

\*\*\*

## COLABORADORES DESTE NÚMERO

**ANTÔNIO GOMES DA COSTA.** Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

**CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA.** Professor Titular de Lingüística da Universidade Federal Fluminense. Livre-docente em Lingüística pela mesma Universidade.

**DIETER WOLL.** Professor titular do Seminário Românico da Universidade de Marburgo, autor de livros e numerosos artigos sobre lingüística e literaturas românicas, especialmente sobre o francês, o português e o espanhol.

**EVANILDO BECHARA.** Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; nesta atua presentemente como Professor Visitante. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

**HORÁCIO ROLIM DE FREITAS.** Livre-docente pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor adjunto da UERJ (aposentado). Entre outros trabalhos de filologia e lingüística, escreveu *Princípios de Morfologia* (4.ª ed., Oficina do Autor, 1997).

**MARLOS DE BARROS PESSOA.** Professor de história do português no Departamento de Letras da UFPE. Doutorou-se na Universidade de Tuebingen (Alemanha), com orientação da Profa. Dra. Brigitte Schlieben-Lange, com tese na sua área de especialização. É integrante do Projeto para a história do português no Brasil, coordenado na USP pelo Prof. Dr. Ataliba de Castilho.

**MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA.** Professor Titular aposentado de Filologia (Crítica Textual) da Universidade Federal Fluminense. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

**RICARDO CAVALIERE.** Professor Assistente de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Língua Portuguesa pela UFRJ e autor de estudos de sua especialidade.

**ROSALVO DO VALLE.** Professor Titular aposentado de Língua e Literatura Latina da Universidade Federal Fluminense. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

**VIVIANE CUNHA.** Professora Assistente de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Publicou vários trabalhos em anais de congressos nacionais e internacionais.